

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - CEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA

QUANDO A LAGOA VIRA PASTO
UM ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS EM TORNO DAS DIFERENTES FORMAS
DE APROPRIAÇÃO E CONCEPÇÃO DOS ESPAÇOS MARGINAIS DA LAGOA
FEIA - RJ

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. ARNO VOGEL

NITERÓI
FEVEREIRO DE 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - CEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA

QUANDO A LAGOA VIRA PASTO
UM ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS EM TORNO DAS DIFERENTES FORMAS
DE APROPRIAÇÃO E CONCEPÇÃO DOS ESPAÇOS MARGINAIS DA LAGOA
FEIA - RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. ARNO VOGEL

NITERÓI
FEVEREIRO DE 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

QUANDO A LAGOA VIRA PASTO
UM ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS EM TORNO DAS DIFERENTES FORMAS
DE APROPRIAÇÃO E CONCEPÇÃO DOS ESPAÇOS MARGINAIS DA LAGOA
FEIA - RJ

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: ____/____/_____

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello – Universidade Federal Fluminense

Orientador

Prof. Dr. Arno Vogel – Universidade Estadual do Norte Fluminense

Co-Orientador

Prof. Dr. Neiva Vieira da Cunha – Universidade Candido Mendes

Examinadora

Prof. Dr. Andréa Ciachi – Universidade Federal da Paraíba

Examinador

Resumo:

As obras sanitárias promovidas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS - na bacia hidrográfica da Lagoa Feia resultaram na perda de mais da metade da área lacustre original.

Os diques construídos pelos proprietários de terras limítrofes à Lagoa, associados às obras de drenagem do DNOS, resultaram em um acelerado processo de redução do espelho d'água.

Na década de 1970, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, povoado pesqueiro situado às margens da Lagoa Feia, resolveram impedir a continuidade das obras do DNOS e, por duas vezes, paralisaram as máquinas que empreendiam a construção de um canal submerso na Lagoa. Os pescadores receberam o apoio do Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), que também questionava a atuação do DNOS na região.

Esta pesquisa analisa como se articularam os grupos sociais e as diferentes perspectivas sobre as quais estes grupos conceberam o espaço lagunar.

Palavras-Chave: Lagoa Feia; Ecossistema Lacustre; Sociedade e Meio Ambiente; Dramas Sociais; Arenas Públicas; Antropologia Política.

Abstract:

The sanitation workmanship promoted by the National Sanitation Department- DNOS- in the hydrographic basin of Feia Lagoon brought, as a result, the loss of more than a half of the original Lagoon area.

The dikes, constructed by the owners of the adjoining Lagoon lands, associated with the DNOS draining workmanship, brought, as a result, an accelerated process of water level reduction.

In the 1970's, the fishermen of Ponta Grossa dos Fidalgos, a fishing village at the northern edge of Feia Lagoon, decided to block the progress of the DNOS workmanship, stopping, twice, the machines used to construct a submerse channel in the Lagoon. The fishermen had the support of the Norte-Fluminense Center for Nature Conservation (CNFCN), which also questioned the DNOS work in the region.

This research intend to analyze how the social group articulate themselves, and the different perspectives, which such groups perceive the lagoon space.

Keywords: Feia Lagoon; Lacustrine Ecosystem; Environment and Society; Social Dramas; Public Arenas; Anthropology of Politics.

Para Thereza Cristina de Moura Neto e Francisco Valpassos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Thaís Nascimento por seu amor e sua companhia. Sou grato por ter ficado ao meu lado durante toda a carreira da pesquisa, desde o trabalho de campo até o período de redação, incentivando e acreditando num namorado muitas vezes ausente ou ocupado.

O Prof. Dr. Arno Vogel foi, além de meu orientador durante a graduação, um amigo, um ideal do que eu gostaria de me tornar enquanto antropólogo. Se alguns dos alunos de Marcel Mauss diziam que ele “sabia tudo”, posso dizer que, tanto para mim quanto para outros de seus alunos, Arno Vogel foi e continua sendo uma espécie de Marcel Mauss de origem germânica, nascido em Santa Catarina e radicado nas planícies campistas.

Se Arno foi o Marcel Mauss do meu curso de graduação em Ciências Sociais, não seria exagero nenhum dizer que Marco Antonio da Silva Mello foi o Franz Boas que me orientou no Mestrado em Antropologia. Como Boas para seus alunos, Mello sempre me pareceu “imprevisível e incapaz de ser agradado”, sendo sempre considerado “com a maior estima e o máximo respeito, não só pela sua quase onisciente posição na Antropologia senão também pela força e integridade de sua personalidade¹”. Aos trabalhos e dúvidas de seus alunos, Mello sempre dedicou sua intensa e meticulosa análise, finalizada sempre com sugestões da mais alta proficiência, mostrando-se sempre interessado e atencioso.

Um outro importante personagem da Antropologia foi muito valioso para a elaboração deste trabalho: Luiz de Castro Faria. Seu legado, seja em material humano ou bibliográfico, contribuiu de forma significativa para a pesquisa desenvolvida entre os pescadores da Lagoa Feia. Assim, cabe mencionar a gratidão e admiração que tenho para com este exímio Professor.

Sou grato também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense pela atenção e paciência que me dispensaram. Do mesmo modo, meus colegas de classe da turma de mestrado de 2004 proporcionaram sempre um ambiente bastante agradável ao aprendizado e à troca de idéias.

O Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) proporcionou sempre, mesmo antes de se constituir como laboratório, um ótimo lugar para o estudo, a realização de trabalhos e as conversas antropológicas agradáveis e interessantes. Agradeço aos meus amigos de LeMetro, sobretudo Soraya Simões, Juliana Blasi, Flávio Silveira, Lucinha Cardoso, Anamaria Fagundes, Paulo Thiago de Mello e Felipe Berocan.

Os colegas do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas sempre se mostraram muito solícitos e a eles expresse minha sincera gratidão, principalmente a Fábio Reis Mota, Bruno Mibieli, Lênin Pires, Lucia Eilbaum e ao Prof. Dr. Roberto Kant de Lima.

Aos meus pais, Francisco e Thereza Valpassos, agradeço por terem proporcionado-me a oportunidade de estudar em Niterói, mesmo que isso tenha significado dificuldades domésticas. Agradeço pela confiança em mim depositada e pelo sacrifício que fizeram.

Mirian Alves e André Botelho foram as grandes amigas conquistadas durante estes dois anos de curso. A eles agradeço por terem ressaltado o aspecto cômico de momentos que nos pareciam trágicos, por terem sido grandes amigos durante as cervejas e também nas vésperas de avaliações.

Não posso deixar de agradecer a André Pizetta e Leonardo Carvalho, com quem dividi por 2 meses uma quitinete 6 X 3 na Rua dos Inválidos. Graças a estes dois admiráveis sujeitos, as faltas de dinheiro e espaço transformaram-se em cachaça e diversão no centro do

¹ KARDINER & PREBLE: 1964; 140.

Rio de Janeiro. Acredito que amizades criadas em períodos de escassez tenham longa duração.

Vivian Ferreira Paes também foi uma grande amiga, com quem pude compartilhar problemas e alegrias, cervejas e sanduíches de mortadela. A ela sou grato pela companhia prazerosa e pelas trocas sempre enriquecedoras.

As colaborações de André Zamana relativas à assuntos vídeo ou fotográficos foram imprescindíveis. Agradeço-lhe o companheirismo, a amizade e o empréstimo do computador que possibilitou a redação desta dissertação.

Aos meus tios, Roberto e Evelyn Kosmalski Costa, bem como aos seus filhos Alexandre, Regina e Luís, sou extremamente grato pelas acolhidas, muitas vezes inesperadas, e pelo carinho que desde sempre tiveram por mim.

Agradeço também a José Colaço, João Paulo Gama de Oliveira, Bonnie Azevedo, Cyntia Jorge, Brián Ferrero, Flávia Arêas, Lorena Alves e Camila Daniel, pela companhia no trabalho de campo e pelos debates que me ajudaram a pensar sobre a pesquisa.

Agradeço também o apoio, prestado de diferentes formas e em distintos contextos, de meus amigos Tahiana Fernandes, Rafael Damasceno, Roberto Dutra e Mariana Alves.

O Prof. Dr. Aristides Soffiati me prestou grande auxílio ao longo da pesquisa, tanto através de entrevistas quanto por correspondências eletrônicas. Foram-me também importantíssimas as conversas e idéias do Dr. José Amaral, que simpaticamente sempre me recebeu para esclarecer questões relativas ao saneamento da região norte-fluminense.

As idéias da Prof. Dra. Neiva Vieira de Cunha, durante minha qualificação, me ajudaram a re-pensar certas questões e, assim, a conduzir a escrita do texto dissertativo.

Os habitantes de Ponta Grossa dos Fidalgos foram ótimos anfitriões, sempre atentos e prestativos. Dentre eles sou especialmente grato aos pescadores Dóba, Geraldo e Luís, por sua dedicação e interesse, que me proporcionaram diversos encontros didáticos, onde pude aprender muito sobre a pesca artesanal e o próprio arraial.

Certo dia, [o rei Pippin] foi de motoneta até a cidadezinha de Gambais, famosa pelo seu perfeito, embora parcialmente arruinado Château de Neuville. Almoçou ao lado do fosso coberto de musgo do castelo. Observou um homem idoso sondando a água cheia de juncos de fosso com um ancinho de longo cabo.

O velho fez contato com um duro e pesado objeto e puxou-o para a margem. Era um busto de Pã, coberto de musgo, chifrudo e coroadado de lauréis. Somente no momento em que o ancião começou a lutar para levantá-lo e colocá-lo no pedestal de granito à margem do fosso, levantou-se o rei e foi ajudá-lo. Os dois ergueram a pesada estátua e colocaram-na na base, recuaram e ficaram a observá-la, limpando nas calças os dedos esverdeados e escorregadios.

- (...) Como foi que ele foi parar no fosso? – perguntou o rei.

- Oh, alguém o empurrou. Sempre fazem isso, às vezes duas ou três vezes por ano.

- Mas por quê?

O velho encolheu os ombros e abriu as mãos.

- Quem sabe? – disse. Há pessoas que empurram coisas para o fosso. Trabalho muito cansativo, também. Há simplesmente pessoas que empurram coisas para o fosso. Está vendo aqueles pedestais ali? Há um vaso de mármore, uma criança com uma concha e uma Leda ali na água.

- Eu gostaria de saber por que fazem isso... Por raiva?

- Quem sabe? É o que fazem... Vêm furtivamente à noite.

- E o senhor sempre os tira da água?

- Eu me atrasei este ano. Tive muita coisa a fazer. E houve o meu reumatismo.

- Por que não prende a estátua nas bases?

- Ora, o senhor não compreende? – explicou pacientemente o homem. – Eles empurrariam também a base. Não sei se, nesse caso, eu poderia puxá-las para fora.

O rei inquiriu cortesmente.

- O senhor é o proprietário?

- Não, não sou. Moro por aqui.

- Neste caso, por que os tira da água?

O velho pareceu perplexo e procurou uma resposta:

- Ora... não sei. Acho que há pessoas que puxam coisas da água... É isso que fazem.

Acho que sou desse tipo.

O rei olhou fixamente para o verde e lodoso Pã.

O velho falou em voz desconsolada:

- Acho que há pessoas que fazem coisas diferentes – acrescentou como se acabasse de fazer uma descoberta – e acho que assim é que as coisas são feitas.

- Boas ou más? – perguntou o rei.

- Não compreendo – disse o velho, sem saber o que dizer. – Há simplesmente pessoas... Há apenas o que elas fazem.

John Steinbeck

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
PARTE I – A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA: O TIROCÍNIO ANTROPOLÓGICO	19
1 – A Doença Infantil do Etnógrafo	20
1.2 – Os Primeiros Contatos com o Campo	22
1.3 – Primeiros Passos	23
1.4 – As Primícias	30
2 – Lições de Etnografia	40
3 – O Rito de Passagem	45
4 – O Tirocínio Antropológico	48
PARTE II – CENÁRIO E PERSONAGENS: A LAGOA FEIA, OS PESCADORES E OS ENGENHEIROS SANITARISTAS	50
1 – Formação Geológica da Lagoa Feia	51
2 – Ponta Grossa dos Fidalgos	54
3 – Lugares e Espaços, Margens e Fundo	56
3.1 – As Subdivisões da Lagoa	57
4 – A Revelação do Conflito	58
5 – O Sonho Sanitarista	60
6 – Fausto na Planície Goytacá	69
6.1 – O Empreendimento Ciclópico	73
6.2 – O Canal Submerso	75
7 – O Início da Tragédia de Fausto	75

PARTE III – QUANDO A LAGOA VIRA PASTO: DRAMAS SOCIAIS, ARENAS PÚBLICAS E COSMOVISÕES	79
1 – Primeira Insurreição	80
2 – Segunda Insurreição	97
3 – O Drama Social e a Constituição de um Problema Público	107
4 – A Eclosão dos Problemas Públicos	112
5 – O Drama Social da Lagoa Feia: Considerações Finais	115
6 – Epílogo	132
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXOS	
1 – Mapa de Ponta Grossa dos Fidalgos – Década de 1940	140
2 – Mapa de Ponta Grossa dos Fidalgos – 2003	141
QUADROS SINÓPTICOS	
Quadro Sinóptico I – Setembro a Novembro de 1978	96
Quadro Sinóptico II – Outubro de 1979	106

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação insere-se numa linha de estudos sobre povoados pesqueiros, estudos estes que tem merecido cada vez mais a atenção de inúmeras áreas de conhecimento acadêmico, científico e tecnológico.

Seja por suas características peculiares no quadro das profundas transformações pelas quais vem passando, não só o setor primário, mas toda a economia brasileira, ou pelos problemas que derivam de sua coexistência com as estruturas metropolitanas em agressiva expansão, os assentamentos de pescadores artesanais tem permitido uma reflexão sistemática e frutífera sobre as questões suscitadas pelo processo de mudança social.

Desse modo, pesquisadores ligados a centros de reconhecida excelência no campo da Antropologia Social vêm dedicando ao assunto parte substantiva de sua produção acadêmica. Neste sentido, destaco as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (ICHF-UFF).

Não são recentes os estudos da pesca artesanal e as pesquisas etnográficas desenvolvidas no Brasil sobre o tema encontram em Luiz de Castro Faria um personagem de grande relevância, na medida em que foi ele o precursor desta temática em nossa antropologia.

Já na década de 1930, Castro Faria iniciava sua pesquisa sobre os pescadores da Lagoa Feia – RJ². Os interesses do etnógrafo não estavam situados apenas nos pescadores da referida Lagoa, mas sim na atividade pesqueira do litoral fluminense. Sendo assim, suas incursões etnográficas, realizadas ao longo da década de 1940, resultaram em material, textual ou fotográfico, sobre Gargaú, Atafona e São João da Barra. Na década de 1950, Castro Faria viria a dedicar-se, também, à etnografia dos pescadores de Arraial do Cabo³, sobretudo ao processo de modernização decorrente da implementação da indústria Álcalis – produtora de barrilha. Era o início dos estudos sobre comunidades pesqueiras no litoral fluminense.

² A pesquisa etnográfica de Castro Faria, iniciada no período de 1939/41, foi desenvolvida ao longo dos anos subsequentes, não chegando, no entanto, a ser publicada. Neste trabalho será citada sob o título (provisório) de *Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um estudo de morfologia social*.

³ Cf. MOTA: 2003; 17-18. Ver também PRADO: 2002.

Durante a década de 1970, os estudos sobre a pesca artesanal foram direcionados para “uma experiência que poderia ser caracterizada como sendo de ‘Antropologia Aplicada’⁴”: o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART).

Do PESCART participaram, ainda no princípio de suas carreiras, os Professores Roberto Kant de Lima e Marco Antonio da Silva Mello, ambos colegas de Departamento e ex-alunos de Castro Faria por ocasião do Bacharelado de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense⁵.

“O programa (...) teve incrível – embora, a longo prazo, diáfano – sucesso. Desde o início extrema e compulsivamente presentes, redigimos praticamente todo o seu texto e, por isso, fomos escolhidos para coordenar a equipe de trabalho. Montamos uma estrutura de treinamento, supervisionada por Mello, e organizamos um curso que envolveu profissionais de destaque da área de Ciências Sociais do Grande Rio; contatamos entidades nacionais e internacionais ligadas ao assunto; organizamos imenso acervo bibliográfico, com textos internacionais sobre programas e estratégias de desenvolvimento agrícola e pesqueiro; finalmente, montamos uma equipe composta de oito técnicos de nível superior, selecionados entre agrônomos, veterinários, psicólogos, assistentes sociais e, maior de nossas vitórias, colegas nossos, cientistas sociais, todos selecionados através de provas escritas e entrevistas, procedimentos nunca vistos no serviço público estadual da época, neste tipo de trabalho⁶”.

A participação neste projeto foi o ponto inicial de dois dos mais importantes trabalhos sobre a pesca artesanal do litoral fluminense: 1) *Pescadores de Itaipu – Meio Ambiente, Conflito e Ritual no Litoral do Estado do Rio de Janeiro*, primeiramente como dissertação de mestrado apresentada ao Museu Nacional em 1978 e agora disponível por publicação da Eduff (KANT DE LIMA: 1997); e 2) a longa e exaustiva pesquisa realizada por Marco Antônio da Silva Mello sobre a pesca artesanal no sistema lacustre de Maricá/RJ, entre 1978 e 1987, apresentada, como tese de doutorado, na FFLCH-USP, sob o título de *Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral Fluminense – Maricá/RJ* (1995), da qual, por sua vez, resultou, mais tarde, em co-autoria com Arno Vogel, o livro *Gente das Areias – História, Meio Ambiente e Sociedade no Litoral Brasileiro*, também publicado pela Eduff (MELLO & VOGEL: 2004).

Como professores do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do ICHF-UFF, Marco Antonio da Silva Mello e Roberto Kant de Lima

⁴ KANT DE LIMA: 1997; 13.

⁵ Participou também do PESCART a Prof. Dr. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha, também ela autora de um estudo sobre a pesca artesanal, realizado em Itaipu e intitulado *Os Companheiros*, publicado na série *Pescadores e Pescarias* da Eduff (2003).

⁶ IDEM; 14-15.

estimularam seus alunos, de graduação e pós-graduação, a desenvolver suas monografias, dissertações e teses sobre temas relacionados a comunidades de pescadores.

E foi no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), fundado por iniciativa de Castro Faria, quando os professores Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel eram, respectivamente, Chefe e vice-Chefe do Departamento de Antropologia (GAP) do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF, e o professor Roberto Kant de Lima ocupava a Coordenação do recém criado Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP), que estes jovens pesquisadores encontraram as condições intelectuais necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos. Neste sentido, apenas para dar uma dimensão do empreendimento, cito uma passagem da dissertação de Fábio Reis Mota, também ela dedicada a uma comunidade de pescadores, a Ilha da Marambaia:

“Em 2000, Delgado Goulart defende tese de mestrado onde analisa os conflitos na disputa pelo uso do espaço público da praia entre os pescadores da beira de praia e surfistas na Praia Grande. Simone Moutinho [Prado] empreende análise sobre as injunções de mudanças sociais em Arraial do Cabo. Ronaldo Lobão, neste mesmo ano, defende tese de mestrado onde analisa os processos de consolidação da Reserva Extrativista Marinha em Arraial do Cabo⁷, explicitando em seu trabalho como este tipo de política pública conferiu a este grupo social (os pescadores artesanais) um tipo de cidadania especial em relação à utilização do espaço público, neste caso a praia e o mar⁸”.

Algumas dessas pesquisas já se encontram publicadas na série Pescadores e Pescarias, editada pela Eduff. Nesta série foram publicados estudos sobre temas como o direito costumeiro, o conhecimento naturalístico, as características das estruturas de produção, seus contextos tecnológicos, inclusive no manejo dos ecossistemas, e as formas de organização social dos grupos dedicados, de modo direto ou indireto, à atividade pesqueira.

“A publicação de uma série de livros resultantes de pesquisas antropológicas sobre a pesca artesanal, sobretudo no litoral fluminense, tem um propósito nobre – resgatar algumas monografias de valor etnográfico indiscutível, que permanecem em arquivos de instituições universitárias. Elaboradas para a obtenção de diplomas de Mestre ou de Doutor em Ciências Humanas, foram julgadas e aprovadas por bancas examinadoras de profissionais competentes, e sua divulgação permitirá que um público mais amplo tenha a possibilidade de apreciar essas pesquisas originais, primordialmente destinadas a cumprir exigências acadêmicas⁹”.

⁷ LOBÃO: 2000. Estes estudos sobre reservas extrativistas têm continuidade no curso de doutoramento do autor. Ver LOBÃO: 2006.

⁸ MOTA: 2003; 20.

⁹ CASTRO FARIA: 2000b; 431.

Uma outra frente de estudos sobre comunidades haliêuticas se expandiria, no final do ano de 2001, com a incorporação de Arno Vogel como professor titular de antropologia ao Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado – LESCE, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, situada em Campos dos Goytacazes.

Seguindo os conselhos de Castro Faria (“É necessário que alguém retome a pesquisa sobre os pescadores da Lagoa Feia!”), Arno Vogel, também ele um ex-aluno do Prof. Castro, retomou em 2002 - após uma série de conversas com Marco Antonio da Silva Mello que resultaram nos planos iniciais de trabalho - a etnografia da pesca artesanal praticada na maior lagoa de água doce do país.

Naquele momento teve início a minha participação nesta genealogia dos estudos relativos às comunidades pesqueiras do litoral fluminense¹⁰. Juntamente comigo, ou em momentos posteriores, ingressaram outros estudantes de graduação em Ciências Sociais que viriam a elaborar suas monografias de conclusão de curso sobre os pescadores¹¹.

Alguns temas e idéias sobre as implicações do processo de redução do espelho d’água da Lagoa Feia foram apresentados primeiramente como monografia para obtenção do título de bacharel em ciências sociais da Uenf. O desdobramento e aprofundamento de algumas questões permitiram-me compor esta dissertação de mestrado.

Quando a Lagoa Vira Pasto é um texto dividido em três partes: 1) A Experiência Etnográfica: O Tirocínio Antropológico; 2) Cenário e Personagens: A Lagoa Feia, os pescadores e os Engenheiros Sanitaristas; e 3) Quando a Lagoa Vira Pasto: Dramas Sociais, Arenas Públicas e Cosmovisões.

Na primeira parte realizei algo como introdução, capaz de apresentar ao leitor o arraial de Ponta Grossa dos Fidalgos e a algumas de suas instituições. Além disso, busquei trazer para o texto algumas observações e reflexões sobre meu trabalho de campo.

A tarefa de redigir um texto sobre minha experiência etnográfica forçou-me a re-ler meu caderno de campo. Causou-me surpresa perceber que todos os temas, que seriam posteriormente abordados por mim ou pelos outros estudantes inseridos no mesmo projeto,

¹⁰ Particpei como bolsista de iniciação científica do projeto *Estruturas Tradicionais, Expansão Metropolitana e Meio Ambiente na Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro*, processo nº 520736/001, financiado pelo CNPq, inicialmente coordenado por Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel na comunidade de Zacarias, em Maricá, e posteriormente desdobrado, com coordenação do segundo, para o estudo dos pescadores da Lagoa Feia.

¹¹ Ver Parte I desta dissertação.

foram já insinuados nas primeiras páginas do caderno, ou seja, em minhas primeiras investidas etnográficas.

Percebi também aquilo que outros perceberam antes de mim: o trabalho de campo representa um rito de passagem na carreira antropológica. Isto porque a etnografia proporciona uma série de aprendizados e sentimentos e, ao retornar para o seio de sua sociedade, o etnógrafo acaba por receber um novo status, superior ao antigo. Mostrei que, ao retornar, o antropólogo não recebe apenas os benefícios de seu novo status, mas também as obrigações e dificuldades inerentes à sua nova posição.

A segunda parte (Cenário e Personagens) foi dividida em três etapas: 1) A Lagoa Feia; 2) Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos; e 3) Os Engenheiros sanitaristas.

Na primeira destas etapas, apresentei uma breve narrativa sobre a formação geológica da Baixada Campista. Tive a intenção, através deste procedimento, de montar um cenário cuja “formação” pudesse ser “vista” pelo leitor, de modo que se tornasse inteligível a existência de uma planície coberta por solo argiloso e repleta de lagoas e brejos.

Na segunda etapa, expus resumidamente os conhecimentos dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos sobre a Lagoa Feia. Abordei conhecimentos relativos à geografia, à fauna e à flora lacustres, todas estas, questões bastante íntimas dos pescadores.

Busquei destacar os conhecimentos minuciosos dos pescadores, ressaltando com isso que também eles possuem suas interpretações sobre o funcionamento e a administração do universo lacustre. Fiz isto para contrastar os conhecimentos dos pescadores com os de outros personagens, os engenheiros sanitaristas, sobre a Lagoa Feia.

Foram estes engenheiros que ocuparam as páginas da terceira etapa da segunda parte desta dissertação. Iniciei a abordagem do saneamento com o subtítulo “O Sonho Sanitarista”. Decidi fazer desta maneira porque, no final de uma entrevista com um engenheiro politécnico de mais de 70 anos de idade, depois de narrar-me toda a cruzada sanitaria em busca da saúde e do desenvolvimento nacional, ele olhou-me e disse: “Abraão, a conversa que tivemos foi a síntese de um sonho”.

Tratava-se do sonho de conquistar o progresso do Brasil através do combate a uma série de doenças apontadas como causa do subdesenvolvimento nacional, o que traria saúde e dignidade ao povo brasileiro.

Nesta batalha, os pântanos, considerados focos de diversas enfermidades, seriam transformados em áreas agricultáveis, geradoras de enormes divisas para a nação. A cruzada seria vencida através do uso de uma arma poderosa: os conhecimentos científicos, empregados na recuperação da saúde do povo e na correção das imperfeições da natureza.

Nas primeiras décadas do século XX, as políticas de saneamento tiveram uma grande ascensão que culminou com a criação, em 1940, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS.

A Baixada Campista, em virtude de seu terreno predominantemente pantanoso, representou um grande desafio para os engenheiros do DNOS. Na Lagoa Feia, para evitar enchentes, foi construído o Canal das Flechas – o vertedouro artificial da Lagoa.

Esta cruzada do saneamento implicava em grandes esforços que visavam tornar dinâmicas e funcionais as potencialidades da natureza. Neste ponto, fiz um paralelo entre a história do saneamento no Brasil e a do Fausto de Goethe: ambos se apresentam nas figuras de intelectuais não-conformistas dispostos a grandes empreendimentos em nome do progresso.

O que os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos representam para o saneamento da Baixada Campista, representaram Filemo e Báucia para Fausto: pessoas que estão estagnadas justamente no caminho do progresso, rotuladas como sendo obsoletas e, assim, descartadas.

A evocação de Filemo e Báucia foi apenas um artifício para ressaltar o aspecto fáustico da epopéia sanitária, onde se destaca o ardente desejo por desenvolvimento junto à desconsideração ou desmerecimento de outras formas possíveis de se conceber e utilizar os “recursos naturais”.

A última parte da dissertação (Quando a Lagoa Vira Pasto: Dramas Sociais, Arenas Públicas e Cosmóvisões) divide-se em duas etapas: a primeira, onde são narrados os momentos mais críticos dos conflitos entre pescadores e engenheiros sanitários, e a segunda, onde são feitas algumas reflexões sobre tais episódios. As idéias apresentadas estão sob o prisma dos conceitos de drama social, de Victor Turner, e de Público, de John Dewey e Joseph Gusfield.

Busquei, através desta divisão tripartite do texto, apresentar o leitor ao povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos e àqueles episódios conflituosos que me foram apontados como os mais importantes da história do arraial: as paralisações das máquinas sanitárias que trabalhavam na construção de um canal submerso.

Quando a Lagoa Vira Pasto é um texto sobre pessoas articuladas para garantir seus interesses. Não se trata de pessoas boas ou más. São simplesmente pessoas e aquilo que elas fazem. Acredito que esta perspectiva não deve ser abandonada ao longo da leitura, pois, se o autor em algum momento pendeu para um ou outro lado das disputas, certamente esta não foi sua intenção.

Que tenha início a dissertação.

PARTE I

A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA: O TIROCÍNIO ANTROPOLÓGICO

“A viagem, para o comum dos viajantes, é um desperdício de emoções; para o etnógrafo, é um acúmulo de experiência¹²”. Luiz de Castro Faria.

“E eu me encarei no espelho com o perfeito desapego da distância, mais por curiosidade do que por qualquer outro sentimento, exceto o de alguma simpatia por este último representante do que, para todos os fins e propósitos, era uma dinastia; contínua não pelo sangue, é verdade, mas pela sua experiência, pela sua escola, pela sua concepção de dever (...)”¹³. Joseph Conrad.

¹² CASTRO FARIA: 2000; 299.

¹³ CONRAD: 2003; 68.

1 – A Doença Infantil do Etnógrafo

Na página inicial do prefácio à primeira edição de suas “Regras do Método Sociológico”, Durkheim adverte sobre a necessidade científica de desconfiar de nossas primeiras impressões sobre um dado tema de pesquisa¹⁴. A advertência do eminente sociólogo é bastante pertinente. Os jovens pesquisadores, entre os quais me encontro, muitas vezes são levados a romantizar seus primeiros contatos com os grupos que estudam, desenvolvendo, deste modo, aquilo que Marco Antonio da Silva Mello ironicamente denominou de “doença infantil do etnógrafo¹⁵” - um período de encantamento inicial com o “campo”, onde tudo parece ser maravilhosamente agradável e onde todas as pessoas apresentam características fascinantes.

O problema mais grave desta “doença” é que, transposto o período inicial de encantamento, sentimos que as primeiras impressões não foram “autênticas” e tendemos a descartá-las de nossas reflexões. Não apenas “desconfiamos” desses primeiros contatos, como queria Durkheim, mas ficamos com a impressão de que os obtivemos num estado de “cegueira” e que, por isso, provavelmente não terão muito valor no desenvolvimento de nossas pesquisas.

Estou escrevendo no plural, mas o relato diz respeito ao que aconteceu comigo. Se iniciei o trabalho etnográfico em fevereiro de 2002, foi apenas em meados do ano de 2005 que retornei atentamente às minhas primeiras notas de campo, acreditando que nelas poderia encontrar algo pertinente ao tema de minha dissertação.

Cabe mencionar que a escolha de meu tema – as obras de engenharia hidráulica realizadas na Lagoa Feia e os conflitos gerados por elas entre pescadores, fazendeiros e engenheiros – foi influenciada pela forte impressão que me causou a leitura, anterior ao início do trabalho de campo, do livro *Gente das Areias – História, Meio Ambiente e Sociedade no Litoral Brasileiro*¹⁶, sobretudo no que diz respeito à questão da comunicação entre águas

¹⁴ DURKHEIM: 2002; 11.

¹⁵ Tema de discussão de um dos seminários da disciplina “Método Etnográfico”, ministrada por Marco Antonio da Silva Mello no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Cf.: MELLO & VOGEL: 2004; 48.

¹⁶ Na ocasião, li uma versão preliminar do livro que viria a ser publicado quase três anos depois: MELLO & VOGEL: 2004.

lacustres e oceânicas, e a influência das obras de saneamento sobre um ecossistema administrado por uma “fisiocracia agreste¹⁷”.

Já nos primeiros apontamentos de meu caderno de campo, todavia, estavam explícitos diversos temas anunciados pelos próprios moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos, inclusive aquele que eu viria a desenvolver, mas não apenas este como também aqueles que outros estudantes, naquele momento ou posteriormente, desenvolveriam em seus trabalhos de pesquisa no mesmo arraial.

Passados três anos da primeira leitura de *Gente das Areias*, quando retomei o livro para nele buscar auxílio nas questões que o campo me fornecera, eis que encontrei a passagem que comprovava que as primeiras impressões de um trabalho de campo não foram marcantes somente para mim:

“Com efeito, nunca deixei de surpreender-me com a reiterada constatação de que, no campo, tudo para o que minha atenção haveria de voltar-se, nos anos subseqüentes, já havia sido abordado, alguma vez, durante esta primeira estadia¹⁸”.

A etnografia que desenvolvi entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos não foi um empreendimento solitário, à maneira de Malinowski. A empreitada aproximou-se mais do modelo de pesquisa de campo sugerido por Marcel Griaule, com um trabalho realizado em grupo, do modo como escreveu James Clifford, citando o próprio Griaule:

“Já que a realidade social era complexa demais para um só pesquisador dar conta, ‘ele deve confiar em outros especialistas e tentar formar com eles um grupo de reflexão, um elemento de combate, uma unidade tática de pesquisa na qual cada pessoa, ao mesmo tempo em que mantém suas próprias qualidades pessoais, sabe que é uma peça inteligente numa máquina na qual é indispensável, mas sem a qual não é nada¹⁹”.

Ao longo do primeiro ano de pesquisa desenvolvi a etnografia, sob a orientação do Prof. Dr. Arno Vogel, em companhia de José Colaço Dias Neto²⁰, indo ao campo durante os

¹⁷ IDEM: 1999.

¹⁸ IDEM: 2004; 33.

¹⁹ CLIFFORD: 2002; 200.

²⁰ Na época Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Posteriormente ingressou no Mestrado em Antropologia oferecido pelo PPGA-UFF, desenvolvendo e aprofundando a pesquisa iniciada durante o bacharelado.

finais de semana e feriados, de modo que constantemente nos encontrávamos com os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Em 2002 enfrentei as maiores dificuldades no campo – a afirmação de meu papel de pesquisador e o estabelecimento de contatos com os interlocutores locais. Foi o período em que as diversas frentes de trabalho apresentadas nas primeiras visitas se consolidaram como perspectivas possíveis e almejavéis.

Na segunda metade deste ano ingressaram na pesquisa mais dois estudantes de Ciências Sociais da UENF: João Paulo Gama de Oliveira e Thaís Nascimento Cordeiro.

Ao longo de 2003, empreendi a etnografia em companhia principalmente de Thaís Nascimento, João Paulo Gama de Oliveira e Brián Ferrero²¹.

Em 2004²² Cyntia dos Santos Jorge integrou-se de maneira definitiva ao nosso grupo de pesquisa, bem como Lorena de Oliveira e Alves, Bonnie Moraes Manhães de Azevedo e Flávia Rúbia Arêas.

A existência de um grupo de pesquisa me proporcionou a manutenção de informações constantes sobre o que acontecia no campo, mesmo nos períodos em que dele estive ausente. Além disso, proporcionou-me uma discussão sobre o tema trabalhado, bem como suas interconexões com outros temas abordados no arraial²³.

1.2 – Os Primeiros Contatos com o Campo

Mencionei anteriormente as pessoas que ingressaram na pesquisa etnográfica sobre o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos. Agora pretendo apresentar minhas primeiras notas de campo, para mostrar como nelas estão contidos todos os temas desenvolvidos por cada pesquisador. Não penso que a pesquisa se resolve no primeiro mês de trabalho de campo. Quero apenas mostrar como, para mim, diversos temas foram apresentados já nos primeiros

²¹ Brián Ferrero neste período era aluno de doutorado do curso de PostGrado em Antropologia Social da Universidade Nacional de Misiones – Argentina, e estava na UENF participando de um estágio docente sob a coordenação de Arno Vogel.

²² Afastei-me do campo neste período em virtude de meu curso de Mestrado em Antropologia, no PPGA-UFF, em Niterói. Passei a ser orientado pelo Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello, que buscou - de maneira nem sempre satisfatória para ele em virtude de minhas “resistências”, que muitas vezes foram apenas uma incapacidade de assimilar o que me era proposto -, estimular a exploração de facetas ainda não trabalhadas do material que recolhi ao longo da graduação. Mello sugeria, na verdade, uma lapidação do material que já havia sido obtido e, assim, seu conseqüente aprofundamento.

²³ Tais discussões geraram alguns artigos. Por exemplo: NASCIMENTO & VALPASSOS: 2004, NASCIMENTO, VALPASSOS & VOGEL: 2005 e VALPASSOS & COLAÇO: 2005.

contatos com o arraial e que, caso eu houvesse simplesmente descartado minhas impressões iniciais, ao invés de apenas desconfiar delas, muitas possibilidades teriam sido perdidas. A idéia aqui é apenas a de ressaltar a importância dos primeiros contatos de modo que, quando eles se tornarem apenas as primeiras páginas de um extenso caderno abarrotado de informações, possam ser re-visitados com o olhar de quem ainda tem algo a aprender com eles.

1.3 – Primeiros Passos

Minha primeira viagem à Ponta Grossa dos Fidalgos, em 02 de fevereiro de 2002, foi frustrante. Peguei o ônibus que seria o último a passar pelo arraial naquele dia, podendo apenas percorrer o lugar no interior do veículo, pois, se saísse dele teria que pernoitar por lá. Depois de um breve passeio por Ponta Grossa, o ônibus tomou o caminho de volta sem que eu nem sequer pusesse os pés no “campo”.

Apenas em 09 de março de 2002 fiz uma nova tentativa, desta vez com sucesso. Fui em companhia de José Colaço e de outro estudante do Bacharelado em Ciências Sociais da UENF, Ramon Maia, que nos apresentaria a um antigo amigo seu que poderia nos auxiliar em eventuais necessidades durante a pesquisa.

O amigo de Ramon Maia chamava-se Samuel e rapidamente questionou nossos objetivos ali: “Vocês querem saber de pesca ou querem saber de política?”. Respondi, prontamente, que nosso interesse era a pesca. O que ouvi, então, foi o seguinte: “Pois bem, se você quisesse saber de política, te levaria a Virgimar²⁴; como você quer saber de pesca, te levarei para conhecer São Zé Lisboa, o pescador mais antigo de Ponta Grossa dos Fidalgos”.

Samuel nos disse que ele mesmo provavelmente não seria uma pessoa ideal para nossa pesquisa, pois tinha estudado e trabalhado em Campos e, por isso, estava “contaminado com os valores da cidade”. Disse que Virgimar era uma moça da cidade que estava ali envolvida com política, e que poderia ajudar falando sobre a política do local, mas sobre questões relativas à pesca não seria interessante.

²⁴ Virgimar Magalhães de Oliveira Cler, a pessoa que me daria as informações sobre a política local, era a presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos (APAPGF). Nos diálogos que mantive com ela, afirmou sempre que lutava para reativar a Colônia Z-22, proclamando este como um interesse dos pescadores e de suas famílias. Pessoa nascida e criada fora do arraial, justificou seu posto de presidente da APAPGF por ser filha de pescador e ter conhecimentos sobre pesca adquiridos pela experiência de vida e por cursos de educação ambiental.

Deixamos Samuel envolvido em seus afazeres. Dirigimo-nos, então, a um bar e lá encontramos dois pescadores: Amarinho e São Celso. Este último não nascera em PGF²⁵, porém, já morava lá há tanto tempo (mais de trinta anos) que se considerava como natural da localidade. Questionado a respeito da pesca, disse que esta se tornara difícil nos últimos meses, porque o nível da Lagoa estava alto demais. O grande volume de água fazia com que esta ficasse muito clara, transparente. De acordo com São Celso, com a água muito transparente, o peixe não caía na rede, ele apenas encostava na malha, mas não "forçava", não "emalhava". São Celso era pescador há muito tempo, tinha documento de pesca, mas em determinadas épocas abandonava a lagoa para trabalhar no corte da cana.

Perguntamos sobre festas locais e obtivemos como resposta que a grande festa de PGF era a de São Pedro; havia também a festa de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do povoado, mas era uma festa de menores proporções.

Depois de algum tempo um terceiro homem se aproximou. Era Belô, que estava pintando a casa de Amarinho e por isto estava totalmente sujo de cal. Entre nós seis tivemos uma animada conversa no bar. Depois nos despedimos de São Celso e fomos para casa de Amarinho.

A casa tinha dois cômodos: um quarto de dormir e um outro que antecedia a entrada do quarto. O telhado era composto por telhas de amianto. Dentro do quarto havia uma cama, um isopor e utensílios para pesca, como anzóis, uma tarrafa e material para fazer uma nova rede.

A casa de Amarinho era vizinha da de seus irmãos. Entre elas havia uma cerca. Belô dizia que a casa e aquele terreno eram de Amarinho: "É tudo dele!". A irmã deste trouxe-nos um prato de macarrão com carne-seca (charque). Comemos e conversamos.

Belô era pescador antigo e afirmava conhecer bem a Lagoa. Contou-me que não tinha motor em seu barco, mas que conseguia atravessar a Lagoa e voltar com a vela e o vento. Ele dizia sentir o vento no peito; levantava o dedo indicador e assim sabia a direção do vento.

Amarinho e Belô queriam que ficássemos mais tempo, mas insistimos que tínhamos marcado uma conversa com São Zé Lisboa. Os dois decidiram acompanhar-nos.

São Zé Lisboa não havia chegado em casa. Amarinho e Belô falavam dele com muita admiração. Diziam que o "velho" era muito bom e que era o pescador mais antigo de PGF. "Vocês viram a casa dele?", perguntavam os dois pescadores, referindo-se à ela como meio de

²⁵ Ponta Grossa dos Fidalgos.

provar a antiguidade de São Zé. Realmente a casa aparentava ter grande significado. Era uma casa muito antiga, com as paredes de barro e tijolos e as telhas de cerâmica antiga. Tinha um aspecto frágil, pois as paredes estavam inclinadas para dentro de tal maneira que era fácil observar que a área do chão da casa era maior que a do teto.

São Celso e Amarinho adiantaram-se oferecendo-nos uma narrativa, sempre repetida quando o assunto gira em torno de Zé Lisboa, a respeito da casa do mais velho pescador de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Em fins da década de 1990, Arnaldo Vianna, então prefeito de Campos dos Goytacazes, visitou o arraial de pescadores. Ofereceu, nesta ocasião, uma nova casa a Zé Lisboa, toda mobiliada, a ser construída no local onde estava a antiga. Esta, portanto, seria demolida. Zé Lisboa, sem demora, negou a proposta do prefeito.

O velho pescador, então com 93 anos, contou aos etnógrafos que sua vida estava naquela casa e demoli-la, então, resultaria em sua morte. A decisão de Zé Lisboa, de permanecer em sua “casinha velha”, é narrada com profunda admiração pelos outros pescadores, que reiteradamente afirmam que ele agira da maneira certa.

Fomos para o Pesque-Pague. No caminho encontramos um pescador chamado Chiquinho. Ele repetiu que o nível da lagoa estava alto e acrescentou que a solução para isto seria a abertura do Canal das Flechas. Contou que o pagamento que a prefeitura dava no período do defeso ajudava, mas não era suficiente. Explicou que muitas mulheres não pescavam, mas que tiravam seu sustento de trabalhos que auxiliavam a pescaria; sem a pesca essas mulheres ficavam sem renda porque seus serviços só tinham sentido em período de pesca.

Continuamos andando e chegamos ao Porto da Beirada. Lá, Colaço e Belô dirigiram-se para o barco deste. Ramon, Amarinho e eu ficamos a conversar com um pescador que estava pintando seu barco.

Não recordo o nome desse pescador, mas o diálogo com ele foi interessante. Ele falou basicamente sobre a construção do Porto da Beirada²⁶. Tal obra lhe era de extrema importância, pois garantia a proteção das embarcações contra tempestades e ventanias.

²⁶ Este é o principal porto de Ponta Grossa dos Fidalgos. Nele a Prefeitura de Campos dos Goytacazes realizou um aterro, em outubro de 2000, onde foram construídos dois diques, um píer e dois quiosques, além de tanques para a reprodução e venda de peixes. A obra representou o aterramento de parte da Lagoa Feia, território pertencente à Marinha, e também não foi avaliada nem discutida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, motivos que levaram ao seu embargo no final do ano de 2001.

Parecia-lhe errado o embargo da obra porque ela proporcionava grande benefício aos pescadores. Contou-nos que num recente período de seca, as embarcações não conseguiam entrar no porto e que lhe sugeriram que a seca da Lagoa tinha relação com tal a obra. Ele foi enérgico ao dizer que esta seca nada tinha a ver com o porto e que as secas ocorriam porque Deus não enviava água.

Então, Ramon e eu fomos com Amarinho em direção ao dique desse Porto, que percorremos em toda a sua extensão enquanto Amarinho nos falava sobre a Lagoa. À nossa direita (oeste), bem longe, ficava a Lagoa de Cima. Dela vinha o rio Ururaí que desembocava na Lagoa Feia. Onde podíamos ver algumas palmeiras, do outro lado da Lagoa, ficava a cidade de Quissamã. À nossa esquerda (leste), a Barra do Furado.

Voltamos para procurar São Zé Lisboa. Novamente reunidos a Colaço e Belô, tomamos o rumo da casa do velho pescador e, desta vez, o encontramos sentado na parte da frente de sua casa, do lado de dentro, próximo à porta.

Sentamo-nos em frente à porta, eu, Ramon e Colaço; do nosso lado esquerdo estava Amarinho e do direito Belô, ambos em pé; sentado em uma cadeira à nossa frente estava São Zé Lisboa, dentro da casa.

Esse respeitável senhor começou contando que não nascera em PGF, que mudara-se para lá quando já era um homem feito. Havia casado com uma moça e tivera problemas com a família dela, então resolvera sair do seu local de origem (Ilha Grande), fixando-se em PGF, onde criara seus filhos e onde vivera desde então.

São Zé disse-nos que quando chegou em PGF a Lagoa era muito maior, que onde estávamos naquele instante era uma área da Lagoa, que, antigamente, passava da rua de asfalto. Quando falou da rua asfaltada, Amarinho interferiu: "Quem mandou asfaltar isso tudo aqui foi São Zé Lisboa, ele manda em tudo aqui, não é São Zé?". Amarinho recebeu como resposta afirmativa um gesto de cabeça de São Zé.

Era impressionante o respeito que aquele senhor gozava em PGF. Todos que nos falaram dele o fizeram com grande admiração. Nosso primeiro encontro com São Zé foi uma cena pitoresca: cinco homens sentados no chão, ou de pé nos cantos da porta, do lado de fora da casa, ouvindo um senhor de 93 anos falar calmamente sentado em uma cadeira dentro de sua casa. A cena muito lembrava a de um professor dando uma aula para seus jovens alunos.

São Zé era aposentado pela Capitania dos Portos e tinha documentos que comprovavam sua profissão de pescador. Quando falou sobre seus documentos, Amarinho e

Belô entrevistaram mencionando a cor da carteira de pescador de São Zé. Diziam que a cor dessa correspondia a uma versão antiga e que, depois dela, outras cores já haviam sido usadas na confecção do documento.

Ao falar de suas carteiras de pesca, Amarinho e Belô mostravam-se orgulhosos. Aparentemente, quanto mais antiga a carteira, mais valor possuía.

São Zé nos mostrou o motor que usava em seu barco. Depois disso, despedimo-nos dele e seguimos para um bar, onde pretendíamos esperar o ônibus.

Aí ficamos conversando com Amarinho e Belô. Amarinho nos enganou quando o ônibus passou: disse que ainda iria demorar meia hora para passar de volta, rumo a Campos. Menos de cinco minutos depois o ônibus passou diante de nós e Amarinho se pôs a rir. Então nossa derradeira chance de voltar para casa ficou reservada ao último ônibus.

Acabamos por nos divertir com o "trote" que levamos. Compramos carne e Amarinho pediu que sua irmã a preparasse em casa.

O irmão de Amarinho, Júlio César, entrou no bar e se agregou à conversa. Quando perguntamos sobre a pesca, repetiu aquilo que já havíamos escutado antes: que a Lagoa estava cheia demais e que estávamos em período de defeso. Porém, ele atribuía grande importância ao período de defeso, dizendo que ele deveria ser respeitado porque senão no futuro a pesca se tornaria ainda mais difícil.

Depois de algum tempo juntou-se a nós outro homem. Ele nos disse logo que seu nome era Reinaldo, mas que caso quiséssemos encontrá-lo deveríamos procurar por Dóba²⁷. Era funcionário da Prefeitura de Campos, no setor da construção civil. Fora pescador, durante anos, mas trocara a profissão por outra que lhe proporcionava melhores rendimentos. Sua mulher era atravessadora e ele sempre se referia a ela como uma pessoa muito esforçada trabalhadora.

Depois de alguma conversa, me veio a idéia de perguntar a Belô se ali em PGF era praticada a pesca-de-galho²⁸ e se ele conhecia esse tipo de pesca. Fiz a pergunta sem muita pretensão e recebi em resposta um "muita coisa"²⁹. Dóba sorriu satisfeito dizendo que também a conhecia. Belô explicou que este tipo de pesca consistia em sair para a Lagoa, olhar

²⁷ Sobre a importância dos apelidos como um artifício narrativo capaz de guardar e transmitir histórias locais, ver MELLO & VOGEL: 2004 e PRADO: 2002.

²⁸ Tal como em Maricá (MELLO & VOGEL: 2004).

²⁹ Expressão afirmativa que denotava grande intensidade ao tema abordado.

o horizonte e encontrar dois referenciais, depois jogar um galho. Depois era só retornar ao mesmo local, orientado pelos referenciais, e pegar os peixes no galho.

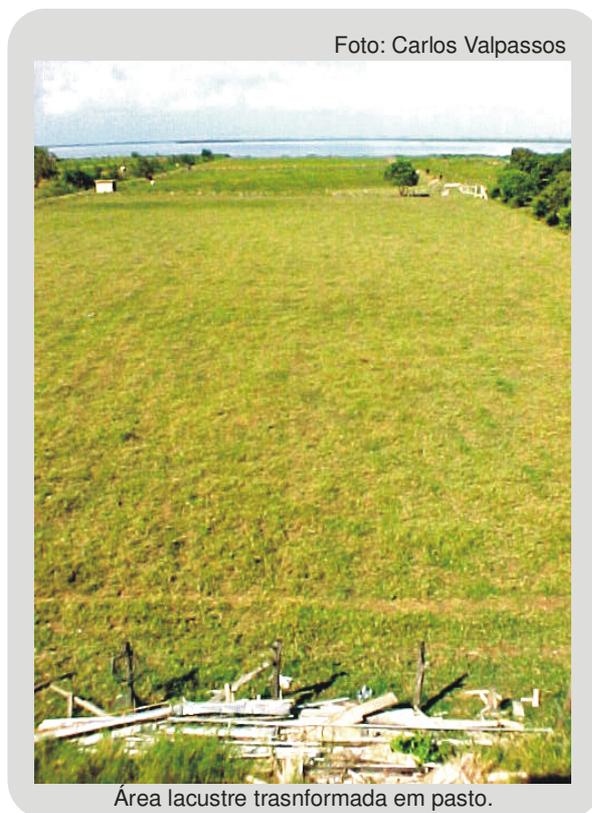
Dóba afirmou já ter pescado muito dessa maneira. Disse que conseguia mergulhar e pegar os peixes dentro dos buracos utilizando apenas as mãos, que voltavam com os peixes entre os dedos.

Na semana seguinte, no dia 16 de março de 2002, retornamos, eu e José Colaço a PGF. No intervalo em que estivemos afastados do campo, fiquei sabendo que um amigo, pedreiro, estava trabalhando na construção de uma casa no arraial. Quando chegamos ao povoado fomos então procurá-lo.

Ele trabalhava com seu pai, o mestre da obra, erguendo uma casa de três andares, às margens da Lagoa. Um dos ajudantes, Paulo, era nativo de PGF e, vendo nosso interesse nos costumes e na história local, resolveu nos transmitir aquilo que julgava ser o mais relevante para nós.

Subimos, então, até a parte mais alta da casa para ver a Lagoa Feia em toda sua extensão. Paulo apontou para a quantidade de pastos que nos separava da Lagoa e disse que todo esse espaço já fora Lagoa em outros tempos (cerca de 300m).

A foto a seguir foi tirada neste dia, e retrata a paisagem à qual Paulo se referia.



Quando as águas lacustres recuavam em função dos ciclos sazonais de estiagem, continuou Paulo, eram feitos diques. Desse modo os fazendeiros da região ampliaram a extensão de suas propriedades.

Durante nossa terceira visita ao arraial, no dia 23 de março de 2002, nos encontramos com Dóba e juntos nos dirigimos para o Porto da Beirada. Fomos para o Dique. A nosso pedido, Dóba começou a enumerar algumas espécies da fauna lacustre. Pedimos para anotar e ele não hesitou em dizer que sim. Dóba falou 1) de peixes: Corvina, Acará, Piau, Sairú, Cumatã, Bagre Branco, Bagre Preto, Traíra, Tainha, Carapeba, Robalo, Acari, Caximbau (Cascudo), Sarapô, Piaba, Cumbaca, Jundiá, Mandi, Morobá, Roncador, Bolê, Tilápia, Carpa Vermelha, Tambaqui, Peixe Agulha; 2) Crustáceos: Lagosta, Camarão Pitu; 3) Aves: Socó, Gordinho, Garça, Marreco Asa Branca, Coeira, Marreca Pé Vermelho, Xenquem, Ererê, Argentina, Biguá, Quero-quero, Carão; e, por fim, 4) Répteis: Cobras e o Jacaré³⁰.

Dóba contou ainda que aquele lugar, onde estávamos agora, antigamente era Lagoa; que ali se formavam extensões de areia branca onde as pessoas se reuniam para jogar bola. Disse que, há anos, o governo quis construir um canal submerso na Lagoa para que as águas do rio Ururaí não mais fossem depositadas na extremidade lagunar direita, e sim na esquerda. Afirmou que se essa obra tivesse sido concluída, a Lagoa teria secado. Para evitar a continuidade deste empreendimento governamental, os pescadores se mobilizaram e conseguiram que a obra não fosse levada adiante. Segundo ele, o fato fora notícia de jornal na época.

Em nossa quarta visita, no dia 13 de abril de 2002, fomos nos encontrar novamente com São Zé Lisboa. José Colaço perguntou-lhe o que achava da Lagoa, se via possibilidades de melhoras para a pesca, no futuro. A resposta veio rápida: "É daí pra pior". Zé Lisboa lembrou que o espelho d'água da Lagoa chegava à rua João Cabral Neto, e que grande parte de sua área fora "tomada pelos fazendeiros"; disse que achava que a ação dos fazendeiros prejudicava a Lagoa porque reduzia sua área.

Pouco depois nos despedimos e fomos para o Porto da Beirada. No caminho encontramos com Zé de Catete, um pescador que estava, junto à sua família, fazendo rede.

Foi nesta conversa que, finalmente, consegui compreender a questão do defeso sem grandes lacunas. Zé de Catete e sua esposa explicaram que o período de defeso se iniciava em novembro, passava dezembro e janeiro, terminando em fevereiro. A pesca estava ruim, então,

³⁰ Uma lista detalhada das espécies da Lagoa Feia pode ser encontrada em OLIVEIRA: 2005.

os pescadores pediram que a prefeitura lhes pagasse um auxílio. A Prefeitura aceitou, mas proibiu a pesca. Esta atitude frustrou os pescadores que esperavam receber o auxílio para complementar aquilo que ganhavam com a pesca. Para agravar a situação, a Prefeitura ainda não tinha efetivado os pagamentos referentes ao período, o que levava os pescadores a se endividarem cada vez mais nas mercearias, açougues e bares.

Para receber o seguro defeso (novembro, dezembro e janeiro) era necessário estar regularizado como pescador. O auxílio da prefeitura era menos rigoroso e abrangia até mesmo pessoas que não se sustentavam diretamente da pesca.

Zé de Catete era natural de PGF e sua esposa da Lagoa do Campelo. Indo pescar na Lagoa do Campelo Zé acabou "pescando" sua mulher, que veio morar com ele em PGF. Tiveram três filhos: duas meninas e um menino. A filha mais velha estava grávida e ia casar em breve. O menino tinha 13 anos e pescava com o pai. A filha mais nova já estava interessando-se por aprender a fazer redes.

1.4 – As Primícias

Em Ponta Grossa dos Fidalgos, o principal aspecto na definição do status de um pescador é o conhecimento que ele possui sobre os terrenos, os ventos e as espécies lacustres, ou seja, seu saber geobiológico relativo à Lagoa Feia.

Ser um pescador respeitado e admirado significa dominar os conhecimentos relativos à geobiologia lagunar e empregá-los de maneira eficiente na atividade de captura. Note-se que isso de nenhuma forma equivale ao indivíduo bem sucedido financeiramente na pesca.

Um pescador que seja profundo conhecedor da geobiologia da Lagoa Feia pode não ser bem sucedido na administração de seus ganhos. Pode ser imprevidente ou não ter recebido uma herança abastada (o que pode fazer com que dependa dos equipamentos de pesca de terceiros), entre outros possíveis motivos.

Diversos são os fatores que podem fazer com que um bom pescador não tenha o equivalente dos seus conhecimentos naturalísticos refletidos em sua situação econômica. Isto, todavia, não implica que ele não tenha um status elevado no grupo. Cabe a ele a escolha dos lugares de pesca e da técnica a ser empregada. Sua palavra nos assuntos relativos às pescarias, tema quase que constante nas conversas masculinas, é de grande valor.

Neste contexto, os pescadores mais velhos possuem status bastante elevado em função dos conhecimentos relativos à Lagoa Feia e aos aspectos históricos do arraial - conhecimentos estes que constituem o resultado de informações acumuladas, testadas e comprovadas ao longo de suas vidas.

Quando, no primeiro dia de meu trabalho de campo, tive que responder a Samuel se meu interesse era relativo à pesca ou à política local, fui obrigado a reagir diante de uma dúvida nativa e, dessa forma, escolher, mesmo sem ter certeza do que aconteceria, uma forma de ter acesso às pessoas do lugar.

“Vocês querem saber de pesca ou querem saber de política?”. A sentença é de amplo valor semântico. Nela podemos perceber que há uma clara separação entre dois aspectos de grande relevância no arraial: a política e os conhecimentos sobre a pesca. O que a frase expressa, de maneira nítida, é que quem se dedica à política não necessariamente possui valorizados conhecimentos relativos à pesca, e vice-versa.

Como presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos (APAPGF), Virgimar era uma pessoa detentora de um elevado grau de poder. Era ela quem decidia quais pescadores poderiam ou não ter acesso ao “seguro defeso³¹”. Por isso, trabalhava como uma espécie de fiscal, vigiando e punindo, e não concedendo o seguro àqueles que praticavam a pesca durante o período de defeso.

Apesar de seu poder, Virgimar possuía um baixo status diante do grupo. Ela era considerada como “gente de fora”, que se mantinha ali apenas por interesses financeiros. Seu poder de punição era deveras questionado, pois ela não era, nem nunca tinha sido, pescadora; não conhecia “a vida de quem pesca”. Seus conhecimentos eram vistos como algo distante da vida prática, da realidade lagunar. “Sobre este assunto quem pode falar são os pescadores”, argumentaram meus interlocutores.

Quando Zé de Catete me dizia que para receber o seguro defeso, pago com verba oriunda do governo federal, era necessário estar cadastrado na Colônia de Pesca, ao passo que o auxílio proporcionado pela Prefeitura de Campos era “menos rigoroso”, na verdade, o que ele estava me dizendo era algo mais complexo.

Em seu ensaio intitulado *Civil Participation Structures and the perpetuation of the Traditional Power: the case of the fishing village Ponta Grossa dos Fidalgos*, Lorena de

³¹ Recursos financeiros dados aos pescadores durante o período em que a pesca fica proibida para que haja a reprodução das espécies.

Oliveira e Alves nos mostra como a Associação de Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos apresenta as características de um novo modelo de clientelismo, “agora baseado em poder político e em condições de sub-cidadania, mais do que num modelo repressivo e de bem-estar, como no tempo dos *Coronéis*” (grifo da autora).

Neste sentido, Virgimar surge como personagem importante no plano das relações políticas locais, capaz de conseguir benefícios junto à prefeitura para seus aliados e, ao mesmo tempo, de dificultar ou impedir que seus opositores locais obtivessem acesso a tais benefícios.

A APAPGF se apresenta, desse modo, como o órgão representativo dos pescadores, exercendo a importante tarefa de mediação entre a comunidade e os órgãos governamentais relacionados ao meio ambiente – tais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Acontece, entretanto, que

“(…) a estrutura deste órgão [APAPGF] é usada para manipular estratégias políticas e de clientelismo. É importante pensar sobre o clientelismo não apenas como um sistema materialista de favores e doações, mas como um sistema de forças opostas. Esta relação que se efetiva na *Associação de Pescadores* é uma disputa; é mais em torno do poder político do que em torno da questão do defeso. Na medida em que no imaginário social os direitos são vistos como dádivas, um político conquista mais poder e prestígio de acordo com sua capacidade de proporcionar tais dádivas. Neste sentido, uma estrutura como a *Associação de Pescadores* é sempre um lugar estratégico para se estabelecer uma boa relação com a comunidade³²”.

A relação entre a APAPGF e os pescadores e suas famílias, somada à obtenção ou não do auxílio defeso proporcionado pela prefeitura, constitui um dos temas que mais se insinuaram para aos etnógrafos em suas primeiras visitas ao arraial. A abordagem sistemática do assunto, no entanto, coube a Lorena de Oliveira e Alves que, neste momento, elabora uma monografia que será defendida para obtenção de seu grau de bacharel em ciências sociais na UENF, no ano de 2006.

Se Virgimar surgia como a pessoa mais qualificada para nos informar sobre política, era Zé Lisboa a pessoa habilitada a nos inteirar sobre os assuntos relativos à pesca artesanal. Falar dele implica, necessariamente, falar de sua residência.

³² OLIVEIRA E ALVES: 2005; 10.

Fotografando as ruas e pessoas do arraial, me detive, certa vez, em frente à casa antiga, para registrar sua imagem. No mesmo instante, um pescador que passava pelo local me disse que aquilo sim era importante de ser registrado, pois fazia parte da história de Ponta Grossa dos Fidalgos.

A residência de Zé Lisboa constitui uma espécie de casa limiar, algo que não é uma casa de alvenaria nem uma casa de entulho³³. Trata-se de uma casa erguida, pelo próprio Zé Lisboa, há cerca de 64 anos, nos moldes antigos, ou seja, nos moldes de uma casa de entulho. Ao longo das décadas, a casa passou por alguns “melhoramentos”. Recebeu telhas de cerâmica e tijolos em suas paredes. Estas eram tortas e pareciam se equilibrar umas arrimadas às outras através do telhado. Era uma casa de entulho que se metamorfoseou em casa de alvenaria, mas de uma maneira que se tornou algo que não é nem uma casa de entulho nem uma de alvenaria.

Data: Entre 1939 e 1941

Foto: Luiz de Castro Faria



Casa de Entulho

³³ As casas de entulho assemelham-se às casas de sapê. Eram casas construídas com paredes de bambu entrelaçado e preenchidas com argila. A cobertura do teto era realizada com uma planta nativa, conhecida como taboa.

Data: 2002

Foto: Carlos Valpassos



Zé Lisboa e sua Casa

O velho pescador, então com 93 anos, contou ao etnógrafo que sua vida estava naquela casa e, demoli-la, então, resultaria em sua morte. A decisão de permanecer em sua “casinha velha”, ao invés de aceitar a casa oferecida pelo prefeito, é reiteradamente apontada pelos pescadores como uma escolha correta. Mas por que a troca do conforto de uma casa nova pela permanência numa antiga casa é narrada repetidamente, sempre com orgulho?

A Casa de Zé Lisboa é, pois, um símbolo da história do povoado e, mais que isso, um símbolo de um modo de vida: o do pescador. A casa representa um *modus vivendi* em sua forma pretérita. Não é o pescador contemporâneo que é representado por ela, mas sim o pescador “antigo”, aquele que navegava uma canoa sem motor, fazendo uso dos ventos da Lagoa e do remo para impulsionar sua embarcação.

Desse modo, a Casa constitui para Zé Lisboa uma reafirmação de sua condição de pescador antigo, detentor dos conhecimentos relativos à Lagoa e à história do povoado, representando, portanto, um aspecto que reafirma e realça seu elevado status no grupo.

O confronto das imagens oferecidas por estes dois personagens, Zé Lisboa e Virgimar, é um bom exemplo de como opera a separação entre status e poder em Ponta Grossa dos Fidalgos. Virgimar, pessoa de poder, influente na política e capaz de delegar funções, possui um status baixo no povoado. Zé Lisboa não possui nenhuma função que lhe dê poder, é um

pescador que possui bens de pouco valor econômico, mas ricos em valores simbólicos e que contribuem para reforçar seu elevado status.

Fica claro, dessa maneira, que o status de quem se envolve com a atividade pesqueira é fortemente influenciado pelos conhecimentos e experiências relativos à Lagoa Feia possuídos por cada pessoa. Neste sentido, o poder não é a variável determinante do status. Poder e status encontram-se, assim, disjuntos, como demonstrou Dumont em um outro contexto etnográfico, em seu *Homo Hierarchicus*.

Pensar sobre Zé Lisboa e sua casa nos conduz à outras discussões. Pensemos, pois, no que tange aos conhecimentos naturalísticos empregados nas atividades de captura, tanto na pesca propriamente dita quanto na própria locomoção sobre as águas lacustres. O conhecimento da Lagoa, incluindo suas distintas áreas bem como suas espécies animais e vegetais, é extremamente valorizado pelos pescadores, que se gabam de poder falar ou mesmo mostrar os detalhes minuciosos da Lagoa que, para alguém com o olhar destreinado, passam despercebidos.

Assim, quando Belô nos falava de sua capacidade de navegar fazendo uso apenas do remo e da vela, ele queria dizer que seus conhecimentos geobiológicos relativos à Lagoa Feia eram profundos e, por isso, que ele era um bom pescador.

Reconhecer as diferenças entre as diversas áreas da Lagoa implica em elevado prestígio nas constantes rodas de debate sobre a pesca, entre os homens, normalmente nos bares ou em frente às suas casa. Implica também na responsabilidade de decisão, quando o pescador se torna o mestre de uma embarcação, quanto aos locais e às técnicas de pesca a serem empregadas.

Estes conhecimentos naturalísticos, que nos foram apresentados já nos primeiros dias de pesquisa, constituem parte substantiva do trabalho monográfico de José Colaço Dias Neto intitulado *Gente da Lagoa: Etnografia, Sistemas de Classificação e o Fenômeno Jurídico em Ponta Grossa dos Fidalgos*. Nele, o autor apresenta as categorias utilizadas pelos pescadores no reconhecimento das diversas regiões da Lagoa e como, através da comunhão deste saber com outros relativos aos hábitos das espécies da ictiofauna e às técnicas de captura, são criados os “pesqueiros” – locais onde os pescadores propiciam, através de técnicas como a

pesca de cutuca³⁴, a constante presença de peixes - permitindo aos seus *autores* minimizar as incertezas da atividade haliêutica. A partir disto, Colaço empreende a discussão sobre o direito de uso destes pesqueiros, bem como sobre as maneiras empregadas, nas conversas sobre pescarias, para que estes pesqueiros não sejam conhecidos por outros pescadores, nos conduzindo à idéia de que as “histórias de pescador” são meios pelos quais assuntos de interesse coletivo são debatidos sem que a localização dos pesqueiros caia em domínio público.

Quando Belô e Dóba se referiram à pesca de cutuca, eles nos deram a oportunidade de abordar, diretamente, a questão do conhecimento ecológico dos pescadores da Lagoa Feia. Possibilitaram-nos, também, perceber, através da cutuca, que os pescadores tinham suas representações sobre os hábitos dos peixes, e que estas representações eram postas em prática na elaboração das técnicas de pesca. Sêo Celso, ao dizer que ficava mais difícil pescar com a Lagoa cheia por que os peixes podiam “ver as redes”, reforçava a idéia de que os pescadores conheciam os hábitos de cada espécie através de um complexo sistema classificatório que constituiu o assunto principal da monografia *Peixes, Tempos e Lugares: Apontamentos Sobre o Conhecimento Ictiológico dos Pescadores Artesanais na Lagoa Feia/RJ*, de João Paulo Gama de Oliveira.

A atividade pesqueira enreda, pois, não apenas aqueles que se dedicam à pescaria propriamente dita, como também aqueles que dela participam de forma indireta. Este é o caso

³⁴ Castro Faria descreveu a pesca de cutuca como “processo de pesca baseado na utilização de um engôdo para os pias” (Cf. CASTRO FARIA: Inédito a.) Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos atribuem aos pias a preferência pela casca do tronco de uma árvore: o jenipapeiro.

Assim, eles escolhem, de maneira pautada nos saberes sobre os hábitos dos peixes e também da geografia lacustre, um local na Lagoa para depositar um galho de jenipapeiro. Após essa etapa, o pescador passa a visitar seu galho periodicamente, jogando nele milho ou arroz, visando tornar o ambiente ainda mais atrativo para os pias.

Dessa maneira, formam-se verdadeiros criadouros de peixes dentro da Lagoa. Quando desejam pescar os pias, os pescadores seguem até o local do galho e lá realizam a pesca de trolha. Castro Faria afirma que o fundamento da pesca de cutuca “é o emprêgo do engôdo especial, de valor por assim dizer específico, pois somente os pias são seduzidos por êsse alimento”. Além do emprego do engodo, considero também fundamental a forma como os pescadores conseguem retornar aos seus galhos, visto que esses ficam submersos na Lagoa. Eles utilizam “um processo de orientação que os pilotos denominam *enfiamento*. Estando a embarcação num certo local, procuram em terra, de um lado e de outro, dois acidentes quaisquer que estejam *enfiados*, isto é, colocados numa mesma reta; essas duas linhas passarão a representar os dois lados do triângulo, em cujo vértice estará sempre o ponto ocupado no momento pela embarcação e que se desejava assinalar”.

Os acidentes “enfiados” podem ser morros, árvores das margens da Lagoa ou construções feitas por homens e visíveis de dentro da Lagoa. Assim, na pesca de cutuca tanto são empregados conhecimentos relativos à ictiobiologia e à geografia, tanto da Lagoa quanto de seu entorno.

das mulheres que, embora muitas vezes não pesquem, garantem seu sustento como atravessadoras do pescado, fazendo redes, ou mesmo preparando o alimento para o consumo nos bares locais. O pescador Chiquinho reconheceu a participação das mulheres quando se referiu à necessidade de incluí-las entre aqueles que recebem o auxílio-defeso quando a pesca é suspensa para a reprodução dos peixes; também Dóba se referiu ao tema, justamente em nosso primeiro dia no campo, ao falar da importância de sua mulher como atravessadora, vendendo peixes numa feira em Campos. A participação e o papel da mulher no arraial, por sua vez, constituem o tema abordado por Flávia Rúbia Arêas, em sua monografia intitulada “*É Pouco, mas é mais um! – A participação da Mulher na Economia Doméstica em Ponta Grossa dos Fidalgos – RJ*”.

São mencionados, também nestes primeiros contatos etnográficos, os dois eventos rituais mais importantes do arraial: a festa de Nossa Senhora da Conceição e a festa de São Pedro. A primeira é o tema da monografia de Bonnie Moraes Manhães de Azevedo: “*A Festa de Nossa Senhora da Conceição: Ritual e Simbolismo em Ponta Grossa dos Fidalgos*”; e a segunda, da monografia de Thaís Nascimento, intitulada “*A Festa é do Povo?*” – *Política e Religião em Ponta Grossa dos Fidalgos - RJ*. Ambas as festas ilustram os modos de articulação das redes locais de sociabilidade, envolvendo, de modo mais ou menos explícito, as filiações e lealdades de diversos atores.

A festa de São Pedro, comum a tantas outras comunidades pesqueiras do litoral brasileiro, apresenta aqui uma peculiaridade na medida em que ela evoca um tempo pretérito, quando os festejos eram organizados pelos e para os próprios moradores do povoado, em comparação com o presente, cujas celebrações são patrocinadas e organizadas por um vereador local. Deste modo, muitas pessoas do povoado argumentam que na antiga festa havia *respeito* para com o Santo, ao contrário do que acontece atualmente.

A comparação entre passado e presente evocada pela festa de São Pedro é um tema que perpassa, direta ou indiretamente, todas as monografias desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, constituindo, pois, um assunto de grande relevância para o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos.

O “tempo dos antigos”³⁵, expressão usada pelos pontagrossenses para referir-se a um passado relativamente distante³⁶, é um período evocado sempre de maneira nostálgica, de modo a apontar os aspectos considerados positivos que foram perdidos, ou estão se perdendo, com o passar dos anos. É um passado idealizado, sem dúvida. A relevância dessa idealização, no entanto, reside no fato de realçar, através do contraste diacrônico, as mudanças sofridas pelo povoado, a fim de destacar no presente tanto fatores positivos quanto negativos.

Recordar o “tempo dos antigos” significa relembrar um tempo em que não havia água encanada nem luz elétrica³⁷, quando as pessoas não contavam com um posto de saúde e “Ponta Grossa era ilha”, isolada em função das precárias condições das estradas que ligavam o arraial aos outros lugarejos e a Campos dos Goytacazes. Apenas os mais abastados possuíam casas de alvenaria, pois, em sua maioria, as casas eram aquelas evocadas pela de Zé Lisboa, casas de entulho, com chão de terra batida e cobertas com taboa.

“Era um tempo difícil, mas como era bom...”, suspiram alguns dos “antigos” quando recordam o passado. As mulheres sofriam para transportar água da Lagoa até suas casas e os homens gramavam a pé longos trajetos para vender o pescado no mercado de Campos. Se as casas de entulho eram pouco confortáveis, a lembrança da construção dessas casas, realizada coletivamente, traz lágrimas aos olhos daqueles que recordam aqueles momentos. Erguidos os “esqueletos” de bambu das paredes, restava ainda a tarefa de preenchê-los com argila. Para isto ficavam pessoas dentro e fora da casa, arremessando argila, nas paredes. As emoções mais fortes, no entanto, são trazidas pela recordação de como era batido o chão destas casas: as pessoas se reuniam no interior da habitação e, ao som de um violeiro, dançavam um fado, batendo palmas e “sapateando”, de modo a compactar o chão.

Era um tempo em que “as pessoas eram diferentes”, pois os laços de sociabilidade eram mais intensos e quando ninguém passava fome, pois tudo era produzido ou pescado ali mesmo, nas roças domésticas ou na Lagoa. Um tempo onde a relação entre homens e mulheres era respeitosa e “ingênua”, pois beijos no rosto eram gestos extremamente ousados, o que significa dizer que a formação dos casais, pelo menos na maioria dos casos, acontecia antes das relações sexuais.

³⁵ Para maiores detalhes sobre o “tempo dos antigos”, ver NASCIMENTO: 2005 e o material inédito de Luiz de Castro Faria.

³⁶ Cabe ressaltar que a expressão ‘tempo dos antigos’ não se refere a um período preciso, variando de acordo com o narrador. Para pessoas de 30 a 40 anos, o ‘tempo dos antigos’ se refere à época de seus pais, já para pessoas de 50 anos em diante, indica o período da geração dez anos mais velha que a sua, e assim por diante. Tomo também o “tempo dos antigos” como indicador do período em que Castro Faria fez sua etnografia.

³⁷ Ponta Grossa dos Fidalgos recebeu fornecimento de energia elétrica em 1961.

As relações entre rapazes e moças neste período “idealizado” é contada e recontada aos etnógrafos todas as vezes em que se pretende salientar as mudanças ocorridas nas formas de sociabilidade dos jovens casais. O tempo em que os casais namoravam diante dos pais da moça, com dia e hora previamente marcados, é evocado para contrastar com o tempo atual, onde os jovens casais se “agarram e se esfregam no meio da rua!”. Todas estas recordações são trazidas de modo a reforçar o argumento de que o casamento por fuga³⁸ passa por um processo de transformação³⁹, pois “antigamente” a única forma que a moça encontraria para ter “liberdade” seria a união com um homem, que viria a se tornar seu esposo. O processo do “casamento por fuga” representava, pois, uma instituição ritualizada e reconhecida entre os habitantes de Ponta Grossa dos Fidalgos⁴⁰. Este tipo de matrimônio constitui o tema da monografia de Cyntia dos Santos Jorge, intitulada “*A Abdução da Noiva em Ponta Grossa dos Fidalgos*”⁴¹.

No “tempo dos antigos”, a Lagoa Feia “era muito maior do que é hoje”, e suas águas chegavam até a rua João Cabral Neto, como nos contou São Zé Lisboa. E dependendo de quão antigo for o “tempo dos antigos”, as pessoas podem até mesmo mencionar um período onde as águas lacustres escoavam para o oceano através de uma rede de rios e não através do Canal das Flechas⁴². Este período, no entanto, só é citado por aqueles que já atingiram mais de 80 anos, ou por aqueles que narram as histórias de seus pais ou avós. Com muito mais frequência se diz que, “antigamente”, não havia comportas⁴³ regulando o nível das águas da Lagoa Feia⁴⁴, pois estas eram reguladas pela “mão de Deus”, ou seja, pela providência divina⁴⁵.

³⁸ Tema abordado também por MELLO & VOGEL: 2005.

³⁹ Comenta-se que este tipo de união matrimonial hoje não representa uma certeza de relacionamento duradouro, ao contrário do que acontecia no “tempo dos antigos”. Se, antigamente, este tipo de união garantia a mesma “confiança” que o casamento na Igreja, hoje já não possui a mesma credibilidade.

⁴⁰ E também em outros povoados pesqueiros do Estado do Rio de Janeiro, como Maricá e a Ilha da Convivência, sendo esta pertencente ao município de São João da Barra.

⁴¹ Note-se que também este assunto nos foi apresentado durante os primeiros dias da pesquisa, quando Zé de Catete contou que foi pescar na Lagoa do Campelo e acabou “pescando” por lá sua esposa.

⁴² Canal que faz a comunicação entre as águas lacustres e o Oceano Atlântico, construído pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento no ano de 1949.

⁴³ 14 comportas manobráveis instaladas, no início de 1980, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento para regular o nível das águas lacustres.

⁴⁴ A administração do sistema de drenagem construído pelo DNOS, incluindo as comportas do Canal das Flechas, é abordada na dissertação apresentada ao COPPE/UFRJ por Paulo Carneiro (2002).

⁴⁵ A idéia da influência divina no controle de fenômenos naturais é constante em Ponta Grossa dos Fidalgos. Já no primeiro dia de pesquisa de campo, um pescador atribuía os períodos de estiagem da Lagoa ao desejo de Deus (página 13). É claro que ele tinha interesses particulares na conclusão da obra do Porto da Beirada, mas para demonstrar que as obras do Porto não eram responsáveis pela estiagem, ele utilizou um argumento muito caro no arraial: o poder e o desejo de Deus.

Não só a Lagoa Feia era maior no “tempo dos antigos”, e suas águas eram reguladas de acordo com a vontade de Deus, mas havia também peixes em fartura e os grandes robalos eram cobiçados em toda a região.

Esta é, resumidamente, a Lagoa Feia dos “antigos” que me foi apresentada para que eu pudesse compreender a Lagoa do presente. Do período de fartura, quando as margens eram uma “enorme praia”, à atual escassez, quando todas as margens estão “cobertas por pastos”, muita coisa aconteceu. As águas recuaram e os diques erguidos pelos fazendeiros locais avançaram sobre a Lagoa. Grandes obras de engenharia hidráulica foram empreendidas e uma delas, aquela a que se referiu Dóba, foi embargada pelos pescadores. Este processo de redução da Lagoa Feia – apontado por São Zé Lisboa, Paulo e Dóba durante os primeiros contatos, e reiterado constantemente pelos mesmos e por tantos outros no decorrer da pesquisa – constitui o fio condutor deste trabalho. Antes de mergulharmos nesta laguna de conflitos, símbolos e cosmovisões, façamos algumas observações a mais sobre a experiência etnográfica.

2 – Lições da Etnografia

A idéia de que o trabalho de campo constitui um rito na formação do antropólogo não constitui novidade e, ao meu ver, é aceita, senão por todos, ao menos pela maioria dos que exercem este ofício. Ano após ano, jovens estudantes viajam, às vezes para o interior de sua própria sociedade, a fim de realizar suas etnografias e, desse modo, escrever suas monografias, dissertações ou teses. Trata-se daquele “pequeno rito de iniciação a que submetemos os estudantes do primeiro ano de pós-graduação em antropologia, exortando-os a viajar e estudar as sociedades exóticas enquanto elas ainda estão lá⁴⁶”. No meu caso, eu era o estudante que, ainda no curso de graduação, viajava e estudava a “sociedade exótica”. O que importa aqui, todavia, é a idéia da experiência que vivenciamos durante o trabalho de campo e como ela nos acompanha durante o resto de nossas vidas, e quando digo “vida” quero me referir não apenas à vida acadêmica, mas à vida em todas as suas esferas.

Durante as reuniões que tive, junto a José Colaço, com o Prof. Arno Vogel para falar sobre nossas experiências no campo, sempre surgia como referência do “etnógrafo *par excellence*” o personagem do Prof. Marco Antonio da Silva Mello. Anos depois eu viria a conhecê-lo e me tornaria seu orientando. Nesta relação, a lição mais marcante que este

⁴⁶ SAHLINS: 1997; 52.

experimentado etnógrafo me transmitiu foi a de que o trabalho de campo é o momento em que o antropólogo se expõe, não apenas intelectual ou espiritualmente, mas de forma completa, pois põe em risco seu próprio corpo e, portanto, sua existência – leia-se vida⁴⁷.

Este constante processo de exposição de si mesmo acaba fazendo com que o antropólogo tome decisões e aprenda a comportar-se de forma a garantir sua própria preservação. Desse modo, através dos aprendizados diários conquistados no campo, o antropólogo adquire o arcabouço empírico para suas reflexões, bem como o anedotário que irá adornar sua carreira.

Durante meu trabalho de campo, poucas vezes o perigo se insinuou explicitamente para mim, embora estivesse sempre, de algum modo, presente. Na ocasião em que realmente senti medo, no entanto, o perigo foi algo que se apresentou em minha mente, mas não na realidade.

Durante a Festa de São Pedro de 2002, fomos auxiliados, José Colaço e eu, por nosso colega de classe Ramon Maia, no trabalho de captura de imagens videográficas do evento ritual. Em determinado momento, encontramos com o patrono da festa, o vereador Russo Peixeiro⁴⁸, e com ele fizemos uma breve entrevista. Terminada esta tarefa, quando estávamos sós, Ramon nos disse, aproximadamente com estas palavras: “Este sujeito é o grande coronel daqui. Cuidado com o que vocês vão perguntar ou escrever sobre ele, pois ele pode fazer com que vocês desapareçam nesta Lagoa, como já fez com outras pessoas!”.

O fato teria passado despercebido ou apenas como uma fantasia ou exagero de nosso colega caso uma seqüência de acontecimentos não nos recordasse as palavras ditas por ele.

Meses depois desta conversa, estávamos, José Colaço e eu, passando a semana em Ponta Grossa dos Fidalgos. Em um dado dia daquela semana, acordei mal-humorado e sem vontade de ficar conversando com quem quer que fosse, então, decidi visitar o arquivo público, relativamente próximo do arraial, para consultar os jornais de datas importantes apontadas por um pescador local. José Colaço decidiu permanecer em Ponta Grossa dos Fidalgos, com o objetivo de atualizar o mapa do povoado feito por Luiz de Castro Faria entre 1939 e 1941⁴⁹.

⁴⁷ Em palestra proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 2005, o Prof. Dr. Loïc Wacquant, expondo suas reflexões sobre o trabalho etnográfico, apresentou idéias bastante semelhantes às do Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello sobre a exposição física do etnógrafo durante o trabalho de campo.

⁴⁸ Russo Peixeiro é o apelido de Aldemir Gonçalves.

⁴⁹ Ambos os mapas encontram-se em anexo.

Consultando os jornais⁵⁰, descobri que, em fins da década de 1970, Russo Peixeiro criou, na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, uma comissão para fiscalizar a invasão das margens da Lagoa Feia. De acordo com os jornais, um grande e importante proprietário de terras da região, Demerval Queirós, acusou Russo Peixeiro de extorsão de dinheiro, em troca do silêncio em relação ao dique que o proprietário construiu para aumentar suas terras. Demerval Queirós registrou queixa na Delegacia de Campos, e os acontecimentos tiveram grande repercussão na imprensa local, resultando na discussão na Câmara dos Vereadores sobre a possibilidade de *impeachment* do vereador.

Estes acontecimentos ocuparam as capas de jornais campistas durante o mês de janeiro de 1980, mas acabaram resultando em nada. Russo Peixeiro não sofreu impeachment e Demerval Queirós conseguiu se esquivar da Comissão que fiscalizava o avanço das fazendas sobre as águas da Lagoa Feia.

Toda esta história me deixou muito impressionado, pois até então me era desconhecida a capacidade que aquele povoado tinha de se fazer notar na imprensa local e, em alguns momentos, nacional.

Voltei para Ponta Grossa dos Fidalgos e, em nossa base etnográfica, encontrei José Colaço e Dóba. Esperei que nosso principal interlocutor nos deixasse e, prontamente, narrei ao meu colega todas as informações que obtivera nos jornais. Surpreso com minhas notícias, meu companheiro etnógrafo começou a contar que, na elaboração do novo mapa, fora abordado diversas vezes por habitantes do lugar, alguns deles com atitudes ásperas, querendo saber qual a finalidade da nossa pesquisa, se éramos fiscais de terra ou do “meio ambiente”, ou coisas da espécie. Um pescador chegou mesmo a consultar Colaço para saber se poderia comprar um determinado terreno, pois tinha medo de gastar suas economias em algo que viríamos a desapropriar tempos depois.

Numa espécie de diálogo neurótico, concluímos que as explicações de Colaço não haviam sido suficientes para desfazer as suspeitas que pairavam sobre nós. A hipótese de que todos sabiam de minha ida ao arquivo público e do que eu havia descoberto foi levantada. Naquele momento em que conversávamos, portanto, Russo Peixeiro já deveria saber que éramos fiscais de terras, que pretendíamos desapropriar muitos terrenos, inclusive sua fazenda, e resgatar todas as histórias passadas no limiar das décadas de 1970 e 1980 com o

⁵⁰ Jornal Folha da Manhã de Janeiro de 1980.

objetivo de prejudicá-lo politicamente, pois também pairava sobre nós a dúvida com relação a identidade de possíveis candidatos em busca de votos.

Durante a noite, quem sabe, os “capangas” de Russo Peixeiro nos visitariam e nos levariam para conhecer de perto as minúcias do leito lacustre. Concluímos: estamos em perigo! Em menos de 20 minutos nós e nossas mochilas toscamente arrumadas tomamos o caminho de Campos dos Goytacazes.

Duas reuniões com o Prof. Arno Vogel foram utilizadas como terapia para dissipar nossas aflições. Hoje as conclusões a que chegamos naquele dia nos parecem fantásticas, mas, naqueles instantes, foram bastante reais e as sensações de risco, perigo e medo se ofereceram de maneira marcante na caracterização de um verdadeiro rito iniciático.

No início de 2004, depois de ter coletado uma série de informações oferecidas pelas fontes jornalísticas e interligado-as ao que me contavam os pescadores, redigi um texto sobre o momento em que os pescadores do arraial tinham paralisado a draga do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS –, que construía um grande canal na Lagoa Feia. Decidi ler meu texto para Dóba. Queria saber o que ele me diria, pois em 2 anos de pesquisa, até aquele momento nenhum pescador havia sequer mencionado o DNOS, sendo os fazendeiros da região os únicos responsáveis pela redução da Lagoa. Assim, cheguei a pensar, num desses “delírios” a que somos levados de tempos em tempos, que o DNOS poderia ser uma espécie de trauma coletivo constituindo um assunto tabu entre os pescadores.

Li cerca de 20 páginas para Dóba, que me ouviu atentamente, concordando com as coisas que eu dizia e acrescentando outras mais. Parecia recordar-se de praticamente tudo, inclusive do nome de pessoas que só me foram apresentadas pelos jornais. Quando terminei de ler o texto, Dóba disse: “É isso mesmo”. Intrigado, não pude deixar de perguntar se ele conhecia e se lembrava do DNOS. Para minha surpresa, Dóba me respondeu que chegara mesmo a trabalhar para o DNOS como operador de draga. Numa mistura de espanto e chateação perguntei: “Dóba, se você sabia do DNOS e também sabia o assunto que estou estudando, afinal, por que você nunca me falou do DNOS?”. A resposta que obtive foi curta, simples e óbvia, contrariando todas as minhas hipóteses para o fato de o DNOS não ter sido mencionado: “Abraão, você nunca me perguntou sobre isto!”. Depois disto, rimos, e desde então o DNOS tem aparecido em diversas conversas com diferentes pescadores.

O antropólogo pode e deve perguntar tudo aquilo que venha a despertar sua curiosidade e isto eu sabia, pois já havia lido Malinowski e já era um fascinado pela idéia de um etnógrafo sempre olhando por cima do ombro do nativo. Griaule também representava um exemplo de que o etnógrafo deveria ser indiscreto. As aulas de Antropologia apresentavam a mesma idéia, mas este episódio com Dóba me ensinou que entre o plano intelectual e o plano prático do trabalho de campo há uma enorme distância.

Eu tinha medo de invadir excessivamente a privacidade das pessoas, de fazer com que elas recordassem momentos infelizes, de magoá-las ou de fazê-las sofrer em função de minhas perguntas. Não passava por minha cabeça que talvez elas não falassem sobre determinados assuntos pensando que eu não os entenderia ou que eles não eram de meu interesse.

Durante as visitas ao campo em companhia de Cyntia dos Santos Jorge, muitas vezes fiquei bastante espantado. Ela fazia perguntas íntimas aos casais, sobre questões reconhecidamente delicadas, mas a forma como ela as fazia era surpreendente, pois suas feições transmitiam um ar de plena naturalidade. Assim, os entrevistados assumiam uma expressão de surpresa, que durava alguns segundos, mas se dissolvia quando olhavam para Cyntia e, então, respondiam também com um ar de normalidade.

Assim, aprendi que não bastava “estar lá”, mas que também era necessário se mostrar interessado nos assuntos e, mais do que isso, provar este interesse através de perguntas e curiosidades.

Neste sentido, o trabalho de campo em equipe se mostrou bastante estimulante e didático, pois apresentou diferentes facetas do personagem “etnógrafo” incorporado por cada um dos membros de nossa equipe: as precauções de José Colaço, os sofrimentos de Thaís Nascimento e de Bonnie Azevedo, a timidez de Flávia Arêas, a atenção constante e silenciosa de João Paulo Oliveira e Lorena Alves, a indiscrição de Cyntia Jorge e minha retração na tentativa de mitigar o aspecto mexeriqueiro⁵¹ desempenhado por todos nós.

A etnografia empreendida em conjunto, incorporando as deficiências, qualidades e sexo⁵² de cada etnógrafo, abriu um leque de possibilidades para a pesquisa, aumentando a possibilidade de obter informações e intensificando o aprendizado mútuo entre os

⁵¹ Ver Gluckman *apud* TURNER: 1980.

⁵² Evans-Pritchard (1978) escreveu sobre o etnógrafo como um ser sem sexo. Minha experiência de campo, no entanto, sugere algo bem distante disto, visto que etnógrafos e etnógrafas tiveram acesso e facilidade de interlocução em diferentes esferas da vida social, sendo alguns campos, como a casa, interditos aos pesquisadores do sexo masculino, e outros, como os bares, aos pesquisadores do sexo feminino.

pesquisadores, principalmente entre neófitos como nós. Aumentou a velocidade com que os assuntos apareciam e fez com que pudéssemos abordar, sistematicamente, uma quantidade maior de temas.

3 – O Rito de Passagem

Se pensarmos que a etnografia não começa quando se chega ao campo propriamente dito, nem termina quando o antropólogo volta ao seu escritório, mas que ela se desdobra desde a hora em que se inicia o caminho que levará ao “campo” até o momento em que são escritos os *papers*, dissertações e teses, então, fica claro que, uma vez iniciada a pesquisa antropológica, a etnografia há de se estender até seu final, se é que haverá um final. Desse modo, ela constitui hoje o tema de inúmeras reflexões, bem como parte substantiva das recentes pesquisas antropológicas, sendo possível mesmo afirmar que “não há nenhum antropólogo contemporâneo que não tenha sido submetido a esta experiência tão importante quanto enriquecedora, seja do ponto de vista pessoal, teórico ou filosófico⁵³”.

A idéia do trabalho de campo como rito de passagem não é recente. No Brasil, um dos textos mais conhecidos e divulgados sobre o assunto é de Roberto da Matta.

“Aqui desejo simplesmente observar que a iniciação na antropologia social pelo chamado *trabalho de campo* fica muito próxima deste movimento altamente marcado e consciente que caracteriza os rituais de passagem. Realmente, em ambos os casos, antropólogo e noviço são retirados de sua sociedade; tornam-se a seguir invisíveis socialmente, realizando uma viagem para os limites do seu mundo diário e, em pleno isolamento num universo marginal e perigoso, ficam individualizados, contando muitas vezes com seus próprios recursos. Finalmente, retornam à sua aldeia com uma nova perspectiva e os novos laços sociais tramados na distância e no individualismo de uma vida longe dos parentes, podendo assim triunfalmente assumir novos papéis sociais e posições políticas. Vivendo fora da sociedade por algum tempo, acabaram por ter o direito de nela entrar de modo mais profundo, para perpetuá-la com dignidade e firmeza⁵⁴”.

É, pois, no distanciamento de sua sociedade que o noviço encontra o estado propício aos “novos aprendizados que precedem à mudança de status”. E é precisamente esta mudança de status após o retorno do pesquisador que pretendo abordar. Roberto da Matta aponta o retorno como o “momento recompensador da viagem, quando o pesquisador pode voltar e,

⁵³ MATTA: 2000; 146.

⁵⁴ IDEM; 151.

nesta volta ao seio do mundo, trazer com ele a percepção de novas formas de relacionamento social, valores e ideologias⁵⁵”.

Pensar o trabalho de campo como um rito de passagem implica em pensar numa posição social que é alterada após a experiência etnográfica, ou seja, uma mudança de status. Roberto da Matta, em seu texto, nos conduz a refletir sobre o trabalho de campo não simplesmente como um rito de passagem, mas como um rito de elevação de status. Isto porque, depois de “individualizado” e podendo contar “apenas com seus próprios recursos” em uma sociedade exótica, num estado “pré-social” em que o pesquisador se encontra como a “matéria-prima” para um novo status social, há o retorno à sua sociedade, onde o viajante ocupará “novos papéis sociais e posições políticas”, conhecendo a glória, a alegria o brilho e o triunfo do retorno à sua sociedade.

A idéia de mudança de status me é cara em função das experiências que tive em meu curso de graduação logo após o início do trabalho de campo.

Depois de algum tempo de trabalho etnográfico, a notícia de que José Colaço e eu empreendíamos uma pesquisa de campo entre os pescadores da Lagoa Feia começou a correr entre nossos colegas estudantes bem como entre nossos professores. Assim, em diversas oportunidades – como aulas de sociologia, metodologia ou história -, quando o tema dos debates recaía sobre alguma questão relacionada à antropologia, prontamente o (a) professor (a) solicitava minha opinião.

É interessante pensar que isto foi uma mudança, pois antes do trabalho de campo nunca acontecia e, após o início da pesquisa, começou a se repetir com certa frequência. É importante lembrar também que tal mudança se iniciou menos de um mês após o início da etnografia, o que significa que o simples fato de “ter estado lá”, mesmo que rapidamente, já implica uma mudança de status num grupo de pessoas que “lá não estiveram”.

Impressionava-me o modo como meus professores, de outras áreas que não a antropologia, se mostravam interessados em minha pesquisa, muitas vezes parando, a mim ou a José Colaço, no corredor, para perguntar como estava indo o trabalho de campo. Os alunos que iniciavam seus primeiros cursos de antropologia na graduação também recorriam a nós para tirar suas dúvidas⁵⁶.

⁵⁵ IDEM; 153.

⁵⁶ Em setembro de 2003 cheguei mesmo a ser convidado, pela então coordenadora do curso de Ciências Sociais, para escrever uma curta descrição sobre a Antropologia para um *banner* sobre “O Curso de Ciências Sociais: Objetivos e Perfil”, apresentado na “Feira Anual de Informação Profissional”.

Havia naquele momento um acréscimo de respeito e confiança em nosso status acadêmico, em virtude de nossa experiência.

A vida, no entanto, não tem apenas um lado “doce”; e o “amargo” viria a ser experimentado de alguma forma por aqueles estudantes que passavam pelo rito do trabalho de campo. Isto porque a mudança de papel social implica na adoção de novas posturas e, se gozávamos do lado agradável dos personagens que incorporávamos, “os jovens antropólogos”, também éramos obrigados a enfrentar a hostilidade com a qual se deparavam os representantes de “nossa disciplina”.

Da noite para o dia passamos a ser associados à antropologia e do mesmo modo que as dúvidas de nossos colegas e professores sobre a disciplina recaíam sobre nós, independente de sermos meros neófitos, as antipatias e reprovações de profissionais de outros ramos acadêmicos atingiam nossas pessoas. Tornamo-nos, após a experiência etnográfica, “representantes da antropologia”, desfrutando, desse modo, tanto dos prazeres quanto dos infortúnios de tal posição.

As discriminações, se é que posso empregar esta expressão, vinham desde as brincadeiras de nossos colegas – que nos gozavam dizendo que éramos felizes por fazer pesquisa à margem da Lagoa bebendo cerveja com os pescadores e sem ter preocupações teóricas – até às críticas, muitas vezes ingênuas, de alguns professores.

Quanto a mim, o único ônus proveniente do meu novo status foram as brincadeiras de meus colegas de curso. Alguns de meus companheiros de pesquisa, no entanto, sofreram um pouco mais.

José Colaço, por exemplo, cursava a disciplina Metodologia III, quando num certo dia o assunto do debate recaiu sobre a pesca nacional. Neste momento o professor, um sociólogo de fortes tendências marxistas, citou como exemplo um grupo de pesquisa do Centro de Ciência e Tecnologia (CCT-UENF), para referir-se a uma pesquisa acadêmica que visava o desenvolvimento da atividade pesqueira no município de São João da Barra. Após mencionar as conquistas daqueles pesquisadores, o professor arrematou seu raciocínio da seguinte forma: “Esta pesquisa alcançou estes resultados positivos no desenvolvimento da pesca regional porque os engenheiros do CCT olham para o peixe e vêem o produto, ao contrário dos antropólogos do CCH [Centro de Ciências do Homem] que olham para o peixe e vêem apenas o símbolo”. Concluído o “brilhante” pensamento, os alunos da classe instantaneamente olharam para Colaço, como se esperassem dele uma réplica.

Com João Paulo Gama de Oliveira ocorreu um outro episódio interessante. Em uma entrevista do processo seletivo para o curso de Mestrado em Políticas Sociais do CCH-UENF, um dos entrevistadores disse o seguinte: “Seu projeto de pesquisa é interessante. Pena que é antropológico demais, mas se tirássemos o excesso de antropologia ficaria bom”.

É claro que todas estas críticas se inserem numa rede de conflitos institucionais que transcendem as “barreiras” disciplinares. São resultados de disputas entre laboratórios e professores ou mesmo de questões políticas. O que nos interessa, no entanto, é que após a iniciação etnográfica, nós, estudantes, fomos relacionados à antropologia e as críticas dirigidas aos profissionais desta área, imediatamente, passaram a ser dirigidas também a nós.

Dessa maneira, além da “glória” e do “triunfo” conquistados através dos aprendizados em outra sociedade, o jovem etnógrafo também pode deparar-se com os preconceitos e toda a carga valorativa do senso comum para com sua disciplina. Sendo assim, a iniciação etnográfica traz consigo não apenas uma mudança na forma pela qual o jovem etnógrafo percebe o mundo, mas também na maneira como ele é percebido, tanto positiva quanto negativamente.

4 – O Tirocínio Antropológico

Para concluir este capítulo, pretendo apenas justificar a escolha de seu título. Palavra de origem latina, *tirocinium*, denota a idéia de aprendizado ou noviciado. Na língua portuguesa, “tirocínio” possui três acepções principais: 1) primeiro ensino; aprendizado; 2) prática, exercício preliminar indispensável ao desempenho de determinada profissão; experiência; e 3) capacidade de discernimento.

Se tomarmos como verdadeira a idéia de que na formação antropológica contemporânea o trabalho de campo ocupa um papel essencial, chegamos à conclusão de que a etnografia representa o tirocínio antropológico em todas as suas acepções.

Pensar num pesquisador em uma sociedade exótica implica pensar em aprendizado e nos primeiros ensinamentos, pois, dependendo do caso, ele terá que aprender a se comunicar, a escolher alimentos estranhos a ele, a comportar-se de acordo com as regras de etiqueta do grupo etc; enfim, ele possivelmente terá que iniciar seu aprendizado desde os aspectos básicos do grupo no qual se encontra para poder desenvolver com sucesso sua pesquisa.

Neste sentido, o trabalho de campo surge como a experiência etnográfica por excelência, pois o pesquisador acaba tendo que criar suas relações e laços sociais, sendo que, ao contrário do que aconteceu no processo de socialização em sua própria cultura, ele agora deverá refletir sobre cada relação estabelecida, seja ela uma amizade ou uma prestação de favores, de forma que cada experiência social por ele vivida, após sua exegese – trabalho constante do pesquisador de campo – transforma-se numa Experiência no sentido pleno do termo, tal como proposto por Wilhelm Dilthey⁵⁷.

É apenas após a experiência etnográfica que o antropólogo contemporâneo passa a ser considerado plenamente como tal. E é esta experiência, que será apresentada como dissertação ou tese num outro ritual de passagem que são as bancas examinadoras, que acompanhará, de alguma forma, o antropólogo até o fim de sua carreira.

Por fim, é na pesquisa etnográfica que o antropólogo porá em prática aquilo que aprendeu com as teorias de sua disciplina, testando-as, transformando-as ou refutando-as. Além disso, no campo, ele será obrigado a aprimorar sua capacidade de discernimento, pois será levado a refletir e, portanto, a tentar compreender as situações vivenciadas no cotidiano de seu empreendimento etnográfico. Assim sendo, as viagens ao campo e as situações nele vividas, que poderiam ser apenas um desperdício de emoções, tornam-se, para o etnógrafo, um verdadeiro “acúmulo de experiência”, tal como sugeriu Luiz de Castro Faria.

De acordo com os últimos parágrafos e com tudo aquilo que os precedeu, a experiência etnográfica me parece, sim, ser o tirocínio antropológico.

⁵⁷ Os eventos cotidianos representam experiências, mas, segundo Dilthey, apenas deixam de ser meras experiências para transformar-se em Experiências quando são submetidos a um processo de reflexão. Para maiores informações ver BRUNER: 1986.

PARTE II

CENÁRIO E PERSONAGENS: A LAGOA FEIA, OS PESCADORES E OS ENGENHEIROS SANITARISTAS

“Ponta Grossa dos Fidalgos
O arraial, promontório
perto do lago que ostenta
um nome contraditório...”
Jacy Pacheco⁵⁸

“Desde que se começou a pensar em uma cultura moderna, a figura de Fausto tem sido um de seus heróis culturais. Nos quatro séculos que nos separam do *Faustbuch* de Johann Spiess, de 1587, e da *História Trágica do Doutor Fausto*, de Christopher Marlowe, de 1588, a história tem sido contada e recontada, interminavelmente, em todas as línguas modernas, em todos os meios conhecidos, da ópera ao espetáculo de marionetes e aos livros cômicos; (...) Embora tenha assumido muitas formas, a figura de Fausto tem sido sempre, praticamente, o ‘garotão cabeludo’, isto é, um intelectual não-conformista (...). Em todas as versões, também, a tragédia ou comédia ocorre quando Fausto ‘perde o controle’ sobre suas energias mentais, que a partir daí adquirem vida própria, dinâmica e altamente explosiva”. Marshall Berman⁵⁹

⁵⁸ PACHECO: 19.69

⁵⁹ BERMAN: 1987; 39.

1 –Formação Geológica da Lagoa Feia

A costa fluminense apresenta quatro variedades geomorfológicas oriundas do recuo do mar: a Enseada, a Laguna, o Pantanal e a Planície, como assinala Alberto Lamego, seu mais notório estudioso, acrescentando:

“O recuo do mar em consequência de seu próprio dinamismo construtivo é um fenômeno que se generaliza por todo êsse bordo litorâneo brasileiro⁶⁰”.

A partir do pico da Marambaia, de norte a sul, é possível observar que tais variedades apresentam-se sucessivamente e exibem, de modo gradual, o enxugamento da costa litorânea anteriormente ocupada pelo mar. Primeiramente Sepetiba, que se encontra aberta para o mar. Depois, a Guanabara e uma série de grandes lagunas, todas oriundas das restingas e de tal modo afastadas do oceano que suas águas, na maioria dos casos, são doces ou salobras. A seguir, entre os rios Una e Macaé, recrudesce o enxugamento. Os grandes espelhos d'água, neste ponto, dão lugar a extensos pantanais e alagadiços oriundos das barragens formadas por longas faixas de areia. Por fim, aparecem as imensas planícies de restinga, emparelhadas entre os tabuleiros e os depósitos aluviônicos do rio Paraíba do Sul⁶¹. Nessas ricas terras aluvionais, situadas entre o vale montanhoso e o mar, estendem-se, a perder de vista, as lagunas. Ocupam uma planície que se apresenta, inicialmente, estreita, mas que segue, paulatinamente, alargando-se para espriar-se na grande Baixada Campista.

Durante a formação geológica da planície goitacá, no período final do Pleistocênio, os rios Muriaé e Cula moveram-se, gradativamente, de noroeste para sudeste. O rio Paraíba do Sul, por sua vez, marginou a ponta do tabuleiro, onde hoje se erguem partes da cidade de Campos, e deslocou-se até atingir o atual delta.

A formação da Baixada Campista se deu através do avanço do Paraíba sobre o Atlântico, promovendo o entulhamento da faixa marítima litorânea. Este processo pode ser dividido em duas fases: a pleistocênica e a recente.

No início do Pleistocênio⁶², “tudo o que hoje é planície era ocupado pelo mar⁶³”. De Manguinhos a Campos, havia uma costa quase reta e daí às proximidades do Itaoca

⁶⁰ LAMEGO: 1945b, 07.

⁶¹ Cf. LAMEGO: 1974; 28.

⁶² Cerca de 65 milhões de anos atrás.

⁶³ Cf. LAMEGO: 1945a; 15.

apresentava-se uma enseada, de muitos quilômetros de profundidade, onde desembocavam alguns rios, dentre eles o Muriaé. O litoral seguia do Itaoca para o sul até o pontal de Quissamã, de onde se inclinava para sudoeste em direção a Macaé⁶⁴.

O mar de Campos tinha pouca profundidade quando o Paraíba começou a depositar os detritos, oriundos da cordilheira, sobre o espesso lençol de areia do fundo marítimo da enseada de Campos. Esta foi, desse modo, obstruindo-se. A marcha do delta do Paraíba ia, à direita e à esquerda, estendendo braços para o Atlântico. Ocorreu, simultaneamente a este processo, o gradual mergulho de toda essa aba continental no oceano.

Quando o Paraíba desviou-se para o nordeste, houve a estabilização da faixa litorânea e, também, a interrupção do mergulho do bordo continental. Uma nova paisagem foi formada quando a dilatação em horizonte substituiu a intensidade vertical e a deposição de sedimentos não mais se encontrou condicionada a uma bacia em depressão contínua. Emergindo das águas, enfim, surgiu a planície.

Em Campos, o rio Paraíba do Sul foi estrangulado na garganta do Fundão e, ao norte, barrado pelo pontal dos tabuleiros de Guarus, de forma que, nas enchentes, as águas do rio rolavam em grandes quantidades para o sul, formando um grande lençol de argilas ao longo de suas margens.

O pleistocênio foi um período fundamental na constituição geológica da região da Baixada Campista. Enquanto o rio avançava sobre o mar, este recuava, deixando para trás enormes extensões de areia empilhada.

“Na zona de Campos e de São João da Barra, consecutivas restingas que se sucedem com intercalações de brejos e lagoas alongados, levam ininterruptamente as areias contínuas até cerca de trinta quilômetros do litoral. Uma única exceção abre um vasto hiato lagunar em toda esta zona, com a formação da Lagoa Feia, cuja origem se deve a barragens de restinga⁶⁵”.

A Lagoa Feia foi o resultado de dois fatores. Em primeiro lugar, a divisão dos mares da costa pleistocênica em duas reentrâncias. Em segundo, o fechamento deste golfo, realizado pelas faixas de restinga⁶⁶.

O fechamento do antigo braço de mar resultou na formação da grande Lagoa. Seu enorme volume d'água foi trazido por diversos rios, dentre os quais o Paraíba, que, nas

⁶⁴ Cf. Idem; 15-16.

⁶⁵ LAMEGO: 1945b; 08.

⁶⁶ Cf. LAMEGO: 1940; 50.

grandes cheias, enviava suas águas para a Lagoa. Esta abriu caminho para o Atlântico através de um intrincado conjunto de vertedouros que, seguindo o recuo do litoral, constituíram uma planície argilosa através do depósito de seus sedimentos⁶⁷.

As águas da Lagoa tiveram seu escoamento gradualmente dificultado no Furado, o que fez com que elas avançassem pelas margens rasas, produzindo uma grande área de brejais.

Como as águas do rio Macabú eram forçadas contra o pontal de Quissamã e barradas pela restinga, elas alastraram-se por todo o baixo curso até Paciência, onde constituíram uma enorme área alagada.

Quando as águas do rio Paraíba do Sul transbordavam nas enchentes e buscavam a Lagoa Feia, cobriam o solo com a argila aluvional que, com o passar dos anos, tornou a superfície da baixada cada vez mais impermeável.

A área compreendida entre a Lagoa Feia e a margem direita do Paraíba, em função do alastramento das águas do rio Macabú, das dificuldades de escoamento da Lagoa Feia para o Furado e da impermeabilidade do solo que continuava a receber as aluviões do rio, constituía, quando da chegada os portugueses, uma grande extensão de terra repleta de pântanos⁶⁸.

Acredita-se, de acordo com relatórios e mapas antigos e atuais, que existiam na bacia hidrográfica da Lagoa Feia cerca de 106 lagoas, quatro delas no setor norte e cinco no setor oeste, 83 na planície aluvial e 14 na restinga⁶⁹.

A primeira descrição da Lagoa Feia de que se tem notícia data de 1632 e foi atribuída a Miguel Aires de Maldonado e a José de Castilho Pinto:

“Era um grandíssimo lago ou lagoa d’água doce, a qual estava tal agitada com o vento sudoeste, tão crespas suas águas e tão turvas que metiam horror: aonde lhe demos o apelido de Lagoa-feia⁷⁰”.

Nas margens setentrionais da Lagoa, formou-se a península de Ponta Grossa dos Fidalgos, um pequeno delta recente e paralisado⁷¹. O primeiro registro cartográfico que temos do povoado é a Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, de Manoel Vieyra Leitão, datada de 1767.

⁶⁷ Cf. Idem.

⁶⁸ Uma outra interpretação da formação da planície Goitacá, mais recente que a de Alberto Lamego, pode ser encontrada em: MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J. M. L., FLEXOR, J. M. Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

⁶⁹ Cf. BIDEGAIN: 2002; 31.

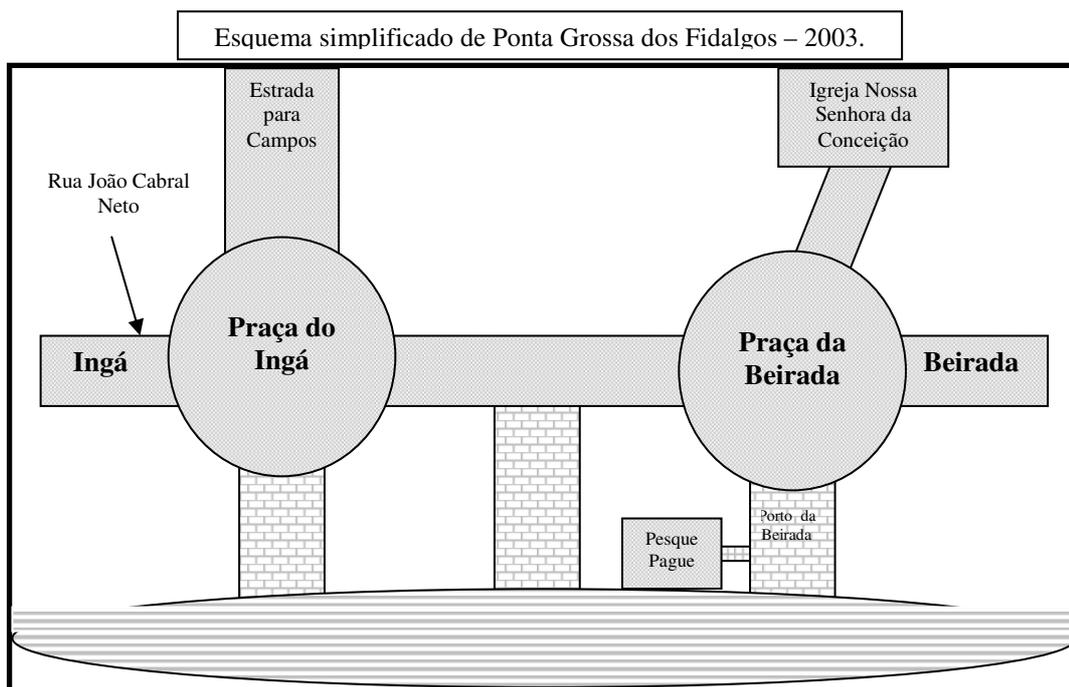
⁷⁰ MALDONADO e PINTO (1894) *apud* BIDEGAIN: 2002; 37.

⁷¹ Cf. LAMEGO: 1945a; 20.

2 – Ponta Grossa dos Fidalgos

Em Ponta Grossa dos Fidalgos tem se desenvolvido, com intensidade e profundidade temporal, a atividade pesqueira. Este não é o único povoado que pratica a pesca na Lagoa, mas nele a pesca artesanal lacustre se constituiu como principal atividade.

“No lugar conhecido pelo nome de Ponta-grossa dos fidalgos, nas margens desta lagoa, há uma povoação, de cerca de 400 habitantes, que vivem da pesca⁷²”. (1881)



O arraial estende-se paralelamente às margens da Lagoa Feia numa rua, de aproximadamente 2,5 quilômetros, chamada João Cabral Neto. De leste para oeste o povoado é dividido em Ponta, Lado da Beirada e Lado do Antunes ou Ingá. Os principais pontos de referência assemelham-se a encruzilhadas, e são conhecidos como praças do Ingá e da Beirada. Da praça do Ingá pode-se seguir para a estrada, ao norte; ir até a Lagoa através de uma rua perpendicular, ao sul; tomar o lado da Beirada, ao leste; ou seguir a direção oeste e adentrar o Ingá. Já da praça da Beirada é possível seguir em direção à Igreja Nossa Senhora da Conceição, ao norte; dirigir-se ao Lado do Ingá, a oeste; ir à região da Ponta, ao leste; ou à Lagoa, ao sul.

⁷² TEIXEIRA DE MELO: 1881.

O mapa de Castro Faria⁷³, feito ao que tudo indica no início da década de 1940, apresenta a distribuição das casas ao longo da rua João Cabral Neto e atesta a versão dos habitantes de que ela representava o limite da Lagoa. A comparação da morfologia documentada por Castro Faria e a atual indica um forte recuo das águas lacustres. Em 2002, ruas perpendiculares à João Cabral Neto estendiam-se por mais de 200 metros sobre o que antes foi registrado como Lagoa. Nessas ruas, novas casas foram construídas, assim como um campo de futebol e um Pesque-Pague.

Ponta Grossa dos Fidalgos se comunica com o distrito de Tocos através de uma sinuosa estrada que corta outros sub-distritos da região, incluindo Coqueiros, Marcelo, e Caxias de Tocos. Através da RJ 216 é que se efetua a comunicação entre Tocos e Campos dos Goytacazes.

Nos dias de hoje, muitos são os habitantes do arraial que diariamente vão a Campos. Eles percorrem os 35 km de distância para estudar ou trabalhar, seja no comércio, na construção ou em cargos públicos. Há também aqueles que vão “à cidade” para vender o pescado, seja este oriundo de suas próprias pescarias ou comprado de outros pescadores.

As fazendas da região dão emprego a muitos dos habitantes do arraial. No período de safra, principalmente quando este coincide com o defeso, muitos são os pescadores que trabalham nas lavouras canavieiras, sobretudo as da Usina Paraíso – situada em Tocos.

Terminado o período de safra, os lavradores voltam a exercer sua ocupação costumeira: a pesca. Esta, aliás, permanece como a principal atividade de Ponta Grossa dos Fidalgos, e quem visita o local dificilmente tem dúvidas a este respeito.

Basta uma breve caminhada pela Rua João Cabral Neto para que sejam vistos homens fazendo reparos em suas embarcações, ou pessoas, principalmente do sexo masculino, reparando as redes de pesca desgastadas pelo uso.

Para onde quer que se olhe, a pesca se insinua ao olhar do observador. Nos portos, vêem-se as embarcações, e na rua a manutenção dos utensílios da pesca, feita na frente das casas, em rodas de pescadores que conversam sobre futebol, política e, sobretudo, a própria atividade pesqueira. Quando este é o tema dos debates, analisam-se as mudanças ocorridas na Lagoa, bem como se atualizam os conhecimentos sobre ela e sobre as espécies que nela habitam.

⁷³ O mapa encontra-se em anexo.

3 – Lugares e Espaços, Margens e Fundo

Como já mencionei no capítulo anterior, os pescadores possuem um conhecimento refinado sobre a Lagoa Feia e os comportamentos e tipos das espécies da flora e da fauna lagunar⁷⁴. Os conhecimentos sobre a ictiofauna vão desde os períodos de desova de cada espécie até seus hábitos alimentares⁷⁵. Além disso, os pescadores são exímios conhecedores da geografia lacustre, e todos estes conhecimentos locais foram já registrados por Luiz Castro Faria:

“As épocas de desova e os hábitos alimentares das diferentes espécies representam os conhecimentos biológicos mais importantes. As variações climáticas e as diferenças de constituição do fundo da lagoa, por outro lado, representam os conhecimentos geográficos mais significativos”.⁷⁶

Os pescadores dizem que um de seus falecidos companheiros de profissão, Manoel Rocha, era capaz de navegar por toda a Lagoa no escuro, “só no tato”, reconhecendo exatamente cada lugar por onde passava, usando, para isso, o remo, que lhe servia como instrumento de reconhecimento do leito da lacustre. Mas como se dá este processo de localização?

Ainda de acordo com Castro Faria:

“Todos os acidentes de terreno do fundo da lagoa que apresentam qualquer interesse para a pesca recebem dos pescadores de Ponta Grossa designações próprias. Distinguem, assim, murundus, pedreiras, duros de buracos, abas de coroa e lages de pau⁷⁷”.

É necessário lembrar que me refiro a uma lagoa que, hoje, possui 160 km², o que significa que, dependendo de onde se esteja, a visão das margens torna-se difícil, senão impossível, como ocorre na ausência de iluminação ou quando nuvens carregadas encobrem o horizonte, ou ainda quando há névoa. Quando, por algum desses motivos, a visão fica

⁷⁴ O refinamento dos saberes naturalísticos não é, resto, uma particularidade dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Tais conhecimentos também caracterizam outros assentamentos pesqueiros, como Zacarias, em Marica, Itaipu, em Niterói e outras comunidades haliêuticas. Cf. MELLO & VOGEL: 2004 e KANT DE LIMA: 1997.

⁷⁵ Ver OLIVEIRA: 2005.

⁷⁶ CASTRO FARIA, Luiz de. Cap V; 01. No Prelo.

⁷⁷ Idem; 02.

limitada, os pescadores põem em prática seus conhecimentos sobre o leito lacustre, explorando o fundo da Lagoa com o remo, de forma a orientar a navegação pelo tato.

3.1 – As Subdivisões da Lagoa

Pautados nos conhecimentos sobre a geografia lagunar, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos reconhecem várias regiões diferentes no espelho d'água. Durante o trabalho de campo, lhes pedimos que elaborassem mapas da Lagoa. Num deles foi determinado o caminho feito pelo rio Ururaí, cortando a Lagoa de oeste para leste. O espelho d'água apareceu dividido em onze lugares: a Lama, o Barro Vermelho, o Canto do Sobrado, o Buraco do Nizo, o Canto do Zimbiuá (Canto dos Imbiuás), o Durinho da Valeta, os Fernandes, a Areinha, a Caraquinha, a Coroa Grande e o Porto do Pesque-Pague.

A Lama, o *Durinho da Valeta*, a Coroa Grande e a Areinha são, como revelam os nomes, lugares caracterizados pelo tipo de solo. Enquanto a Coroa Grande e a Areinha são terrenos arenosos, de topografia irregular, a Lama é uma região constituída por um solo sedimentar, escorregadio e “lamacento”. O *Durinho da Valeta* corresponde a “um ressalto topográfico submerso (...), constituído por arenito endurecido⁷⁸”. Já os Fernandes, o Buraco do Nizo, o Porto do Pesque-Pague e o Canto dos Imbiuás, foram denominados em virtude de fatores da história local. “Porto do Pesque-Pague” foi a identificação dada ao Porto da Beirada. Os Fernandes é o local referente à fazenda dos Fernandes, que pertenceu a Demerval Queirós Fernandes. Meus interlocutores me explicaram que o Canto dos Imbiuás provavelmente tinha este nome devido à presença constante de Imbiuás nesta região.

Dois tipos de variáveis são utilizados na elaboração das classificações. O primeiro diz respeito aos aspectos geográficos, incluindo fatores como o fundo da lagoa, a fauna, a flora e outros aspectos componentes da paisagem, tais como acidentes geográficos e construções humanas; o segundo é relativo aos lugares que possuem nomes próprios ou apelidos de pessoas, onde fatores históricos do uso do espaço contribuem para sua classificação⁷⁹.

A capacidade de realizar subdivisões no espelho d'água é fruto da experiência cotidiana. Os relatos sobre a Lagoa são relatos de viagens, de práticas do espaço. A vivência

⁷⁸ Cf. BIDEGAIN: 2002.

⁷⁹ Para maiores detalhes sobre o tema, ver COLAÇO: 2005.

do terreno lagunar e a experiência transmitida pelos mais velhos permitem que a Lagoa Feia seja entendida como um lugar que tem “lugares dentro dela”:

“A antropologia nos explica o apego profundo do homem às menores porções do ambiente em que vive e o desejo que sente de dar-lhes um nome. ‘A pesquisa sobre a querença’ interessou-se pela psicologia topológica de ‘orientação espacial’, dos processos através dos quais indivíduos e grupos estão sempre transformando ‘espaços’ em ‘lugares’, ‘apegando-se’ a eles através de hábito, memória, temperamento e associação⁸⁰”.

Os pescadores reconhecem as subdivisões do terreno lacustre e suas transformações. São capazes de identificar as espécies da Lagoa Feia, assim como seus hábitos, suas preferências alimentares e os espaços que elas ocupam com mais frequência. É através da associação entre conhecimentos geográficos e naturalísticos que surge a elaboração das práticas de pesca. Graças ao conhecimento que os pescadores têm dos hábitos alimentares dos peixes, eles são capazes de presumir em que áreas hão de encontrá-los e de que maneira poderão capturá-los. Assim, desenvolvem técnicas de captura utilizadas para reduzir as incertezas da atividade, aumentando a probabilidade de sucesso da pescaria.

4 – A Revelação do Conflito

Desde as primeiras visitas ao arraial ouvi dos pescadores um relato sobre como “todas as pessoas de Ponta Grossa dos Fidalgos” se haviam reunido para pôr fim aos trabalhos de uma draga que secaria a Lagoa Feia.

O assunto surgia basicamente de duas maneiras: 1) quando alguém se espantava com as grandes dimensões da Lagoa, o que levava os pescadores a dizerem algo como “Já foi muito maior! Só não secaram a Lagoa porque nós, o povo de Ponta Grossa, não deixamos!” – lembro-me de ter presenciado esta cena pelo menos cinco vezes; 2) quando alguém perguntava sobre duas ilhas formadas em frente ao porto da beirada e os pescadores diziam tinham sido formadas com a terra escavada pela draga.

Contavam que o objetivo da draga na Lagoa era a remoção do Durinho da Valeta, o “ressalto topográfico” que garantia a manutenção de um nível mínimo das águas. Removendo o Durinho, a Lagoa seria drenada, o que, por sua vez, satisfaria os fazendeiros, interessados na expansão de suas propriedades.

⁸⁰ BRIGGS: 1972; 80.

Esta era a versão que me transmitiam os pescadores sobre uma “revolução” feita, e assim classificada, por eles, há muitos anos. Em linhas gerais, estas foram as informações que obtive nos primeiros quatro meses de pesquisa. As lacunas eram enormes e impediam o aprofundamento do assunto. Entre outras coisas, eu não sabia, por exemplo, quando tinha ocorrido a paralisação da draga, nem, tampouco, quem era o responsável pela obra.

Maiores detalhes dessa história apareceram durante a festa de São Pedro, realizada em Ponta Grossa dos Fidalgos no dia 28 de junho de 2002, véspera do dia do Santo. Nessa ocasião, conheci um senhor, ex-pescador de aproximadamente 60 anos, o “seu” Wadinho⁸¹. No porto da Beirada ele (re) contou a história da paralisação da draga, acrescentando, graças à sua notável memória, aspectos importantes que me eram desconhecidos até então.

Mencionou não uma, mas duas paralisações da draga, pois os pescadores tinham repetido sua intervenção, um ano após a primeira. Em ambas as investidas foram bem sucedidos e, de acordo com Wadinho, os detalhes da “revolução de Ponta Grossa” foram registrados pela imprensa, como já tinham mencionado outros pescadores.

A maior contribuição de Wadinho veio, no entanto, ao final da conversa, quando ele forneceu as datas dos dois eventos. A primeira paralisação da draga aconteceu no dia 25 de setembro de 1978 e a segunda no dia 23 de outubro de 1979.

De posse dessas datas, bem como dos nomes de alguns dos atores diretamente vinculados àquelas investidas, o passo seguinte foi a busca dos registros de imprensa relativos ao assunto. Graças à precisão de Wadinho, foi possível localizar o material sem nenhuma dificuldade. Já no primeiro periódico consultado, estava estampada uma reportagem, que, sob o título “Pescadores se revoltam e param draga na Lagoa Feia⁸²”, ocupava metade da primeira página.

A partir desse momento começou a pesquisa sobre as fontes jornalísticas disponíveis, e, coadunando este material com as informações obtidas entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, iniciei a elaboração desta dissertação.

Para que seja compreendido o caráter dramático desta narrativa, é necessário, antes da apresentação do conflito propriamente dito, conhecer a história de outros personagens, além dos pescadores. Desse modo, apresentarei ao leitor àqueles para quem trabalhavam as dragas

⁸¹ Oswaldo Soares de Sousa

⁸² Folha da Manhã, 26 de Setembro de 1978.

paralisadas na Lagoa Feia: os sanitaristas. Começamos, pois, a desfiar a epopéia do saneamento no Brasil.

5 – O Sonho Sanitarista

No século XIX, a descoberta de micro-organismos, através da “revolução pasteuriana”, e os avanços da teoria infeccionista na compreensão dos processos de contágio de doenças, instauraram uma nova concepção do laço social. A partir desse momento surge a percepção de que os indivíduos se relacionam, também, num plano microscópico, pela ação de vírus e bactérias⁸³.

Essa nova forma de pensar a transmissão das doenças identificou nas águas estagnadas um problema, pois os meios alagadiços passam a ser considerados como os ambientes propícios à proliferação de mosquitos vetores de doenças endêmicas, tais como a febre amarela, a malária, o tifo e outras mais.

Para acabar com os focos de tais enfermidades, seria necessária uma batalha contra os terrenos palustres. Esta, por sua vez, representaria um empreendimento fáustico de reforma da natureza, apenas possível através do uso das técnicas adequadas.

A confiança depositada nos métodos científicos, capazes corrigir as “imperfeições da natureza”, sustentava-se sobre o postulado positivista de que todos os problemas poderiam ser solucionados através do uso da razão. Com os cálculos corretos, a técnica adequada e os instrumentos necessários, qualquer problema seria passível de solução.

No Brasil, as esperanças técnico-cientificistas encontraram um solo fértil. Datam do século XIX suas primeiras manifestações, encontradas nas teses de doutoramento da Escola de Medicina e na Academia Militar. Em 1870, a discussão dos temas positivistas transcende os muros acadêmicos e passam a interferir na política nacional.

O Visconde de Uruguai lembra que, de 1828 a 1850, os serviços de saúde pública eram de responsabilidade dos municípios, mas que, até 1889, houve a criação de órgãos centrais de saúde pública, aos quais estavam subordinados os órgãos provinciais e municipais⁸⁴. Assim, no período final do Império, a política sanitária constituía um sistema unitário, onde todas as repartições de higiene eram subordinadas a um centro diretor.

⁸³ Cf. MELLO & VOGEL: 2004; 131-132.

⁸⁴ Cf. IYDA: 1994; 30.

Com o advento da República, uma série de reorganizações e reformas foi realizada com o intuito de promover a descentralização da organização sanitária vigente. Assim, a centralidade do sistema político de saneamento, presente no Império, deu lugar à liberdade dos Estados e Municípios naquilo que concerne à administração, legislação e organização da higiene pública.

A organização sanitária sofreu, neste período, drásticas transformações. Foi extinta a Inspeção de Higiene da Província do Rio de Janeiro, bem como as Inspetorias de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Pará e Amazonas. Em 1892 foi então concluída a descentralização do serviço sanitário, “com o desligamento das repartições congêneres nas demais províncias⁸⁵”.

Com exceção das capitais, os serviços de higiene foram entregues às municipalidades, onde os governos estaduais apenas podiam intervir em “épocas anormais”.

Os resultados alcançados através das reformas republicanas parecem não ter sido satisfatórios. De acordo com Corrêa Bittencourt, a febre amarela, apenas no Rio de Janeiro, foi responsável pela morte de 20700 pessoas nos dez primeiros anos da República, enquanto no decênio anterior o número foi de 8864 vítimas⁸⁶.

Uma epidemia de cólera no Vale do Paraíba, em 1895, forçou o Governo da União a intervir nos estados flagelados. Nesse ínterim, foi nomeada uma comissão, chefiada pelo Dr. Azevedo Sodré, para elaborar um sistema de defesa contra a doença.

Os atritos entre as autoridades sanitárias federais e os governos estaduais forçaram o Governo a retirar a comissão, após esta ter alcançado sucesso quase completo no combate à epidemia. Sem a presença dos agentes sanitários federais, a cólera recrudescceu.

Num documento, transcrito em grande parte no relatório do Ministro dos Negócios Interiores, de 1896, declarou o Dr. Azevedo Sodré:

“(...) os poderes públicos entregaram aqui na Capital à Municipalidade todos os serviços de higiene e com eles o material de defesa, que pertencia ao Governo; deram aos estados a faculdade de legislar e administrar a higiene como bem entendessem, e nós assistimos hoje ao triste espetáculo do desmoronamento, sem concerto ulterior, da organização sanitária do Império (...)”⁸⁷.

⁸⁵ BITTENCOURT: 1986; 194.

⁸⁶ Cf. BITTENCOURT: 1986; 198.

⁸⁷ Azevedo Sodré *apud* BITTENCOURT: 1986; 211.

A organização sanitária do sistema republicano, em função de suas freqüentes derrotas no combate aos morbos que atormentavam o povo brasileiro, sofria críticas cada vez mais incisivas.

A insatisfação com os rumos que tomava a política brasileira de saneamento, durante a República, intensificou-se quando a imagem bucólica de uma população sertaneja de alma forte e índole dócil foi refutada pelos cientistas-viajantes. Em longas expedições, Carlos Chagas, Belisário Penna e Arthur Neiva percorreram o Brasil documentando uma triste realidade da vida camponesa:

“O que revelaram à opinião pública foi o pronunciamento implacável do microscópio: a sífilis, a ancilostomíase, a malária, a febre amarela e a doença de Chagas, cujos efeitos, somados aos da indigência, assolavam a quase totalidade das regiões⁸⁸”.

Populações outrora imaginadas como mais perfeito ideal de beleza e saúde, a partir das expedições empreendidas pelos médicos partidários do sanitarismo, passam a ser vistas como o retrato da degradação humana.

O Brasil era um “hospital ao ar livre”: 17 milhões de opilados, 3 milhões de idiotas e 10 milhões de impaludados numa população de 25 milhões de pessoas, o que significa dizer que uma parte considerável dos doentes abrigava em si os três hóspedes letais⁸⁹.

O microscópio de Manguinhos identificou o problema e a “missão comum e geral, tanto de particulares como de governos”, passa a ser uma só: “curar o Brasil, sanear o Brasil⁹⁰”.

Políticos e intelectuais, neste contexto, almejam o saneamento, acreditando que através do combate às águas estagnadas seria realizado o “resgate das terras perdidas” e, também, a eliminação das doenças que tantos transtornos causavam à nação.

O problema deixa de ser a incapacidade racial e passa a ser a fraqueza física e moral causada pelas moléstias. Belisário Penna, então, alerta para a necessidade de se fazer conhecer essa realidade “descoberta” nos sertões:

“Propaganda activissima, ininterrupta, precisa ser feita para incutir no espírito de todos os nossos patrícios, sobretudo no dos bons homens publicos, dos litteratos, dos jornalistas, dos intellectuaes, emfim, que o alcoolismo, a trypanosomiase

⁸⁸ MELLO & VOGEL: 2004; 121.

⁸⁹ LOBATO:1959; 247-248.

⁹⁰ IDEM; 256.

americana, a malária e a opilação, em vastíssima escala, e outras endemias em menor, são as causas do nosso atrazo e da vergonhosa retaguarda em que vamos ficando de outros povos⁹¹”.

Mas, se existe a preocupação com o estado de enfermidade, no qual se encontra imerso o povo brasileiro, há também a certeza de que o problema possui solução: o saneamento. Como afirma Monteiro Lobato, “o caipira não ‘é’ assim, ele ‘está’ assim⁹²”.

No decorrer da República Velha, a inquietação relativa ao saneamento intensificava-se. Com a publicação de “O Problema Vital”, também Monteiro Lobato advertiu sobre o problema que assolava a população brasileira:

“O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa idéia o programa de todos os governos, a idéia fixa de todos os particulares⁹³”.

Além disso, no contexto imediato da Primeira Grande Guerra, essa política não visava simplesmente a intervenção dos médicos e dos engenheiros politécnicos. O objetivo de “recuperar”, ou mesmo “resgatar”, os terrenos alagadiços pautava-se sobre a lógica de a economia agro-exportadora, modelo adotado pelos chamados “países de modernização tardia”, como o Brasil, que atravessavam um período bastante difícil para suas exportações.

Os pântanos, nesse ínterim, passam a ser considerados regiões economicamente improdutivas e responsáveis pela proliferação dos mosquitos vetores de enfermidades. A substituição de superfícies alagadas por pastos e canaviais passa a significar, pois, um ganho de espaço economicamente útil, capaz de gerar riquezas para a nação, além de representar um enorme avanço na luta contra as mazelas que deterioravam a saúde do povo brasileiro. Através de um grande empreendimento saneador o Brasil, enfim, poderia trilhar o caminho do progresso.

Fazia-se mister, para isto, uma verdadeira cruzada sanitária, cujo grande objetivo era a valorização da principal moeda brasileira: o “capital humano”. Para tanto foi planejada uma intervenção tríade: a correção das imperfeições da natureza, a ser realizada pela engenharia politécnica; o combate a endemias e epidemias, a ser efetuado pela medicina, experimental e preventiva; e, enfim, um empreendimento de grande mobilização nacional, que foi a

⁹¹ PENNA: 1918; 172.

⁹² LOBATO: 1959; 285.

⁹³ Idem; 272.

educação. Numa retórica pomposa, surgia o lema: “Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo⁹⁴”.

Em termos de prospecto político, tudo isso visava tornar o Brasil bem estruturado internamente. Talvez seja mesmo impossível dissociar a questão do Saneamento da construção da Nação, tal foi a maneira como o empreendimento sanitarista articulou a retórica da nacionalidade, do desenvolvimento e da autonomia.

O que se consolidava junto ao saneamento era uma genuína cosmovisão. A técnica prevalecia sobre a natureza e impôs-se a “certeza híbrida de que todos os problemas são resolúveis mediante um método adequado⁹⁵” e que, por meio de procedimentos racionais, o homem é capaz de corrigir as imperfeições da natureza e, assim, adaptá-la às suas necessidades.

“A este dogma se pode reduzir aquilo que no pensamento politécnico se chama de ‘Ciência’: desenvolver, experimentar e aplicar métodos úteis, *voilà*⁹⁶”.

A idéia é de uma ciência perfeita, dotada de métodos em constante aperfeiçoamento para solucionar as mais difíceis tarefas.

À perfectibilidade da ciência corresponde a perfectibilidade do espírito humano – o que significa dizer que o homem se desenvolve na medida em que desenvolve sua ciência e o estágio do desenvolvimento do espírito humano⁹⁷, nessa lógica, poderia ser “aferido pelo seu modo de dar conta da natureza, isto é, pela maneira com que assegura sua soberania diante dela⁹⁸”. A natureza passa a ser, dessa maneira, o principal obstáculo para o aprimoramento da espécie humana e, portanto, para o saneamento.

Na Baixada Fluminense, diversas comissões de saneamento foram organizadas, desde a segunda metade do século XIX, como mostra o quadro a seguir:

⁹⁴ Cf. CASTRO FARIA: 2000b; 432.

⁹⁵ SOMBART: 1955; 92.

⁹⁶ IDEM; 92.

⁹⁷ Cf. SOMBART: 1955; 93.

⁹⁸ SOMBART: 1955.

Comissões Criadas Para Sanear a Baixada Fluminense ⁹⁹	
01	Comissão do major Rangel de Vasconcellos, nomeado Governador Imperial, 1883.
02	Concessão ao engenheiro civil João Teixeira Soares e ao Dr. Joaquim Pereira dos Santos para a “dragagem dos rios e drenagem das terras adjacentes em todos os pontos da baixada do Norte do Estado, desde o rio Macacú, inclusive”. Este contrato, celebrado em 16 de Abril de 1889, foi renovado em 16 de Março de 1891, dando aos concessionários o privilegio de 80 anos, tendo sido declarado caduco pelo Dec. 343 de 22 de Janeiro de 1897.
03	“Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio”. – Organizada pelo Governo Fluminense, teve como chefe o engenheiro João Teixeira Soares, que foi substituído, depois, pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva. Esta comissão perdurou de 1894 até 1902.
04	“Concessão” do Governo Fluminense ao Dr. Francisco Ribeiro de Moura Escobar. – Contrato celebrado em 26 de Maio de 1902.
05	“Comissão Federal de Saneamento da Baixada”. – Organizada pelo Governo Federal, sendo chefe o engenheiro Marcelino Ramos da Silva, que, após um ano de serviço, foi substituído pelo engenheiro Fabio Hostilio de Moraes Rêgo. A comissão perdurou de 26 de Fevereiro de 1910 até 30 de Junho de 1916.
06	“Comissão do Porto de São João da Barra e Baixada Noroeste do Estado do Rio de Janeiro”, que teve como chefe o engenheiro José Martins Romeu. Perdurou de 21 de Setembro a 31 de Dezembro de 1912.
07	“Comissão de Estudos para o restabelecimento do Canal de Macaé a Campos”. – Criada em 3 de Julho de 1918 e anexada em 29 de Abril à “Fiscalização da Baixada Fluminense”. Teve como chefes, respectivamente, os engenheiros Lucas Bicalho, Candido Borges e J. B. de Moraes Rego.
08	“Comissão de Estudos e obras de desobstrução do rio Guandu e seus afluentes”. – Teve como chefe o engenheiro Oscar da Cunha Corrêa, perdurando desde 22 de Março de 1920 até 19 de Dezembro de 1921.
09	“Comissão de Melhoramentos da baía do Rio de Janeiro”. – Organizada pela extinta Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais, sendo chefe o engenheiro João Batista de Moraes Rego. A comissão perdurou de 22 de Março de 1920, até 31 de Dezembro de 1920.
10	“Fiscalização da Baixada Fluminense”. – Criada com o novo regulamento da Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais, em 31 de Dezembro de 1921, e incorporada, em 14 de Março de 1932, à Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro. Em 29 de Abril de 1922, foram anexadas a esta Fiscalização, as comissões ns. 07 e 08.
11	“Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense”. – Concessão Federal ao engenheiro Alencar Lima e ao Banco Português do Brasil. A Empresa perdurou de 11 de Março de 1921 até 2 de Fevereiro de 1931.
12	“Comissão de Estudos e Obras Contra as Inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz”. – Organizada pela extinta Inspeção Federal de

⁹⁹ Quadro baseado nas informações fornecidas por Hildebrando de Araújo Góes (1934).

	Portos, Rios e Canais, sendo chefe o engenheiro Lucas Bicalho. A Comissão perdurou de Julho de 1925 até 31 de Janeiro de 1928.
13	“Comissão de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro”. – Organizada pelo Estado, em Junho de 1929, e extinta em 1930.
14	“Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense”. Organizada , em 1º de Agosto de 1933, pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, sendo nomeado chefe o engenheiro Alfredo Conrado de Niemeyer, depois substituído pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góes.

No âmbito nacional, destacam-se a Liga Pró-Saneamento do Litoral do Brasil, instituída em 1918, e a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral, criada em 1919. De acordo com Luiz de Castro Faria:

“A retórica dos escritos era pomposa: ‘Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo’, e um apologeta dessa ideologia salvacionista chegou a proclamar: ‘Oswaldo Cruz foi o Cristo da religião do saneamento, o precursor da cruzada patriótica de redenção de nossa raça e de reabilitação nacional (Belisário Pena)¹⁰⁰’.

A quantidade de comissões sucedidas uma a uma, no entanto, aponta diretamente para a ineficiência no tratamento dos problemas sanitários, pois, caso tivessem alcançado o sucesso não haveria necessidade de novas comissões para solução dos mesmos problemas.

“as tentativas feitas pelos Governos para o saneamento da Baixada [Campista] têm sido de resultados práticos improficuos, apesar dos avultados capitais gastos sem método e sem a necessária continuidade de ação, deixando encharcadas as baixadas que deveriam drenar e sanear, obstruídos os cursos que deveriam dragar e retificar¹⁰¹”.

Os fracassos desses empreendimentos são decorrentes, de acordo com Hildebrando de Araújo Góes, de duas causas essenciais: 1) A deficiência de estudos prévios, no que diz respeito principalmente ao regime dos cursos d’água naturais; 2) a falta de continuidade administrativa, bem como da falta de uma unidade de direção dos empreendimentos.

“O Governo mudava, constantemente, a orientação dos trabalhos, ora criando comissões ora extinguindo-as ou fundindo-as, para criar novas e separá-las em seguida. As verbas, na maioria das vezes, reduzidas e dispersas, teriam melhor

¹⁰⁰ CASTRO FARIA: 2000b; 432.

¹⁰¹ Saturnino de Brito *apud* GÓES: 1934; 22.

aproveitamento se tivessem sido aplicadas, globalmente por uma única comissão incumbida do saneamento de toda a baixada¹⁰²”.

Era esta a situação do saneamento do litoral brasileiro nas primeiras décadas do século XX. “Nos trabalhos contra inundações, sobretudo, o fracasso do homem na luta contra a natureza tem sido muito grande¹⁰³”, lamenta Hildebrando de Araújo Góes, talvez por sentir que as derrotas parciais na batalha contra o meio significavam, além do retardamento do desenvolvimento econômico, o impedimento de aperfeiçoamento do espírito humano de seus patrícios e, portanto, de sua nação.

A falta de êxito nas batalhas até então disputadas não significava nem a rendição nem a derrota na guerra do saneamento. Uma reviravolta nesses quadros desfavoráveis ocorreu na década de 1930, com a instauração da República Nova. Neste novo contexto, as propostas de saneamento intensificaram-se, obtendo ampla legitimação e servindo de base para uma das principais – embora fosse possível falar na principal – políticas públicas do Estado Novo¹⁰⁴.

O diagnóstico da realidade brasileira, tal como formulado por Vargas, podia ser resumido da seguinte forma:

“Há no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais, está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente”.

““Sanear, educar, povoar”” – eis a palavra de ordem, cuja difusão e cumprimento deve presidir o grande projeto da ‘valorização do capital humano’¹⁰⁵”.

Determinada a enfrentar o problema da estagnação das águas, a República Nova criou, em 1933, uma Comissão para responsabilizar-se pelo combate aos meios palustres, realizando o dessecamento das terras encharcadas e, também, a colonização das terras conquistadas por este processo¹⁰⁶.

Tornou-se prioritária a política de “recuperação de terras” em função das intensas demandas pela conservação dos cursos d’água e construção de canais, bem como pela constante necessidade de serviços de drenagem. Tornava-se imperiosa a transformação dos

¹⁰² GÓES: 1934; 25.

¹⁰³ GÓES: 1934; 24.

¹⁰⁴ Cf. MELLO & VOGEL. 2004; 87.

¹⁰⁵ VARGAS: 1938; 245.

¹⁰⁶ Para maiores informações sobre o Saneamento no Brasil durante a década de 1930, ver CUNHA: 2002 e 2004.

pântanos e mesmo de reservatórios naturais de água em terrenos agricultáveis, de modo que “grandes extensões de áreas embrejadas foram se agregando ao sistema produtivo das propriedades particulares¹⁰⁷”.

A legitimidade das ações saneadoras era ampla e nelas se depositavam as esperanças de progresso e bem-estar do povo brasileiro. Era forte a presença da ideologia sanitarista na República Nova, e entre os anos de 1936 e 1938 podia-se notar isto inclusive na moeda nacional, onde se encontrava cunhado o busto de uma das grandes personagens do saneamento: Oswaldo Cruz.



Em 1936, a Comissão responsável pelo combate aos meios palustres foi, devido ao seu intenso labor e seus conseqüentes resultados sob a direção de Hildebrando de Araújo Góes, promovida a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. O sucesso contínuo desta empreitada fez com que a Diretoria de Saneamento alcançasse uma segunda elevação.

“Tais foram os resultados obtidos, tão promissores os aumentos verificados nas receitas arrecadadas pela União, pelo Estado e pelas Prefeituras, tão completa havia sido a vitória do homem sobre o pântano, que, sabiamente, quiz o Governo estender os benefícios daquela obra aos demais estados do Brasil, criando, em 1940, o ‘Departamento Nacional de Obras de Saneamento’, destinado a estudar, projetar, executar, fiscalizar e conservar as obras de saneamento e de recuperação de terras, empreendidas pelo Governo Federal¹⁰⁸”.

Foi através do Decreto-Lei nº 2.367 que, em 04 de julho de 1940, se deu a criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS -, cujas atribuições incluíam a

¹⁰⁷ CARNEIRO: 2003; 43.

¹⁰⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: 1942; 497.

responsabilidade pelos serviços de saneamento geral e básico das regiões rurais e urbanas, o controle e prevenção de enchentes, a recuperação de áreas para o aproveitamento agrícola etc.

Com o DNOS, o Brasil voltava a ter uma organização centralizada do serviço público de saneamento, tal como era proposto e almejado por Hildebrando de Araújo Góes.

O Saneamento do Brasil passaria por nova elevação de status em 13 de julho de 1962, quando a Lei nº 4.089 transformou o órgão em autarquia, com autonomia administrativa e financeira. Além do Fundo Nacional de Obras de Saneamento, responsável pelos subsídios financeiros do DNOS, foi estabelecido um instrumento legal que permitiu ao órgão a cobrança de contribuições pela valorização das propriedades beneficiadas por seus empreendimentos bem como por seus serviços de irrigação¹⁰⁹.

O DNOS foi o órgão responsável pelas obras de saneamento necessárias em todo território nacional, mas sua “principal área de ação permaneceu sendo a Baixada Fluminense, particularmente a Baixada dos Goytacazes¹¹⁰”.

6 - Fausto na Planície Goytacá

A Baixada Fluminense, em virtude de suas características geológicas, constituía uma enorme área repleta de alagadiços. Situada nos limites imediatos da Capital Federal, foi nesta região que se iniciaram os trabalhos do recém criado DNOS.

“As tarefas a serem executadas, com o objetivo de sanear os 17.000 Km² da baixada litorânea fluminense, eram múltiplas e complexas. Era preciso recuperar áreas periodicamente alagadas pelas marés; defender outras contra inundações recorrentes; dragar leitos de rios, riachos e córregos; retificar cursos d’água; assegurar a drenagem subterrânea dos alagadiços; construir polders, diques, pontes e viadutos; e, finalmente, abrir canais, (...) problemas dos mais comuns no litoral norte fluminense¹¹¹”.

Na Baixada Campista, durante as cheias de verão, as águas estendiam-se sobre a planície formando perenes brejais. A camada de argila sedimentar, que caracteriza o revestimento da Baixada, dificultava a infiltração das águas, acentuando ainda mais a impetuosidade das cheias.

¹⁰⁹ CARNEIRO: 2003; 56.

¹¹⁰ IDEM; 42.

¹¹¹ MELLO & VOGEL: 2004; 88.

A luta do homem contra o meio nesta região era antiga e foi apontada por Alberto Lamego já no período jesuítico, quando os padres empreendiam as aberturas de canais, rios e valas¹¹². O paludismo, problema já assinalado por Pizarro e Araújo, há tempos acarretava sérios transtornos à região:

“(…) os pântanos e os charcos, donde se fermentam as rigorosas malignas, que anualmente acometem aos que nêles residem; e anos tem havido em que famílias inteiras desapareceram por esta epidemia. Nos meses de março e abril grassam constantemente as febres intermitentes, que se curam com o uso da quina; as enfermidades maiores são de ordinário epidêmicas¹¹³”.

A região enfrentava os mesmos problemas sofridos por outras partes do país no que tange à organização sanitária. E na segunda década do século XX a temática ocupava parte substantiva das preocupações de governantes e proprietários rurais da região. Em Campos dos Goytacazes, numa tentativa de solucionar os problemas causados pelas enchentes, foram impostas taxas aos usineiros locais em 1911, com o objetivo de assim financiar o saneamento da região. Tal tentativa não foi suficiente para reverter o quadro, mas sua intenção ficou gravada num vistoso obelisco situado na área central da cidade até os dias atuais.



¹¹² LAMEGO: 1996; 34.

¹¹³ PIZARRO E ARAÚJO: 1945; 120.

Entrevistando o Dr José do Amaral Ribeiro Gomes – Engenheiro Politécnico com Ênfase em Hidráulica e atual Presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Campos -, obtive dele o relato de uma região profundamente prejudicada por diversas mazelas que o empreendimento sanitarista visava exterminar. A narrativa do engenheiro ressalta a necessidade do saneamento da região para a melhoria da qualidade de vida de sua população e para seu conseqüente desenvolvimento sócio-econômico.

“Então com relação ao sanitarismo, que eu tive a oportunidade de ver, eu vou lembrar, digamos assim, uma porção de campanhas que nós fizemos aqui em Campos com relação a essa parte de sanitarismo, porque aqui a nossa região, eu quando era criança eu assistia muitas vezes uma série de pessoas doentes de paludismo, febre amarela, tifo, malária..., se aproximarem da gente e essas comunidades todas eram muito infectadas. Todo o nosso interior, toda essa nossa planície, por incrível que pareça, há 20, 30, 40 km de Campos, do Centro, essas comunidades não tinham veiculação da parte sanitária emanada do centro, da Prefeitura de Campos ou qualquer um dos municípios circun-vizinhos. Seja hoje Quissamã, Macaé, Carapebus... Não havia! Essas populações eram núcleos, eu digo a você que muitas vezes pessoas que eu conheci nessa década de 30, 40, elas não chegavam a Campos. Não tinha o apelo, não tinha a facilidade de chegar a Campos. Elas viveram e morreram, 80, 100 anos, no interior de agregados por lá, vivendo e morrendo com todas essas mazelas que estou mencionando a você. E você via nas pessoas, estou dizendo a você, na década de 30, 40, pessoas realmente doentes¹¹⁴”.

No período descrito pelo Dr José do Amaral, a planície era um grande alagadiço, um verdadeiro “pantanal mato-grossense *mutatis mutandis* com as dimensões devidas” durante o período das chuvas. Isto representava o ambiente propício para a proliferação dos mosquitos que propagavam os morbos responsáveis pelo padecimento do povo da região.

“É impressionante o que acontece com essa vivência, você via na fisionomia, muitas vezes, dessas pessoas aqui viventes, pela cor, pelo inchaço, pela fraqueza óssea, pelo fenótipo debilitado, a deficiência de todos esses fatores que eu estou te dizendo, provenientes especialmente, eventualmente, de um excesso d’água e da contaminação desses mananciais por esses insetos de água parada. (...) Você via, muitas vezes até, eu vivi aqui logo nos primeiros dias de vida, mas fui pro Rio, me eduquei no Rio, mas eu vinha sempre a Campos. Quando você chegava aqui em Campos havia uma diferença entre a população, a maioria da população, em quem, você via no Rio de Janeiro, os meus colegas de escola no Rio de Janeiro tinham uma fisionomia, tinham uma coloração. Quando você chegava aqui você ficava boquiaberto como você encontrava pessoas debilitadas¹¹⁵”.

Esta era a realidade que o saneamento objetivava transformar. Eram necessários inúmeros trabalhos de retificação de rios e córregos, construção de diques e drenagens ou

¹¹⁴ Entrevista realizada em 29 de maio de 2005.

¹¹⁵ IDEM.

aterros de terrenos palustres. Na diuturna disputa entre terras e águas, o homem goitacá, apesar de sua resistência, se via subjugado pela planície de alagados.

A partir da década de 1940, no entanto, a batalha travada nesta região entre o homem e o brejo entraria numa nova etapa, pois a planície campista tornava-se um dos principais desafios a ser enfrentado pelo DNOS.

A direção dos serviços de saneamento em Campos dos Goytacazes coube ao engenheiro Próspero Vitalis. Entre suas realizações, há um número expressivo de lagoas transformadas em canais ou pastagens: Lagoa de Saquarema Grande, Saquarema Pequena, Mergulhão, Perú, Cambaíba, Restinga Nova, Bananeiras, Ciprião, Jacaré, Taí Pequeno, Quitungua, Água Preta, Coqueiros, Aboboreira, Tambor, Sussunga, Colégio e da Concha.

Diz este engenheiro:

“Admitindo-se um perímetro de 50 quilômetros para a lagoa Feia, que é o que nos fornecem os elementos que temos atualmente em mãos, podemos assegurar que nada menos de 2 mil alqueires geométricos¹¹⁶ foi a área reconquistada de alagados existentes, pois três quilômetros no mínimo, recuaram as águas neste vastíssimo reservatório que é a lagoa em apreço¹¹⁷.”

Além das lagoas anteriormente citadas, houve, ao longo das obras de saneamento promovidas pelo DNOS, o dessecamento de outras, como a Lagoa da Goiaba e a da Ribeira, por exemplo, assim como os rios da Onça, Novo, do Ingá, Barro Vermelho e do Furado, que deixaram de existir. As lagoas tornaram-se, na maioria dos casos, áreas dedicadas à agropecuária. Os rios citados, que eram os responsáveis pelo escoamento da Lagoa Feia, deram lugar ao Canal das Flechas.

Cada lagoa drenada, cada canal aberto ou rio retificado significava mais um avanço da cruzada sanitária e, além disso, mais uma prova do triunfo do homem sobre a natureza.

¹¹⁶ 1 alqueire geométrico corresponde a 4,84 ha.

¹¹⁷ Próspero Vitalis *apud* AZEVEDO SILVA: 1955; 103.

Fonte: TECNORTE



Rede de Canais Construídos pelo DNOS

6.1 – O Empreendimento Ciclópico

O maior empreendimento realizado pelo DNOS na Lagoa Feia foi a construção do Canal das Flechas. Iniciada em 1942, a obra teve como objetivo facilitar o escoamento das águas da bacia hidrográfica da Lagoa para o oceano. Para isso, foi aberto um canal artificial, com 13 km de extensão por 120 m de largura¹¹⁸, substituindo o sistema natural de escoamento pelos rios da Onça, Novo, do Ingá, do Barro Vermelho e do Furado, que se uniam no Rio Iguazu¹¹⁹.

Foto: Carlos Valpassos



Canal das Flechas - 2003

¹¹⁸ BIDEGAIN: 2002; 78.

¹¹⁹ Cabe mencionar aqui que houve, em 1688, a primeira abertura de um canal artificial para o escoamento das águas da Lagoa Feia: o Canal do Furado.

Diques no Rio Paraíba do Sul já estavam construídos, mas conseguiam conter apenas parcialmente as cheias periódicas. Isso, todavia, não anulava os problemas das enchentes. A solução encontrada foi o aproveitamento da declividade natural do relevo do Rio Paraíba até a Lagoa Feia para a construção de canais que escoariam as águas do Rio para a Lagoa. A função do Canal das Flechas seria, pois, realizar o escoamento das águas que chegassem à Lagoa para o Oceano, evitando as enchentes da região imediatamente próxima bem como da cidade de Campos dos Goytacazes.

Os defluentes da Lagoa Feia foram desviados de leste para oeste, da laguna do Açú para a Barra do Furado e, com a instalação de comportas manobráveis junto às tomadas d'água do rio Paraíba do Sul, permitiu-se que a rede de canais construída pelo DNOS cumprisse sua função de drenagem nos períodos de cheias¹²⁰.

A abertura do Canal também “rebaixou o valor médio das cotas máximas dos níveis de água da lagoa em cerca de 80 cm e também o das cotas médias mínimas em torno de 90 cm”¹²¹, o que levou a uma enorme perda da área lacustre, pois as águas recuaram, deixando grandes extensões de terra secas.

De todos os fatores que contribuíram para a redução do espelho d'água da Lagoa Feia, parece ter sido a construção do Canal das Flechas o mais importante¹²². Esse processo de redução torna-se explícito quando pensamos que, em 1898, Marcelino Ramos da Silva atribuía 370 km² de superfície à Lagoa, enquanto Saturnino de Brito, em 1929, conferia-lhe apenas 335 km², e o mapa elaborado pela ONG Lagoa Viva, juntamente com o CREA-RJ, em 2002, exibia a mesma Lagoa reduzida a somente 160 km²¹²³.

“A lagoa Feia foi a maior do Estado do Rio de Janeiro até 1949, data de conclusão do canal da Flecha pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS. Sua superfície superava a da lagoa de Araruama, sendo pouco inferior a da Baía de Guanabara. No início do século XX, medições apontavam uma área de 370 km² no período chuvoso¹²⁴”.

¹²⁰ SOFFIATI: S/D; 23.

¹²¹ BIDEGAIN: 2002; 78.

¹²² Comunicação particular do Prof. Dr. Aristides Soffiati.

¹²³ SOFFIATI: S/D; 29-30.

¹²⁴ BIDEGAIN:2002; 11.

6.2 – O Canal Submerso

O DNOS iniciou as obras que visavam evitar a acumulação de sedimentos na foz dos rios Ururaí e Macabú, assim como na foz do Canal de Tocos, em fins da década de 1970. Foi concebido, então, um canal submerso “(...) em forma de tridente que rasgaria o leito da Lagoa Feia de modo a formar um fluxo que transportasse os sedimentos para as comportas do Canal das Flechas, onde seriam retirados com dragas¹²⁵”.

Os pescadores acompanharam atentamente à construção do canal que, com cerca de 5 metros de profundidade e largura prevista de 104 metros, atravessaria o espelho d’água da Lagoa Feia, de uma margem a outra, interligando o rio Ururaí, o Macabú e o Canal de Tocos ao Canal das Flechas.

O material escavado pelas dragas durante a abertura dos canais, no entanto, não era retirado da Lagoa, o que contribuía para a aceleração do assoreamento lacustre. Dessa maneira, as obras do DNOS facilitaram a ação de proprietários de terras, que, objetivando ampliar a extensão de suas fazendas, aproveitavam a redução do volume d’água construindo diques para impedir o avanço das águas sobre suas terras no período das cheias¹²⁶.

Para concluir a construção do canal submerso, o DNOS teria de remover um acidente topográfico da Lagoa Feia conhecido entre os pescadores como *Durinho da Valeta*. Este ressalto é considerado de extrema importância pelos pescadores, pois funciona como um retentor das águas que, em função do declínio do terreno lacustre, escoariam para o oceano caso não encontrassem em seu caminho algum obstáculo. Assim, seu papel é o de um regulador natural do nível das águas e sua destruição, argumentavam os pescadores, levaria ao dessecamento total da Lagoa.

7 – O Início da Tragédia de Fausto

A reflexão sobre o empreendimento sanitário no Brasil e, mais especificamente, no litoral Fluminense, conduz certamente a paralelos entre estes acontecimentos narrados e a

¹²⁵ SOFFIATI: S/D-; 25.

¹²⁶ Aristides Soffiati menciona em sua dissertação de mestrado, *Perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os séculos XII e XX*, que o DNOS estimulava as anexações de áreas lacustres, chegando até a distribuir uma cartilha sobre a construção de diques.

trágica história do Doutor Fausto, contada e recontada ao longo dos séculos, mas cuja versão mais difundida é a de Goethe.

As campanhas sanitárias e as façanhas do Fausto goethiano podem ser comparadas na medida em que ambas são iniciadas por uma grande insatisfação com a natureza e a impossibilidade de transformá-la. “Não é já momento de o homem afirmar-se contra a arrogante tirania da natureza, de enfrentar as forças naturais em nome do ‘livre espírito que protege todos os direitos’ (10 202-05)?” – questiona Fausto.

Assim é iniciada a grande batalha, visando tornar mais dinâmicas e funcionais as potencialidades da natureza bem como corrigir suas imperfeições, pois, afinal, torna-se inaceitável a idéia de que se movendo, para frente e para trás, o mar despenda uma enorme quantidade de energia “sem nada realizar!¹²⁷”.

“À medida que a nova visão de Fausto se desdobra, vemo-la retornar à vida. Agora, porém, suas visões assumem uma forma radicalmente nova: nada de sonhos e fantasias, nem sequer de teorias, mas programas concretos, planos operacionais para transformar a terra e o oceano. ‘É isso é possível! (...) Rápidos em minha mente, planos e mais planos se desenvolvem’. (10222 segs). De súbito a paisagem à sua volta se metamorfoseia em puro especo. Ele esboça grandes projetos de recuperação para atrelar o mar a propósitos humanos: portos e canais feitos pela mão do homem, onde se movem embarcações repletas de homens e mercadorias; represas para irrigação em larga escala; verdes campos e florestas, pastagens e jardins, uma vasta e intensa agricultura; energia hidráulica para animar e sustentar as indústrias emergentes; pujantes instalações, novas cidades e vilas por construir – e tudo isso para ser criado a partir de uma terra desolada e improdutiva, onde seres humanos jamais sonharam viver¹²⁸”.

A figura do fomentador caracteriza assim tanto Fausto quanto as campanhas brasileiras de saneamento, na medida em que estas personagens estimulam e promovem o desenvolvimento. No caso de Fausto, sua mente e magia são oferecidas ao Imperador para que este solidifique e torne eficiente seu poder. Nas cruzadas sanitárias, os pensadores do higienismo oferecem suas mentes, técnicas e ciência, para que o Estado alcance os mesmos objetivos que o Imperador goethiano.

O almejado caminho do progresso, apesar de suas glórias, viria a apresentar trechos sinuosos de difícil percurso tanto para Fausto como para os saneadores.

¹²⁷ Cf. BERMAN: 1987; 61.

¹²⁸ BERMAN: 1987; 62.

No clássico de Goethe, o Fomentador haveria de deparar-se com um casal de simpáticos e queridos velhinhos, Filemo e Báucia, donos de um chalé localizado justamente nas dunas onde Fausto pretende dar continuidade aos seus projetos de desenvolvimento.

Fausto oferece uma quantia em dinheiro ao casal, para que eles possam se estabelecer em outro lugar. Filemo e Báucia, porém, não pretendem abandonar seu chalé, pois ali vivem há décadas e não possuem o desejo de iniciar uma nova vida.

Na análise efetuada por Marshall Berman, sobre a trajetória de Fausto, Filemo e Báucia “representam a primeira encarnação literária de uma categoria de pessoas de larga repercussão na história moderna: pessoas que estão no caminho – no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento; pessoas que são classificadas e descartadas, como obsoletas¹²⁹”.

Em outras palavras: Filemo e Báucia estão no caminho de algo que não pode nem deve parar e, portanto, devem procurar outro lugar para se fixar. E o verbo fixar aqui surge de maneira proposital, pois estas pessoas aparecem como pontos fixos aos olhos dos apologistas de um desenvolvimento sempre caracterizado por sua dinâmica constante.

No caso do Saneamento do Brasil, o que se apresenta é um plano de desenvolvimento nacional onde se objetiva a implementação de novos padrões de eficiência e eficácia, projetados para sociedades letradas, cosmopolitas e individualistas, que entram em choque com estruturas culturais e sociais classificadas como “tradicionalistas” e “percebidas como impeditivas da ordem e da lógica do mercado¹³⁰”.

Na Lagoa Feia, as personagens de Filemo e Báucia se apresentam quando o DNOS empreende a construção do canal submerso. Esta obra, de acordo com os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, representaria a abertura do Durinho da Valeta, o ressalto topográfico responsável pela regulação do nível das águas lacustres, e o conseqüente dessecamento da Lagoa.

Desse modo, os pescadores se unem para impedir o avanço da obra saneadora que punha em risco ao mesmo tempo sua Lagoa e seu modo de vida. A representação do povoado sobre o Durinho da Valeta pode ser sintetizada nas palavras do pescador Dóba:

“Um duro de barro da natureza que Deus nos deixou. Deus criou e ali deixou e o homem queria acabar. (...) o Durinho é um lugar alto, é um lugar que é alto e a

¹²⁹ IDEM: 66.

¹³⁰ VOGEL & MELLO: 1989; 06.

bacia aqui é baixa, mas lá vai subindo. É tipo uma escada, vai subindo. E quando eles viessem rasgar aquilo lá, a Lagoa escoava toda pro mar e secava. (...) Não deixamos acontecer isso, esse acidente, porque se acontecesse nós não iríamos ter mais a Lagoa, ia acabar com tudo. Isso é a natureza que Deus deixou para nós. E nós não permitimos isso¹³¹”.

É neste momento em que todos os movimentos podem ser decisivos que o conflito, até então em estado latente, torna-se manifesto. As diferentes interpretações e representações que os engenheiros sanitários e os pescadores da Lagoa Feia possuem sobre o mesmo ecossistema levam, então, a um conflito de ampla repercussão, cuja apresentação efetuar-se-á a seguir.

¹³¹ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2002.

PARTE III

QUANDO A LAGOA VIRA PASTO: DRAMAS SOCIAIS, ARENAS PÚBLICAS E COSMOVISÕES

"Nada nesse dia foi comum. O tempo mudou de ritmo, os espaços mudaram de feição, dando lugar ao evento. O tempo e o espaço urbanos de todos os dias transformaram-se como por encanto. Foi um salto, do morno dia-a-dia para o extremo oposto do grande dia. (...) Todos estavam nos espaços familiares do cotidiano. E, no entanto, nada era igual aos dias comuns. Os elementos podiam ser os mesmos, o seu modo de existência, no entanto, era muito diferente da rotina diária¹³²".

"O que, para um dado povo, com uma dada cultura, pode ser considerado um ambiente hostil, pode se tornar um ambiente favorável para outro povo e exercer uma influência estimuladora sobre ele". Louis Wirth¹³³.

"Tragik ist der Konflikt. Nicht zwischen Recht und Unrecht, Sondern zwischen Recht und Recht¹³⁴". Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

¹³² VOGEL: 1997; 47.

¹³³ WIRTH: 1970.

¹³⁴ "A tragédia é o conflito, não entre o direito e o errado, senão entre o direito e o direito".

1 –Primeira Insurreição¹³⁵

O ano de 1978 foi marcado por grandes tensões entre as obras sanitárias promovidas pelo DNOS e as comunidades pesqueiras afetadas por tais empreendimentos.

Neste contexto, o recuo das águas da Lagoa Feia atemorizava os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. A causa do problema era apontada com plena convicção: as obras empreendidas pelo DNOS para a construção do Canal Submerso. A Lagoa estava sendo drenada e a conclusão do referido canal significaria a concretização do projeto que se encontrava em ação.

Na noite de 10 de Agosto de 1978, 25 pescadores, liderados por José Manoel Pessanha Rocha, compareceram a uma reunião do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN) para apresentar suas insatisfações e temores com relação às obras sanitárias ora efetuadas na Lagoa.

“O pescador José Manoel falou por cerca de uma hora, numa linguagem que chegava a ser até cômica, porém não deixou de mostrar sua insatisfação no que diz respeito à drenagem da Lagoa Feia. Explicou que ‘daqui mais uns dias, seremos pescadores sem água e sem peixe’. Manoel também se queixou que as autoridades declararam que na Lagoa Feia não tem pescador, só tem gado, dizendo que isso é mentira pois em Ponta Grossa vivem cerca de 2 mil pescadores e com famílias numerosas¹³⁶”.

Nesta ocasião, Manoel Pessanha Rocha mencionou uma conversa que teve com Acir Campos, diretor do DNOS no Estado do Rio de Janeiro, onde este declarou que as obras do canal submerso seriam continuadas, mas que isto não significava nenhum risco para a Lagoa Feia.

Apesar da promessa do engenheiro Acir Campos, o que os pescadores assistiam era o dessecamento da Lagoa. Para acentuar o sentimento de que o DNOS pretendia drenar a Lagoa, corroborava o fato de que as comportas que seriam colocadas no Canal das Flechas para regular o nível das águas lagunares já estavam prontas há cerca de 4 anos, mas nenhum sinal apontava a proximidade de sua instalação. Estas comportas foram apelidadas pelos

¹³⁵ Insurreição: substantivo feminino oriundo do latim medieval, *insurrectio,ónis*, de *insurréctum*, supn. de *insurgère* 'levantar-se contra'; É no sentido de sublevar-se contra uma ordem estabelecida, impondo uma oposição forte e veemente, que emprego a palavra.

¹³⁶ Monitor Campista de 11 de Agosto de 1978.

sanitaristas de “Guarda da Natureza”, e aos pescadores parecia suspeito o fato de que a garantia de preservação da Lagoa oferecida pelo DNOS continuasse sem uso.

Ao término da reunião do CNFCN, ficou agendada para o dia 20 daquele mês uma grande manifestação, a ser realizada em Ponta Grossa dos Fidalgos, em protesto contra “mais um crime ecológico e social” ocorrido “em nosso país”.

No dia do evento, um importante jornal da região publicava a notícia de que seria realizada uma grande “caravana ecológica” cujo destino seria Ponta Grossa dos Fidalgos, onde aconteceria um ato público de repúdio às obras promovidas pelo DNOS na Lagoa Feia.

A importância do ato baseava-se no parecer dos ecologistas do CNFCN, que consideravam o conjunto das obras efetuadas pelo DNOS como uma ameaça à Lagoa Feia. O argumento forte para esta opinião era a drástica redução que a Lagoa sofrera até então: de 350 km², antes do início da atuação do DNOS, para os então 172 km².

O presidente do CNFCN, Aristides Soffiati, sentenciava:

“Se tais obras forem concluídas, inclusive com a ligação de dois cursos d’água (rios Macabú e Ururaí) num só canal submerso escoando para o mar, através do Canal das Flechas, toda a fauna e flora estará seriamente ameaçada, além da própria sobrevivência de aproximadamente 30 mil pessoas, entre pescadores e familiares¹³⁷”.

Na capa do Monitor Campista daquele 22 de agosto destacava-se a notícia: “Atentado não silencia protesto de pescadores”. A reportagem ressaltava que, apesar de um atentado sofrido por Manoel Pessanha Rocha, a manifestação contra as obras do DNOS conseguira reunir um grande número de pessoas, dentre os quais estavam pescadores, políticos locais, estudantes e membros do CNFCN.

Diversas faixas de protesto contra o DNOS foram levadas à praça da Beirada: “Pare a Draga!”, “A Lagoa é de Todos”, “Exigimos Explicações” etc. O discurso dos pescadores abordava sempre um mesmo tema: a destruição da Lagoa promovida pelo DNOS em favorecimento dos fazendeiros locais e, conseqüentemente, a iminência da fome que sofreriam os pescadores prejudicados pelo saneamento da região.

“Os tubarões”, disse o vereador Russo Peixeiro¹³⁸ referindo-se aos fazendeiros locais, “estão tomando a Lagoa e, a cada dia, os pescadores continuam sendo parte da classe mais

¹³⁷ Monitor Campista de 20 de Agosto de 1978.

¹³⁸ Na década de 1970, Russo Peixeiro foi cabo eleitoral do partido do governo, a ARENA, onde permaneceu até certificar-se de que não conseguiria concorrer à Câmara Municipal. Transferiu-se, então, para o MDB, por onde

infeliz do país”. Benedito Martins de Souza, pescador presente ao evento, acusava: “os fazendeiros é que estão fazendo isso”, enquanto um outro pescador, Gil Ribeiro de Lima, afirmava que “Alguma coisa tem que ser feita por todos, pois se a situação continuar assim nós vamos morrer de fome”.

O discurso mais esperado, no entanto, foi o de Manoel Pessanha Rocha, que dois dias antes fora vítima de uma tentativa de homicídio cujo motivo, argumentava, seria seu envolvimento nos protestos contra os fazendeiros e os empreendimentos do DNOS na Lagoa Feia¹³⁹.

“Já estamos cansados de sofrer e com esta obra do DNOS, para nós, é o golpe de misericórdia. Estamos no fim do mundo. O atentado não me amedronta e, por isso, não desisto dessa campanha. Não tenho vida longa devido a esta drenagem que está me aniquilando. (...) Ouvi do Presidente Ernesto Geisel, na ‘Voz do Brasil’, que o governo não mais permitiria qualquer depreciação ao Rio Paraíba e à sua Bacia. O Presidente não sabe dessa situação, mas quando souber vai nos amparar. Se o Presidente se preocupa com a fome, com o desemprego e a velhice, como ele vai permitir uma obra desta que vai gerar desemprego, fome e velhice?¹⁴⁰”.

O deputado federal José Maurício Linhares manifestou seu apoio ao movimento e criticou o conluio de interesses de fazendeiros, empreiteiros e o DNOS. Hélio de Freitas Coelho, vereador do município de Campos, se referiu à grande importância daquele movimento que congregava pescadores, ecologistas, políticos e estudantes na luta contra as ações sanitárias da região. Na opinião do vereador, a postura do CNFCN era exemplar, pois não se tratava de mais um movimento paternalista, mas de um dos movimentos “mais sérios feitos em Campos nos últimos anos¹⁴¹”.

“O Centro não aparece como tutor, ao contrário, os próprios moradores da região estão conscientes do perigo e da insegurança a que estão submetidos. Creio que o

foi candidato nas eleições de 1976, elegendo-se com cerca de três mil votos, conquistados entre Donana, Goitacases e Ponta Grossa dos Fidalgos. Com esses votos foi o segundo vereador mais votado de seu partido e o quinto à Câmara já em sua primeira candidatura. Desde sua primeira eleição até o momento presente, “Russo Peixeiro” já conquistou seis mandatos, não ocupando o posto de vereador apenas entre os anos de 1993 e 1996. Seus eleitores concentram-se, principalmente, na Baixada Campista, mais especificamente nos distritos de Donana, Goitacases e Ponta Grossa dos Fidalgos.

¹³⁹ Durante meu trabalho de campo, por diversas vezes os pescadores se referiram ao “atentado” contra Manoel Pessanha Rocha. O que me contaram, todavia, foi sobre a esperteza daquele inteligente pescador que, ao se sentir ameaçado de morte, tratou logo de forjar um atentado contra si, de modo a chamar a atenção das autoridades e, assim, garantir sua segurança.

¹⁴⁰ Monitor Campista de 22 de Agosto de 1978.

¹⁴¹ IDEM.

movimento se fortaleceu exatamente pela integração entre o Centro e os pescadores¹⁴².

No dia 23 de agosto, o Diretor Estadual do DNOS, o engenheiro Acir Campos, reuniu-se com os membros do CNFCN em Campos dos Goytacazes. Estavam também presentes a bióloga Sonia Rocha, o engenheiro agrônomo Carlos Alberto de Contes e o diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Campos, Eduardo Linhares.

O principal tema da reunião foram as obras sanitárias realizadas na Lagoa Feia. Acir Campos negou que a ação do DNOS na Lagoa fosse prejudicial à flora e à fauna do ecossistema, mas garantiu que canalizaria esforços para que fosse enfim realizada a demarcação dos limites da Lagoa, tarefa que ficaria sob a responsabilidade da Comissão Estadual de Controle do Ambiente (CECA). Este foi o ponto alto da reunião, pois satisfez às expectativas do CNFCN, cujo presidente Aristides Soffiati acreditava que os problemas da Lagoa seriam resolvidos caso a demarcação da área lacustre fosse efetuada.

Acir Campos também assegurou a remoção de dois diques que prejudicavam o curso natural das águas lagunares. Outros diques, no entanto, permaneceriam como estavam, pois eram de grande importância para a execução dos trabalhos do DNOS. Para concluir, o engenheiro anunciou que as comportas que “defenderiam a natureza” ainda não tinham sido instaladas por motivos burocráticos, mas que seriam colocadas no mês seguinte.

Em 03 de setembro, a crise da Lagoa Feia se expandiria até o contato com um outro drama social: aquele ocorrido na Lagoa de Maricá. Nesta data, cerca de 20 membros do CNFCN viajaram à Maricá para participar de uma manifestação contra a especulação imobiliária na região e seus conseqüentes danos ambientais. O evento foi organizado pela Campanha Popular de Defesa da Natureza, e fora liderado pela ecologista Ruth Christie, a quem a imprensa campista atribuiu o status de “uma das grandes autoridades brasileiras em Ecologia”.

A participação do CNFCN neste evento se justificava pelas semelhanças entre os casos de Maricá e da Lagoa Feia. Em Maricá, o principal problema apontado era a especulação imobiliária, mas, apesar de alguns atritos com fazendeiros locais, a semelhança com o caso da Lagoa Feia estava no fato de que as margens lacustres estavam sendo rapidamente transformadas, gerando preocupações com relação à fauna e flora nativas. Outra semelhança

¹⁴² IDEM.

mencionada foram as ameaças sofridas pela bióloga Ruth Rocha, personagem atuante em Maricá, e o atentado cometido contra Manoel Pessanha Rocha, na Lagoa Feia.

O CNFCN, em virtude de sua constante atuação nos conflitos em torno da Lagoa Feia, ganhava destaque na imprensa de Campos, o que possibilitava o aumento do capital simbólico dos ecologistas. Este intenso acesso à mídia proporcionava um meio de manifestação de suas opiniões para um grande número de pessoas. O que o Centro conseguia não era apenas espaço para a publicação de suas idéias, mas, sim, adeptos ao movimento que poderiam engajar-se na luta contra o DNOS. Parece ter sido isto que aconteceu quando, em 10 de setembro, o jornalista Aloysio de Gonzaga Balbi publicou, com um desenho de Ricardo Benvenuto, uma matéria intitulada “O Monstro da Lagoa Feia”.

“Todos nós ouvimos falar de lendas de monstros existentes em lagoas, exemplificando o monstro do Lago Ness, lendas essas que sobreviviam em toda a adolescência humana, devido à dificuldade de provar à fantasia infantil o contrário. Toda esta fantasia tornou-se realidade em Ponta Grossa dos Fidalgos, onde existe um monstro movido à gasolina, que não assusta só a adolescência, assusta ainda mais a maturidade, que vê nele o fim de sua existência, ou melhor, o fim de seu ganha-pão. É esse monstro que vive na Lagoa Feia, que chama a atenção de todos, sendo manchete em todos os jornais, esse monstro que é inimigo dos peixes, pescadores e da ecologia: ‘O MONSTRO DO D.N.O.S.’¹⁴³”.



Aloysio Balbi utilizou a matéria para elogiar e apoiar a postura dos jovens integrantes do CNFCN. De acordo com ele, todos os envolvidos contra o DNOS nos conflitos da Lagoa

¹⁴³ Monitor Campista de 10 de Setembro de 1978.

Feia tinham interesses em jogo, com exceção dos membros do CNFCN, cujos motivos da “luta” repousavam sobre seu idealismo.

“Os pescadores têm um grande interesse: não deixar que acabem com sua fonte de renda e alimento. A imprensa faturou com o assunto, e o Centro só recebeu críticas. Críticas estas que nunca poderiam ser feitas¹⁴⁴”.

O início do texto insere a Lagoa Feia num contexto mais amplo de problemas ambientais nos quais as obras de saneamento participaram de maneira acentuada: “Cada lagoa tem o monstro que merece. Em Maricá o monstro é a especulação imobiliária; na Rodrigo de Freitas os produtos químicos e na Lagoa Feia a Draga do DNOS¹⁴⁵”.

O texto não visava ofender o DNOS, pois, de acordo com Balbi, este órgão tivera grande atuação no progresso nacional. O problema estaria na possibilidade de que o projeto sanitário acabasse com “a maior lagoa de água doce do mundo”, que deveria ser defendida por representar “um dos principais patrimônios naturais do país”.

A matéria apontava a reunião de Acir Campos com membros do CNFCN, no dia 23 de agosto, como uma vitória alcançada através da manifestação promovida pelos pescadores e ecologistas no dia 20 de agosto, pois antes disto o DNOS “não dava nem entrevistas”.

“Outros pontos positivos da reunião citada foi o conhecimento tomado pelo DNOS de que existe uma entidade disposta a lutar pelos pescadores e pela ecologia, entidade que deixou o Dr. Acir Campos confuso, pois o mesmo não esperava encontrar nenhuma dificuldade em argumentar com os garotos, porém foi surpreendido, chegando às vezes a se perder exclamando frases como: ‘No momento não vem na minha cabeça’. Assim, se o DNOS vai ajudar a delimitar a Lagoa Feia, e se vai tirar os diques que prometeu na reunião, não sabemos, mas sabemos que o DNOS tomou conhecimento desse Centro, de sua força de vontade e de seu idealismo¹⁴⁶”.

As explicações oferecidas à imprensa por Acir Campos sobre as obras empreendidas na Lagoa Feia, apontadas como um aspecto positivo na matéria de Aloysio Balbi, tornar-se-iam, em breve, o estopim do conflito. Isto porque no dia 22 de setembro o Monitor Campista publicou em sua capa uma chamada cujo título já tornava supérfluas quaisquer informações adicionais: “Acir Campos diz que Lagoa Feia vai acabar”.

¹⁴⁴ IDEM.

¹⁴⁵ IDEM.

¹⁴⁶ IDEM.

O texto noticiava uma mesa redonda promovida pelo Conselho Estadual de Educação, envolvendo, além de técnicos, o engenheiro Acir Campos, diretor regional do DNOS, e o presidente da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, Carlos Bandeira. No evento, Acir Campos afirmou que “a Lagoa Feia está condenada a desaparecer e que os trabalhos [do DNOS] visam apenas preservá-la durante mais algum tempo, para possibilitar alimentação aos 214 mil habitantes da região¹⁴⁷”. O engenheiro explicou a razão da empreitada sanitária na Lagoa como um combate à malária que antes atacava a população – mas que já estava erradicada – e às cheias do rio Paraíba do Sul, que grandes transtornos causavam nos períodos de chuva.

“Estudando o local, verificamos a necessidade de se realizar uma série de obras na Lagoa Feia e em sua orla, para preservá-la, pois os rios que a formam – Ururá e Macabú – despejam dentro dela material sólido, o que diminui seu volume de água, por levantamento do fundo, e causa também o aterro das margens¹⁴⁸”.

Se o engenheiro Acir Campos quis dizer, baseado nos estudos de Alberto Ribeiro Lamego¹⁴⁹ sobre as restingas e o ciclo evolutivo das lagoas, que todas as lagoas, em função de processos naturais de erosão e assoreamento, estariam fadadas a um inevitável desaparecimento, ou que a Lagoa Feia, de forma particular, teria seu fim inevitável, isto é algo que não posso afirmar, pois esta questão pertence a um nebuloso plano de hipóteses. Não é meu interesse aqui discutir a forma tendenciosa escolhida para apresentar as afirmações do engenheiro, mas mostrar como elas desencadearam manifestações contrárias às obras do DNOS, entendidas a partir de então como comprometidas com a drenagem da Lagoa.

No dia 25 de setembro de 1978, três dias após a publicação da matéria do Monitor Campista onde Acir Campos anunciava o fim da Lagoa Feia, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos organizaram-se para impedir a continuidade dos trabalhos da draga “Marcelo II”, da firma Dranger, que prestava serviços ao DNOS.

Segundo Manoel Pessanha Rocha, o clima de tensão instaurou-se entre os habitantes de Ponta Grossa depois que Acir Campos declarou que o destino da Lagoa Feia era secar.

Manoel Rocha afirmava que, dias antes da publicação dessa declaração no jornal, Acir Campos teria lhe dado uma outra versão para os trabalhos do DNOS na Lagoa Feia.

¹⁴⁷ Monitor Campista de 22 de Setembro de 1978.

¹⁴⁸ IDEM.

¹⁴⁹ Ver LAMEGO: 1974 e 1975.

“Como é que ele pode ter [dito] tudo isso se, alguns dias antes – e eu transmiti o recado para minha gente – ele me afirmou em seu gabinete de trabalho que o DNOS não iria prejudicar os pescadores e que as obras eram só para beneficiar a lagoa?”¹⁵⁰.

Os membros do CNFCN, presididos por Aristides Arthur Soffiati, tentaram convencer os pescadores de que seria melhor buscar uma solução por meios legais, mas essa proposta não foi aceita.

Os alunos da Escola Municipal José de Azevedo¹⁵¹, cerca de duzentos e trinta, foram liberados para que participassem junto a seus professores, que levaram a bandeira nacional, da paralisação da draga. Às 08:30 daquela manhã, cerca de seiscentas pessoas, lideradas pelos pescadores João Pio e Nancy, rumaram ao centro da Lagoa, decididas a pôr fim às operações do “monstro do DNOS”.



Os homens que operavam a draga surpreenderam-se ao ver, de longe, a aproximação das cerca de cem canoas que traziam os pescadores e suas famílias. A bandeira do Brasil também podia ser vista à distância, sacudida pelos ventos da Lagoa.

¹⁵⁰ Folha da Manhã de 26/09/1978.

¹⁵¹ Escola de 1º Grau localizada em Ponta Grossa dos Fidalgos.

Quando chegaram à draga, o clima era muito tenso. Alguns pescadores desejavam destruir a máquina, enquanto outros, mais ponderados, pretendiam apenas interromper seu funcionamento.

Os funcionários da draga, então, perguntaram quem era o chefe do movimento, enquanto ligavam um gravador, com a intenção, dizem hoje os pescadores, de intimidar os insurgentes. O aparelho foi desligado pelo pescador Nancy, que lhes ordenou paralisar a draga imediatamente. Tal atitude impetuosa surpreendeu ainda mais os funcionários.

Indagados novamente sobre a “chefia” do movimento, um pescador respondeu, com uma acentuada dose de ironia, que ali estavam muitos chefes de família. Assim, o ambiente acalmou-se um pouco e, em seguida, as crianças levantaram “Xerife” e “Certeza”, um casal de cães, apontando-os como os verdadeiros líderes do movimento.

Paralisada a draga, os pescadores e suas famílias retornaram à Ponta Grossa dos Fidalgos. Enquanto as pessoas desembarcavam das canoas, uma mulher, chamada Deusa Tavares, solicitou de seus companheiros um compromisso de cumplicidade:

“Olha aqui minha gente, amanhã todos têm que dizer que foi todo mundo para a draga. A população inteira de Ponta Grossa dos Fidalgos. O governo pode mandar apanhar a gente e, para o nosso próprio bem, ninguém pode falar outra coisa”.¹⁵²

O povo de Ponta Grossa ameaçava votar em branco na eleição seguinte, pois reclamava da ausência dos políticos locais para ajudá-lo naquele momento. Ao retornar da Lagoa, o pescador Pedro Tavares disse à população, na Praça da Beirada:

“Na minha idéia, em Ponta Grossa, ninguém deve votar para ninguém. Eu quero ver qual político ajudando a gente nesse momento. Eles são bons para prometer mas para cumprir não”.

Concluindo seu discurso, Pedro Tavares disse:

“Quero ver qual é o fazendeiro, estes que estão usufruindo do esvaziamento da lagoa, que dê trabalho a gente na safra e na entressafra. A lagoa é nossa mãe e não podemos abrir mão dela”.¹⁵³ (grifo meu)

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

A população não desejava mais a simples paralisação da draga; exigia o afastamento do DNOS da região, pois a diminuição de aproximadamente 180 km² do espelho d'água da Lagoa era atribuída ao período em que homens e máquinas desse órgão tinham começado a realizar obras no local.

No dia seguinte, um clima de tensão pairou novamente sobre o arraial. O DNOS entregou o caso às autoridades de segurança e dez pescadores foram convidados, pelo delegado da Polícia Federal de Campos, Rubson Fioravante, a prestar esclarecimentos sobre a paralisação da draga.

O chefe da Residência do DNOS em Campos, o engenheiro Neif Camis, foi a Ponta Grossa dos Fidalgos, acompanhado de oito agentes da Polícia Federal. Ele deixou em sobre-aviso o 56º Batalhão de Infantaria, em Campos, e solicitou um destacamento da Polícia Militar para a localidade, com o objetivo de, assim, garantir a continuidade dos trabalhos da draga.

No dia 27 de setembro os pescadores não compareceram à Delegacia da Polícia Federal em Campos. Nesse dia, foram à Delegacia os integrantes do CNFCN; os funcionários da draga; o presidente da Câmara Municipal, Hélio Coelho de Freitas; o presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Geraldo Machado; e o advogado e presidente do Diretório local do MDB¹⁵⁴, Manuel Luis Martins Neto.

O delegado Fioravante, apesar da presença dos funcionários da draga, disse que só ouviria suas declarações após ouvir os pescadores.

Hélio Coelho e Manuel Luis Martins Neto foram para Ponta Grossa dos Fidalgos, em busca dos pescadores. Não encontraram as pessoas que procuravam e obtiveram apenas a informação, dada pelas esposas dos pescadores, de que eles tinham ido passar o dia na Lagoa, pescando, e que só voltariam quando tivessem a certeza de que não seriam detidos.

Os depoimentos foram marcados para o dia 28 de setembro e, desta vez, compareceram os dez pescadores convocados. O delegado Fioravante assegurou que nenhuma medida repressiva seria tomada e que os depoimentos seriam utilizados apenas para encontrar as soluções do problema.

Houve um momento em que o Delegado se reuniu com os pescadores, aconselhando-os a preparar um abaixo-assinado no qual deveriam relatar todos os fatos ocorridos, para que

¹⁵⁴ Movimento Democrático Brasileiro. Partido de oposição no sistema bipartidário vigente durante a ditadura militar brasileira.

este fosse enviado às esferas federais competentes. Pediu aos pescadores que evitassem qualquer atitude de violência.

Os dez pescadores questionavam o motivo que teria levado apenas eles a serem chamados, visto que 600 pessoas tinham participado do levante. Argumentaram estar defendendo a Lagoa, pois a continuação do canal submerso levaria ao seu esvaziamento. Lembraram ainda que outros problemas ameaçavam o ecossistema lacustre, como os constantes despejos de vinhoto, que já estavam “envenenando nossos peixes, a tal ponto que a gente nem consegue mais beber a água”.¹⁵⁵

No dia 29 de setembro, mais oito pescadores e dois funcionários que trabalhavam na draga foram ouvidos pelo delegado. Os depoimentos duraram cerca de nove horas e ocorreram num clima de tranqüilidade. Ficou decidido que Manoel Rocha iniciaria a coleta das assinaturas do abaixo-assinado o qual seria anexado aos depoimentos.

Os pescadores mostravam-se confiantes em uma solução que lhes fosse favorável, principalmente por terem visto, no dia anterior, funcionários do DNOS desmontando a draga, o que dava a impressão de que ela seria retirada da Lagoa Feia, ficando, assim, resolvido o problema.

Em 06 de outubro, a diretoria do CNFCN reuniu-se para elaborar um documento que questionava as obras de macro-drenagem realizadas na região da Lagoa e assinalava os prejuízos pelas mesmas ao ecossistema da região. Nesta ocasião, os membros do CNFCN contaram que estiveram no Rio de Janeiro na semana anterior, com o objetivo de debater com Acir Campos os problemas relativos à Lagoa Feia, o que não foi possível. O diálogo não foi possível, pois, segundo os componentes do Centro, a recepção dos funcionários do DNOS foi hostil e eles foram insultados e taxados de “comunistas”¹⁵⁶.

O documento a ser elaborado deveria apresentar termos e metodologias técnicas, em função da “pouca atenção que o DNOS dá à palavra Ecologia”, o que fazia com que o CNFCN deixasse de ser “ecológico nesta reunião, passando a ser uma entidade técnica, já que o diálogo com o DNOS só pode ser técnico”¹⁵⁷.

No dia 09 deste mês, o então candidato à Presidência da República, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, fez uma visita a Campos. Após seu discurso, Figueiredo

¹⁵⁵ Folha da Manhã de 29/09/1978.

¹⁵⁶ Cf. Monitor Campista de 06 de Outubro de 1978.

¹⁵⁷ IDEM.

recebeu de um dos diretores do CNFCN o documento sobre a Lagoa Feia e as obras do DNOS, prometendo analisá-lo com atenção.

O mesmo documento foi entregue também ao delegado Fioravante, no dia 11. Na ocasião, se anunciou que seria encaminhado igualmente a todos os órgãos responsáveis por questões ambientais no país.

O documento abordava diversas questões. Expunha os danos causados pelas obras do DNOS à fauna e flora, bem como à economia regional. Argumentava que a Lagoa Feia era uma das principais zonas de evaporação da região, e que tinha, portanto, impacto direto sobre os índices pluviométricos da mesma. Assim, a redução da Lagoa, além trazer prejuízos aos pescadores, traria problemas também para a lavoura canavieira, em função de uma provável redução das chuvas. Outro problema discutido no documento foram os diques, construídos pelos fazendeiros, que impediam a reprodução das espécies sub-aquáticas nas margens da Lagoa.

A abertura do canal submerso também agravou o problema do despejo de vinhoto, feito pelas usinas da região¹⁵⁸, nos rios e canais. De acordo com os membros da diretoria do CNFCN, a construção do canal submerso

“fez com que o vinhoto oriundo do rio Ururaí, antes depositado nas margens, seja diretamente levado pelo canal até o meio da lagoa, prejudicando sensivelmente o abastecimento d’água para as populações ribeirinhas¹⁵⁹”.

No mesmo documento, os ecologistas questionavam também os trabalhos realizados pela draga na Lagoa Feia.

“Sabemos que remexendo o fundo da lagoa, gases tóxicos são desprendidos, causando a mortandade de peixes. Além disso, a terra removida, colocada nas margens do canal submerso, ainda no meio da lagoa, acelera a formação de ilhas que, juntando-se umas com as outras, assumem contornos de diques naturais, aproveitados pelos proprietários para cercar as terras confrontantes e ampliá-las¹⁶⁰”.

A diretoria do CNFCN solicitava, ainda no documento: 1) a demarcação do espelho d’água da Lagoa Feia; 2) a inserção de biólogos e ecólogos na equipe técnica de planejadores das obras de macro-drenagem; 3) a definição da referência de nível (RN) utilizada na obra,

¹⁵⁸ Usinas Paraíso e Ururaí.

¹⁵⁹ Parte do Trecho final do documento, elaborado pela Diretoria do CNFCN, publicado pela Folha da Manhã no dia 12 de outubro de 1978.

¹⁶⁰ Idem.

visto que não se sabia se a almejada cota 3 era a geodésica ou a utilizada por Saturnino de Brito, sendo a segunda 1,75m menor; e 4) a inspeção dos órgãos responsáveis pela preservação de rios e lagoas – SERLA¹⁶¹ e FEEMA¹⁶².

Uma campanha de coleta de assinaturas, para fundamentar uma ação popular contra o DNOS e os fazendeiros que ocupavam as áreas lacustres, foi iniciada pelo CNFCN no dia 12 de outubro. O documento que recebeu cerca de 4 000 assinaturas em apenas 4 horas tinha o seguinte cabeçalho:

“Nós, abaixo-assinados, solicitamos a imediata paralisação das obras de macro-drenagem que vem sendo feitas pelo DNOS na Lagoa Feia, a maior lagoa de água doce do Brasil, até que este órgão prove a inteira viabilidade dos trabalhos, assim como denunciemos publicamente a invasão de terras por alguns fazendeiros inescrupulosos ao redor da Lagoa¹⁶³”.

Neste ínterim, as obras da engenharia sanitária na região já encontravam, manifestações de resistência, que viriam a recrudescer no dia 13 de outubro, quando o DNOS determinou a reconstrução de um dique-estrada, de aproximadamente 5m de altura por 4m de largura, que separava os rios Laranjeira e Quitinguta, na foz do Canal das Flechas.

Este dique fora destruído no dia 07 de outubro com enxadas e marretas pelos pescadores do Furado que, enquanto os tratores do DNOS refaziam a obra, ameaçavam destruí-lo novamente, durante a noite. Alegavam que o dique-estrada funcionava como uma barragem, impedindo o fluxo das águas e comprometendo o lençol freático, numa área de aproximadamente 50 km de extensão, compreendida entre o Furado (fronteira entre Campos e o atual município de Quissamã) e o Açú (entre Campos e São João da Barra).

Afirmavam ainda que esse dique impedia a entrada de peixes e camarões no Lagamar. Um pescador declarou à Folha da Manhã que, “sem esta ligação entre o Laranjeiras e o Quitinguta, só teremos aqui vinhoto e muita miséria¹⁶⁴”.

As palavras do pescador revelaram-se proféticas, pois no dia 20 de outubro ocorreu a mortandade de 4 toneladas de peixes no Lagamar¹⁶⁵, em função da concentração de vinhoto,

¹⁶¹ Superintendência Estadual de Rios e Lagoas.

¹⁶² Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

¹⁶³ Monitor Campista de 13 de Outubro de 1978.

¹⁶⁴ Folha da Manhã de 14 de Outubro de 1978.

¹⁶⁵ As mortandades de peixes constituem um fenômeno já recorrente em algumas lagoas do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Lagoa de Maricá. Nesta última o fenômeno foi analisado exhaustivamente por Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel. Cf. MELLO & VOGEL: 2004.

produzido pelas usinas da região. Sobre o episódio, falou o pescador Amaro Calor, de 78 anos:

“Nunca vi coisa parecida e é tudo resultado desse maldito dique que esse DNOS, que só cuida do interesse dos poderosos, construiu em má hora. Antes, o vinhoto era jogado, através dos canais, para o mar. Agora, vem tudo para cima de nossas lagoas e a miséria está feita, daqui à Barra do Açu, a mais de 40 quilômetros de distância”.

Era grande a revolta entre os pescadores. Então, com suas mulheres e crianças eles seguiram, num grupo de aproximadamente 500 pessoas, empunhando a bandeira nacional, para o local da mortandade. Estavam dispostos a destruir novamente o dique, mas foram dissuadidos pelo vereador Russo Peixeiro.

Os pescadores de São Tomé não concretizaram as ameaças de destruir o dique estrada, mas, no dia 21 de outubro, o procurador do DNOS, Gilson da Silva Moraes, moveu uma ação contra eles. Afirmava que as resistências dos pescadores de São Tomé e da Lagoa Feia não passavam de atos de violência, que provavelmente eram incitados por “elementos estranhos¹⁶⁶”.

Declarou o procurador:

“O Governo, para ampliar as áreas agricultáveis na região, que tem por economia a agricultura canavieira e a pecuária de leite e corte, planejou o sistema de irrigação com o aproveitamento da lagoa e é claro que não levou em conta a existência da economia pesqueira, que é de subsistência”.

“(...) temos que pensar, além do fator econômico, que os técnicos não iriam errar nos planos, aprovados e financiados pelo Governo. De forma que a discussão me parece sem embasamento técnico e à base de agitação¹⁶⁷.” (grifo meu).

O conflito intensificava-se cada vez mais. Em 24 de outubro, foi anunciada a visita a Campos do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, para debater os problemas entre os pescadores, da Lagoa Feia e de São Tomé, e o DNOS.

Dois dias depois desse pronunciamento, mais de 300 pescadores deram um prazo de 48 horas ao Governo Federal para que fosse reaberta a ligação entre o canal Quitunguta e a Barra do Furado.

¹⁶⁶ Em 1978 o Brasil ainda se encontrava sob o regime da ditadura militar. A referência a “elementos estranhos” pode ser entendida, então, como uma velada acusação de subversão da ordem pública.

¹⁶⁷ Folha da Manhã do dia 22 de outubro de 1978.

Neif Camis declarou à imprensa, no dia 27 de outubro, que não fazia sentido a preocupação dos pescadores de Ponta Grossa de que as obras do DNOS viessem a prejudicar a Lagoa Feia. Quanto à declaração de Acir Campos de que o destino da Lagoa era secar, Camis ponderava:

“O que na verdade existiu foi um pronunciamento do nosso diretor Acyr Campos, segundo o qual todas as lagoas do mundo estão fadadas ao desaparecimento. Mas os pescadores entenderam que ele estava falando da Lagoa Feia em particular¹⁶⁸”.

Explicando a declaração do diretor regional do DNOS, Neif Camis afirmou que era de conhecimento comum que as lagoas recebem suas águas de rios. E junto com a água dos rios, recebem também grande quantidade de sedimentos, responsáveis pelo assoreamento lacustre. Assim, a construção do canal submerso na Lagoa Feia ao invés de prejudicial seria benéfica, pois prolongaria sua existência:

“Se fosse verdade que pretendíamos com isso secar a lagoa, bastaria que abrissemos uma pequena elevação existente no canal das Flechas. Esse trabalho demoraria menos de uma semana, enquanto o canal submerso, de custos bem mais elevados, demoraria pelo menos dois anos. Então, é ilógico que se adote uma medida mais complicada para atingir a um fim tão simples¹⁶⁹”.

Os pescadores do Furado decidiram esperar a visita do ministro Rangel Reis e, por isso, não cumpriram a promessa de reabrir o dique-estrada sobre o canal de Quitunguta.

Antes de sua visita a Campos, o ministro declarou à imprensa os objetivos das obras do DNOS na Lagoa Feia:

“Ora eram enchentes muito grandes, ora secas terríveis. O DNOS executou uma obra de recuperação de terras através de drenagem, recuperou uns 25 mil hectares aproximadamente e construiu uma barragem para evitar a salinização da Lagoa Feia que permite manter um espelho d’água na lagoa numa cota de até 3,20m. Dessa forma, a lagoa ficará regularizada, para abastecimento e para a pesca, que ainda é artesanal¹⁷⁰”.

No dia 01 de novembro estiveram em Campos o Ministro do Interior, Rangel Reis, o Diretor Geral do DNOS, Jefferson de Almeida, o Secretário Geral do Meio Ambiente,

¹⁶⁸ Folha da Manhã do dia 28 de outubro de 1978.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Folha da Manhã do dia 30 de outubro de 1978.

Nogueira Neto, o presidente da FEEMA, Haroldo de Matos, bem como três técnicos da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Rangel Reis prometeu: 1) que as usinas seriam proibidas de lançar vinhoto nos rios da região; 2) que seria construída uma ponte sobre o canal de Quitunguta, o que possibilitaria a abertura do dique; 3) que as comportas do Canal das Flechas seriam instaladas e 4) que, já na semana seguinte, o DNOS e a SERLA promoveriam os trabalhos referentes à demarcação da área da Lagoa Feia, o que evitaria a apropriação das terras lacustres por parte dos fazendeiros.

Em Ponta Grossa dos Fidalgos, o ministro foi recebido por mais de duas mil pessoas, que agitavam bandeiras do Brasil e cantavam o hino nacional. Em seu discurso para os moradores do arraial, disse Rangel Reis:

“(...) as obras que o DNOS vem executando na Lagoa Feia visam exatamente conservar este manancial e fortalecer tanto a agricultura e pecuária quanto a própria atividade pesqueira¹⁷¹”.

Enquanto os pescadores e suas famílias cantavam o hino à Nossa Senhora da Conceição, padroeira do arraial, e novamente agitavam as bandeirinhas, o ministro dava garantias,

“em nome do presidente Geisel, de que a Lagoa não secará. (...) Não vamos mexer no duro da vala, e vocês terão uma vasta área de pesca, sem qualquer prejuízo¹⁷²”.

As promessas de Rangel Reis surtiram efeito rapidamente. Um processo de negociação com as usinas para que essas cessassem de despejar vinhoto nos rios foi logo iniciado e o canal de Quitunguta foi reaberto já no dia 04 de novembro. Neif Camis anunciou, todavia, que os trabalhos referentes à demarcação da área da Lagoa Feia não poderiam ser realizados imediatamente, porque seria necessário ainda elaborar um planejamento junto à SERLA e também definir alguns conceitos, como o que é área da Lagoa e o que é apenas área inundada. Assim, a demarcação da Lagoa Feia foi adiada por tempo indeterminado¹⁷³.

No dia 22 de novembro, Neif Camis reuniu-se com Manoel Rocha, para tranquilizar os pescadores, garantindo que o Durinho da Valeta não seria violado pela draga que trabalhava para o DNOS. Nesse dia foram retomadas as obras de construção do canal submerso.

¹⁷¹ Folha da Manhã do dia 02 de novembro de 1978.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ A demarcação da área da Lagoa Feia, prometida pelo ministro Rangel Reis em 1978, até janeiro de 2005 não foi iniciada.

Primeiro Episódio – Setembro a Novembro de 1978.

Mês	Dia	Acontecimentos
Setembro	25	Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos se organizam para impedir a continuidade dos trabalhos da draga que prestava serviços ao DNOS.
	26	O DNOS entrega o caso às autoridades de segurança e solicita a proteção da Polícia Militar, a fim de garantir a continuidade da construção do canal submerso.
	27	Os dez pescadores convidados a prestar esclarecimentos sobre a paralisação da draga não comparecem à Delegacia da Polícia Federal em Campos.
	28	Convencidos de que não seriam detidos, os pescadores prestam depoimento, onde argumentam que estavam defendendo a Lagoa.
	29	Os operadores da draga começam a desmontá-la.
Outubro	06	Os membros do CNFCN reúnem-se para elaborar um documento alertando sobre os riscos das obras de macro-dragagem para os ecossistemas “asmáticos” da região.
	09	Em visita a Campos, o candidato à presidência da república, João Baptista Figueiredo, recebe em mãos o documento elaborado pelo CNFCN sobre a Lagoa Feia.
	11	O documento é entregue ao delegado Rubson Fioravante e se anuncia seu envio a todos os órgãos ambientais do país.
	12	O CNFCN inicia uma campanha de coleta de assinaturas para fundamentar uma ação popular contra o DNOS e os fazendeiros.
	13	O DNOS determina a reconstrução de um dique-estrada entre os rios Quitunguta e Laranjeiras, revoltando os pescadores de São Tomé, que chegam ao local dispostos a destruir o dique, mas são dissuadidos pelo vereador Russo Peixeiro.
	21	O procurador Gilson da Silva Moraes move uma ação judicial contra os pescadores.
	24	É anunciada a visita à Campos do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, para debater os problemas entre os pescadores e o DNOS.
27	O chefe da Residência do DNOS em Campos, Neif Camis, declara à imprensa que o objetivo das obras do Departamento na Lagoa Feia era prolongar sua existência, e não o contrário.	
Novembro	01	Rangel Reis promete aos pescadores a proibição do lançamento de vinhoto das usinas nos rios e da região; a reabertura do canal de Quitunguta; e a demarcação da área da Lagoa Feia.
	04	São iniciadas negociações com as usinas da região. O canal de Quitunguta é reaberto e a demarcação da área da Lagoa Feia é postergada.
	22	Neif Camis garante aos pescadores que o Durinho da Valeta não seria violado. Neste mesmo dia são retomadas as obras de construção do canal submerso.

2 – Segunda Insurreição

O primeiro semestre de 1979 foi marcado pela continuação das polêmicas obras do DNOS na Lagoa Feia. Pescadores, ecologistas e políticos encontravam-se insatisfeitos com a situação. O trabalho da draga, todavia, recrudescia.

Era forte a agitação de todos aqueles que estavam envolvidos nos conflitos em torno das obras do DNOS na Lagoa Feia. As insatisfações ampliavam-se e alcançavam patamares cada vez mais altos na hierarquia política do país. A questão que já era de conhecimento do então presidente João Figueiredo e que foi motivo da visita ex-ministro do interior, Rangel Reis, à região, agora já alcançara também o âmbito da Câmara Federal, em Brasília.

O deputado Walter Silva (MDB-RJ) então, em 1 de julho de 1979, efetuou na Câmara Federal um discurso repleto de críticas às obras de saneamento empreendidas na terra goitacá.

“Continua o DNOS a infernizar a vida dos pescadores e moradores da Lagoa Feia, no município de Campos, com suas obras de drenagem e conseqüente secagem, alargando as partes ribeirinhas em favor de grandes latifundiários que avançam nas terras férteis que se alargam, em detrimento da pesca que é a única atividade laboral e lucrativa de trinta mil pessoas que ali residem. No ano passado, o então Ministro do Interior, Sr. Rangel Reis, foi obrigado a ir lá tomar conhecimento pessoalmente da gravidade da situação e após tudo ver e confirmar determinou a sustentação das obras. (...) Na Lagoa Feia os seus moradores estão em pé de guerra, com homens, mulheres e crianças em desespero, sem ter o que comer haja vista que o peixe que é o alimento e o meio de vida está sendo dizimado pelo trabalho do DNOS, pela ganância dos especuladores e dos empreiteiros que ganham fortunas com estas obras (...). O DNOS retomou os trabalhos com grande ímpeto, agora com draga flutuante que opera dos rios que alimentam aquela Lagoa (...). Os rios Ururá e Macabú estão sendo alargados para o mais rápido esvaziamento da Lagoa que já tem cerca de 40% de sua área secada e aproveitada para a criação de gado pelos fazendeiros ribeirinhos que invadem as áreas assim descobertas para as pastagens e plantações de cana. (...) É preciso dar-se um paradeiro nisso. É preciso que o Senhor Ministro do Interior tome conhecimento dos fatos, que mande parar as obras, que salve afinal a vida de milhares de pobres homens, que não permita esse crime contra a natureza, o meio ambiente, a ecologia e a vida de tanta gente sofrida e desamparada. E que faça logo, antes que a eclosão de uma revolta popular atinja proporções incontroláveis, porque no desespero da fome aquela gente é capaz de tudo¹⁷⁴”.

No dia 20 de julho daquele ano, veio a Campos o chefe de gabinete do Diretor Geral do DNOS, o Coronel Antonio Padilha, que se reuniu com o chefe da Residência do DNOS em Campos, Neif Camis, o representante da SERLA em Campos, o engenheiro Antonio Fernando Ramos, e o representante dos pescadores, o Sr. Manoel Rocha.

¹⁷⁴ Monitor Campista de 1 de Julho de 1979.

Na ocasião foi anunciado que a instalação das comportas do Canal das Flechas seria realizada no mês de outubro e que isto resolveria os problemas da Lagoa Feia pois, com o nível das águas lacustres em 3,20 m, todas as terras ocupadas ilegalmente pelos fazendeiros seriam retomadas pela Lagoa.

O Coronel Padilha explicou que o DNOS “executa em Campos a dragagem dos rios Macabú e Ururaí, abrindo um canal no meio da lagoa para evitar o seu assoreamento”. Ao término da reunião, Neif Camis declarou à imprensa que, após a instalação das comportas do Canal das Flechas, “os pescadores entenderão melhor nosso propósito, que outro não é senão o de salvar a Lagoa¹⁷⁵”.

O DNOS, através destas declarações e da promessa de demarcação da área da Lagoa, a ser efetuada com auxílio da SERLA, conquistava então mais um período de paz. O conflito entre os interesses sanitaristas e os de pescadores e ecologistas, todavia, continuava existindo de modo “latente”.

Em 5 de setembro, o deputado estadual Paulo Albernaz, na tribuna da ALERJ¹⁷⁶, solicitou ao então Ministro do Interior, Mário Andreazza, que fossem tomadas medidas urgentes para controlar a poluição que o intenso despejo de vinhoto das usinas da região de Campos causava à Lagoa Feia.

Neste mesmo dia, Neif Camis voltou a falar sobre a instalação das comportas do Canal das Flechas, empreendimento que deveria ser iniciado em 20 dias. Disse ainda que o “Duro da Valeta, em hipótese alguma e sob nenhum pretexto será demolido antes da entrada em operação da barragem”, mas questionado sobre a ocupação pelos fazendeiros das terras criadas pelo recuo da superfície lacustre, e sobre os diques que estavam sendo construídos para impedir o retorno das águas após a instalação das comportas, o engenheiro foi evasivo:

“Por força de convênio com o Governo do Estado, caberá à Superintendência de Rios e Lagos – SERLA – demarcar a área e fiscalizar. O DNOS não tem nada a ver com as invasões e isso é assunto para a administração estadual¹⁷⁷”.

A crise entre o DNOS e os pescadores, apesar das declarações otimistas de Neif Camis com relação à instalação das comportas do Canal das Flechas, intensificava-se. As declarações feitas por Russo Peixeiro na Câmara dos Vereadores de Campos, em 27 de

¹⁷⁵ Monitor Campista de 21 de Julho de 1979.

¹⁷⁶ Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁷⁷ Monitor Campista de 6 de setembro de 1979.

setembro daquele ano, colaboraram para o aquecimento dos ânimos. O vereador propunha à Câmara a criação de uma comissão interpartidária para averiguar os problemas da Lagoa Feia, e afirmava que funcionários do DNOS estavam sendo favorecidos pelos fazendeiros locais para que estes fossem beneficiados pelas obras do órgão sanitaria.

“As máquinas do DNOS estão trabalhando para particulares e auxiliando a tomada de terras pelos fazendeiros na Lagoa Feia; já tomaram centenas de alqueires de terra sem que o Governo tome uma providência. Por isso é que eu peço a saída do engenheiro chefe do DNOS, Sr. Neif Camis, porque, pelo que sei, as máquinas trabalham em terras particulares com ordem dele¹⁷⁸”.

As denúncias efetuadas pelo vereador foram reiteradas pelo CNFCN, apesar do reconhecimento de “exagero e passionalidade nas declarações do vereador”, como afirmou o presidente do Centro, Aristides Soffiati.

“Paralelamente às obras de macro drenagem, vários fazendeiros ribeirinhos estão ocupando em ritmo acelerado terras pertencentes à Lagoa através de diques que são construídos com escavadeiras pertencentes a empresas particulares. Na ultima visita que realizamos à Lagoa Feia surpreendeu-nos a intensidade com que estes diques estão sendo construídos ou reconstruídos. O DNOS afirma não ter nenhuma ligação com esta invasão, atribuindo a responsabilidade de demarcação da Lagoa à SERLA. No entanto, podemos verificar a presença de algumas dragas, inegavelmente pertencendo ao DNOS, realizando trabalhos em terras particulares¹⁷⁹”.

O CNFCN se mostrava insatisfeito também com relação à instalação das comportas do Canal das Flechas, sempre prometida, mas até então não cumprida. O presidente do Centro ressaltou que pela quarta vez o DNOS anunciava a instalação das comportas, o que tornava as promessas pouco confiáveis; afirmou ainda que não sabia até quando o DNOS continuaria “ludibriando o povo”. Dizendo que sua intenção não era a de “discutir a validade das comportas, já que este assunto é muito controvertido”, Aristides Soffiati deixou implícita a idéia de que estas comportas não seriam a solução para todos os conflitos em torno das águas da Lagoa Feia. Para concluir, indagou o ecologista:

“Que desenvolvimento é este, que consiste em depredar o nosso patrimônio natural e em concentrar riquezas cada vez maiores nas mãos de uma minoria?¹⁸⁰”.

¹⁷⁸ Monitor Campista de 28 de setembro de 1979.

¹⁷⁹ Monitor Campista 7 de outubro de 1979.

¹⁸⁰ IDEM.

Entre os pescadores, imperava o sentimento de que o DNOS trabalhava para os fazendeiros, beneficiados pela construção de diques que protegeriam as terras conquistadas caso ocorressem enchentes.

Em 14 de outubro de 1979, pouco mais de um ano após a primeira paralisação da draga, um forte vento nordeste fez com que as águas da Lagoa recuassem aproximadamente 1 km. Os pescadores foram tomados por uma forte aflição, pois associaram o recuo das águas à construção do canal submerso. Organizaram um segundo levante contra a draga, mas foram dissuadidos pelo delegado Fioravante. Exigiram, contudo, que fosse dada pelas autoridades, o mais rápido possível, uma definição para o caso.

Predominava o sentimento de que o canal submerso projetado pelo DNOS punha em risco o Durinho da Valeta, responsável pela manutenção de um nível mínimo das águas lacustres, e com ele a própria Lagoa Feia: “Se a draga acabar com o Durinho, será o inferno para os pescadores, (...) a coisa será o caos¹⁸¹”.

A idéia de uma nova paralisação da draga ganhava contornos cada vez mais claros, sendo que desta vez os ânimos afirmavam-se “desesperados” e as conseqüências de uma nova investida contra os trabalhos do DNOS tornavam-se imprevisíveis.

No dia 19 de outubro, os pescadores de Ponta Grossa realizaram, em frente à Colônia de Pesca Z-22, uma concentração pública, da qual participavam, além dos pescadores com suas famílias, agentes da Polícia Federal, sob a liderança do delegado Fioravante, e os vereadores Russo Peixeiro, Edmundo Vaz de Araújo, Hélio Coelho, José Ferreira Santana, Saturnino Monteiro Neto e Jairo Nogueira Santos.

Os pescadores, orientados pelo vereador Russo Peixeiro, enviaram um breve memorial ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, onde narravam os episódios do que chamaram de “destruição da lagoa”. Nessa mesma reunião, decidiram ainda que, caso os trabalhos da draga não fossem suspensos até o dia 22 ou houvesse algum retorno do Ministro Andreazza, seria realizado um segundo levante para interromper a construção do canal submerso.

As promessas feitas pelo ex-Ministro do Interior, Rangel Reis, no ano anterior foram lembradas e reforçaram as impressões de que não adiantava esperar nenhuma solução advinda do Governo, sendo assim necessárias iniciativas dos próprios pescadores para garantir seus interesses.

¹⁸¹ Declaração do vereador Russo Peixeiro ao Monitor Campista de 17 de outubro de 1979.

Na manifestação do dia 19 de outubro, Aristides Soffiati reiterou o apoio do CNFCN ao movimento dos pescadores e declarou que a saída de Neif Camis do DNOS não resolveria a situação, como queria o vereador Russo Peixeiro. Era necessária uma mudança no modo de atuação do órgão.

“Entendemos que a simples substituição do engenheiro residente local do DNOS – Neif Camis – não resolverá o problema. Queremos a mudança de situação e não de pessoas. Afinal, os pescadores têm razão em reclamar e tomar atitudes mais drásticas, pois as promessas feitas pelo ex-ministro do interior, Rangel Reis, em novembro do ano passado, não foram cumpridas. (...) E embora os órgãos governamentais assegurem que uma vez instaladas as comportas no Canal das Flechas a Lagoa voltará ao seu aspecto normal, parece-nos muito estranho que vários fazendeiros estejam investindo grandes somas de dinheiro na construção de diques, mesmo sabendo que perderão as terras que vem conquistando da Lagoa. O nosso temor é que esses diques não sejam rompidos depois que o nível da Lagoa seja estabilizado na cota três¹⁸²”.

A residência local do DNOS, diante da possibilidade de um segundo embargo das obras que realizava, providenciou um forte esquema de segurança, visando a proteção e continuidade dos trabalhos. A Polícia Militar garantiu enviar à Lagoa uma viatura com seis policiais armados com fuzis, para observar a situação e, assim, manter informado o comando da PM. No quartel, dois batalhões de choque, “com soldados armados com viseiras, cassetetes, bombas de gás e escudos¹⁸³”, ficariam de sobreaviso. Foi mobilizada, também, a Polícia Federal, que tinha a incumbência de controlar a situação, assim como também foi informado o Coronel Amaury Friese Cardoso, comandante do 56º Batalhão de Infantaria.

A apreensão era muita, assim como a inquietação dos pescadores. Aproximava-se o término do prazo oferecido pelos pescadores para que o Ministro Mário Andreazza se pronunciasse com relação ao problema. A paralisação da draga mostrava-se iminente e os questionamentos sobre os propósitos do DNOS na Lagoa multiplicavam-se.

“Nunca vi cavar rio dentro de água. Só aqui. E gastam um dinheirão, numa época que se diz de economia. Não compreendo isso. Coisa boa para os pescadores é que eles não estão fazendo. E nós pescadores nunca pedimos nada, não queremos nada, não damos despesas ao Governo, não temos doença ruim, não passamos fome, que a natureza não deixa. Não queremos ajuda, queremos é que deixem a Lagoa e os peixes para pescarmos¹⁸⁴”.

¹⁸² Monitor Campista de 19 de outubro de 1979.

¹⁸³ Folha da Manhã de 23 de outubro de 1979.

¹⁸⁴ Declaração do pescador Pedro publicada no Monitor Campista de 21 de outubro de 1979.

No dia 23 de outubro, expirou o prazo dado pelos pescadores para que fossem interrompidos os trabalhos de escavação da draga na Lagoa Feia. Por volta das 4:30 horas da manhã, os pescadores saíram para pescar na Lagoa, surpreendendo aqueles que esperavam que a manifestação ocorresse durante aquela manhã. As ruas do arraial ficaram desertas e nelas transitavam apenas mulheres e crianças.

O esquema de segurança solicitado pelo DNOS começou a formar-se por volta das 8:00 horas, quando chegou a Ponta Grossa dos Fidalgos uma guarnição da PM com cinco homens comandados pelo Cabo Carlos. Através desses soldados, o 8º Batalhão da Polícia Militar se manteve informado sobre o que acontecia às margens da Lagoa.

Por volta das 14:00 horas, os pescadores começaram a regressar da Lagoa, trazendo os produtos da pesca. Esperavam por eles os atravessadores, o que fez com que o Porto da Ponta fosse transformado, momentaneamente, em um pequeno mercado onde se pesavam e vendiam peixes.

Até então o clima não parecia indicar outro cerco à draga do DNOS. Logo em seguida, no entanto, iniciou-se a organização para a segunda paralisação da máquina escavadeira. Pelas ruas de Ponta Grossa, correram mulheres e crianças aos gritos de “chegou a hora”, convocando todos a comparecerem ao Porto da Ponta. Foram também chamados os pescadores da localidade do “Passarinho¹⁸⁵”, para que se unissem aos outros, no Porto, de onde sairia a caravana em direção à draga.

Os soldados da PM tentaram convencer os pescadores a não levarem tal atitude adiante, mas seus apelos não foram considerados, e assim os policiais acionaram os reforços do 8º Batalhão da Polícia Militar, em Campos.

Cerca de trezentos pescadores, suas mulheres e crianças, num total de mais de quinhentas pessoas, estavam reunidos no Porto da Ponta, decididos a embargar, novamente, a máquina que trabalhava para o DNOS. No meio do tumulto, cinco meninos, Joélio, Edílson, Severino, Ediel e Marcelo, com idades entre oito e doze anos, dirigiram-se ao local onde trabalhava a máquina do DNOS.

Os adultos seguiram imediatamente as crianças. Cerca de quarenta canoas navegaram rumo à draga. À frente delas, um homem levava a bandeira do Brasil. Alguns pescadores tentaram puxar um coro para o Hino Nacional, mas a atitude não obteve grande adesão.

¹⁸⁵ Localidade vizinha de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Enquanto improperios eram proferidos contra o DNOS e a draga, levantou-se o grito “o povo unido jamais será vencido”.

Os pescadores aproximavam-se da draga por volta das 17:30, enquanto o batalhão de choque da PM e uma guarnição do Corpo de Bombeiros chegavam à Ponta Grossa, sem poder fazer mais nada para evitar o cerco da máquina.

Na draga, trabalhavam nove homens sob a chefia de Ondino Fernandes Ferreira, operador da máquina. Um dos operadores da draga, conhecido como Tico, encontrou-se então numa difícil situação: permanecer ao lado dos funcionários da draga onde trabalhava ou atender aos apelos de seu filho Marcelo, um dos meninos que foram à frente dos pescadores. Tico abandonou a draga e foi para a canoa onde estavam os meninos.

Vendo a aproximação das dezenas de canoas que traziam os pescadores dispostos a paralisar a draga, os funcionários abandonaram suas atividades sem esboçar reação. Um dos funcionários chegou mesmo a dizer aos pescadores: “O que essa draga está fazendo é um crime. Foi bom vocês aparecerem¹⁸⁶”.



Quando retornaram ao porto, rapidamente os pescadores se dispersaram, evitando as retaliações do delegado Fioravante, que se dizia contrariado por eles, pois tinham desobedecido às suas recomendações de que não tornassem a paralisar a draga.

¹⁸⁶ Folha da Manhã de 24 de Outubro de 1979.

Ediel, um dos meninos que participou da paralisação da draga, voltou-se para um dos policiais e disse: “O senhor está com a barriga cheia. A gente depende disso aqui [apontando para dois caximbaus]. A Lagoa é nossa mãe!”.

Ainda no dia 23 de outubro de 1979, enquanto os pescadores se mobilizavam em Ponta Grossa dos Fidalgos para interromper a construção do canal submerso, em Campos os vereadores da Câmara Municipal procuravam encontrar soluções para os problemas que ocorriam em torno das obras de engenharia realizadas na Lagoa Feia. Essa iniciativa resultou no acerto de um encontro entre uma comissão do Legislativo e o Diretor Regional do DNOS, Acir Campos.

O vereador Carlos Tinoco entrou em contato com a residência local do DNOS, para que esta encaminhasse ao Diretor Geral a proposta de que a draga permanecesse parada durante cinco ou seis dias, a fim de que uma comissão de vereadores, a ser nomeada pela Câmara, pudesse reunir-se com o referido Diretor.

O Diretor Regional do DNOS respondeu que se prontificava não apenas a receber a comissão de vereadores, como também a viajar para Campos quando fosse necessário. Disse, no entanto, que a draga não seria paralisada, a não ser que recebesse ordens de instâncias superiores neste sentido.

No dia seguinte ao cerco da draga, o destacamento policial não retornou a Ponta Grossa dos Fidalgos e a máquina permaneceu em estado de inércia.

No povoado, o tema em voga, nesse dia, eram os motivos que tinham provocado o recuo das águas lacustres. A propósito, os pescadores dividiam-se em dois grupos. Um afirmava que o baixo nível das águas era decorrente do período de estiagem e que a Lagoa voltaria ao normal no período das chuvas. O outro grupo garantia que o recuo das águas acontecia, principalmente, em função das escavações para a construção do canal submerso, e que, se as obras continuassem, o processo seria irreversível.

Em Campos, o engenheiro Neif Camis comunicou a vinda do Diretor Regional do DNOS, no dia 25 de outubro, aos vereadores que acompanhavam o conflito entre o DNOS e os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Ficou acertada a realização de uma sessão solene para receber o Diretor Geral do DNOS na região e discutir os problemas referentes às obras realizadas por este Departamento, na Lagoa Feia.

Em sua visita à cidade, pela manhã, Acir Campos foi até a Lagoa Feia, acompanhado por Neif Camis, para ver como estavam as obras empreendidas pelo DNOS.

Naquela tarde, Acir Campos concedeu uma entrevista à imprensa, na qual declarava que o único objetivo das obras do DNOS era:

“a preservação, a manutenção e a recuperação da Lagoa Feia, que por força dos agentes e vetores naturais, tem seu regime instável, apresentando redução de seu volume líquido e de seu espelho d’água, na época da estiagem quando seu nível baixa até a cota 2,3m IPC, e inversamente quando na época das chuvas (novembro, dezembro, janeiro) tende a se elevar até a cota de 4,80m IPC¹⁸⁷”.

O baixo nível das águas Lagoa Feia não seria, pois, decorrente das obras empreendidas pelo DNOS, e sim do período de estiagem e dos altos índices de evaporação da Lagoa. Explicando os motivos responsáveis pela diminuição do espelho d’água, afirmou o Diretor:

“A lagoa recebe dois rios contribuintes (Ururá e Macabú) que como todo curso d’água natural transporta dissolvido e emulsionado em suas águas uma quantidade de material sólido (areias, argilas, siltes) e, ao atingirem a lagoa, por terem suas velocidades diminuídas, vão depositar e decantar esses materiais no fundo da lagoa, ocasionando seu assoreamento e seu entulhamento, diminuindo assim seu volume e sua superfície líquida¹⁸⁸”.

Com efeito, a construção do canal submerso teria o objetivo de impedir o constante assoreamento lagunar. Acir Campos lembrou, ainda, que, durante o período das chuvas, quando a cota da Lagoa se eleva ao nível de 4,80m IPC, ocorre a inundação de toda a orla lacustre. Então, justifica o engenheiro, faz-se mister

“a intervenção do homem e da técnica, que se respaldam e fundamentam exatamente no estudo e interpretação dos fenômenos da Natureza, para ajudar a própria Natureza e para corrigir estas variações que trazem prejuízos e intranqüilidade às populações ribeirinhas que necessitam da própria lagoa para sua vida e subsistência¹⁸⁹”. (grifo meu).

Demonstrando sua plena confiança nos conhecimentos técnicos empregados nas obras de engenharia hidráulica desenvolvidas pelo DNOS, Acir Campos declarou que:

“Não se importa com os pescadores, mas com a técnica, e que todos ainda agradecerão ao órgão federal pelos benefícios que a obra trará (...). Já está mais do que provado que nunca o DNOS e sua técnica erraram (...)¹⁹⁰”.

¹⁸⁷ Folha da Manhã de 26 de outubro de 1979.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Monitor Campista de 26 de outubro de 1979.

O diretor esclareceu que o nível da Lagoa apenas poderia permanecer em sua cota ideal, 3,20m de acordo com ele, quando fosse concluída a instalação do sistema de comportas no Canal das Flechas, que regularia o volume d'água da Lagoa.

O engenheiro disse que não conseguiria convencer os pescadores, com seus argumentos técnicos, de que o recuo das águas da Lagoa Feia não era o resultado das intervenções da engenharia sanitária. Com efeito, Acir Campos afirmou que a draga deveria ficar paralisada durante setenta dias, até que fosse concluída a instalação das comportas e, assim, regularizado o nível das águas da Lagoa.

A construção do canal submerso, no entanto, não foi retomada e, mesmo após a instalação das comportas manobráveis do Canal das Flechas, o Durinho da Valeta permaneceu na Lagoa Feia, sendo ele até os dias de hoje a “comporta natural” que assegura a permanência de um nível mínimo para as águas lagunares.

Segundo Episódio – Outubro de 1979

Mês	Dia	Acontecimentos
Outubro	14	Após um recuo das águas da Lagoa Feia, os pescadores organizam um segundo levante contra a draga, mas são dissuadidos pelo delegado Fioravante.
	19	Em Ponta Grossa dos Fidalgos, é realizada uma reunião pública, onde fica decidido que, se os trabalhos da draga não forem suspensos até o dia 22, será realizado um segundo levante para interromper a construção do canal submerso.
	23	Os pescadores paralisam a draga pela segunda vez.
	24	A draga permanece paralisada. No povoado os pescadores discutem as possíveis causas para o recuo das águas.
	25	O Diretor Regional do DNOS chega a Campos e afirma que o único objetivo do Departamento é preservar a Lagoa Feia e, reconhecendo que não conseguiria convencer os pescadores com argumentos técnicos, decide manter a draga paralisada até a instalação das comportas do Canal das Flechas.

3 – O Drama Social e a Constituição de um Problema Público

Faz-se necessário agora expor os motivos que me levaram à descrição dos episódios em que os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos paralisaram as obras do DNOS.

A pesca é, como já disse anteriormente, a principal atividade praticada no arraial. Nela inserem-se os homens, exercendo-a diretamente; as mulheres, seja no seu exercício, na limpeza ou na venda do pescado; e as crianças, que gradualmente são incorporadas a esse universo.

Da importância da pesca resulta o grande valor que é atribuído à Lagoa, pois dela depende essencialmente esta atividade. É comum ver pescadores ou suas mulheres discutindo a atividade e, naturalmente, a Lagoa. Discute-se o nível e a cor das águas, as melhores áreas de pesca, o aumento ou a redução das espécies, as peculiaridades dos ventos etc.

A influência da pesca sobre os modos de organização social despertou a atenção de Marcel Mauss que, em seu Manual de Etnografia, escreveu que:

“Geralmente as tribos dividem-se em fratrias de pescadores e fratrias de não-pescadores (...). Certos vilarejos são habitados apenas por pescadores, e esta é uma das primeiras formas de divisão do trabalho. A pesca comporta um elemento de regularidade que a torna muito rapidamente susceptível de exploração sistematizada¹⁹¹”.

No caso que aqui se discute, essa divisão entre pescadores e não-pescadores surgia com extrema nitidez quando eram especificados os componentes do segundo agrupamento: os fazendeiros. A referência aos dois grupos existentes às margens da Lagoa era feita reiteradamente, sobretudo durante a narrativa do conflito pelo uso do espaço. Quando meus interlocutores falavam sobre os fazendeiros, acrescentavam invariavelmente que eram eles os responsáveis pela redução da Lagoa.

O assunto que eu pretendia abordar, quando dei início à pesquisa, era a pesca. Entretanto, sempre que esse tema era levantado dois outros temas se impunham: os fazendeiros e a redução do espelho d'água. Isto me levou a observar o modo pelo qual, no povoado, se apresentavam o conflito entre fazendeiros e pescadores e a diminuição da Lagoa. Logo percebi que o resultado do que me era apontado como disputa entre fazendeiros e

¹⁹¹ “Généralement les tribus se divisent entre elles en phratrie de pêcheurs et phratrie de non-pêcheurs (...). Certains villages ne sont ainsi habités que par des pêcheurs, c'est une des premières formes de la division du travail. La pêche comporte un élément de régularité qui la rend très vite susceptible d'exploitation réfléchie”. MAUSS: 1947; 61.

pescadores era a redução do espelho d'água, que representava a tensão entre terras e águas, ou seja, as tensões geradas por dois modos concorrentes de apropriação do espaço. O conflito entre pescadores e fazendeiros existia porque a atuação destes últimos era percebida pelos primeiros como causa da redução da Lagoa. Não havia, pois, dois temas distintos. O que se apresentava ao etnógrafo era um conflito e sua consequência. Falar dos pescadores e de seus conflitos com os fazendeiros e sanitaristas era (e continua a ser), inevitavelmente, referir-se à redução do espelho d'água lacustre, ou seja, aos modos de aproveitamento da área marginal da Lagoa Feia.

O processo de redução suscita o conflito entre os diferentes grupos que fazem uso da Lagoa e, de alguma forma, envolve as diversas instituições do povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos: 1) a economia, através das diferentes formas de utilizar o manancial lagunar, seja através da atividade pesqueira ou do uso agropecuário das áreas marginais; 2) a cosmologia, pois, diferentes modos de concepção da natureza são postos em confronto: uma concepção imanente, à qual aderem os engenheiros sanitaristas que vêem a natureza como algo imperfeito que necessita da técnica e da razão humanas, e uma concepção transcendente, da qual são adeptos os pescadores, que vêem a natureza como algo perfeito por ser uma obra divina; 3) a morfologia do arraial, que se expandiu em ruas perpendiculares à Rua João Cabral Neto, como mostra o mapa realizado por Luiz de Castro Faria; 4) a pesca lacustre, que foi diretamente influenciada pela redução da Lagoa; e 5) o direito, social e legal, na medida em que existe a reivindicação de direito social dos pescadores ao acesso à Lagoa e de direito legal, pois as terras que são anexadas pelos fazendeiros constituem áreas pertencentes à União.

Se o entendimento das diferentes formas de apropriação do espaço lacustre mostra-se indispensável para compreender os conflitos entre os distintos grupos sociais, os episódios em que os pescadores paralisaram as obras do DNOS apresentam-se como os momentos mais elucidativos deste conflito.

Para abordar esta questão, decidi usar o conceito de “drama social”, de Victor Turner¹⁹². De acordo com o antropólogo escocês:

¹⁹² Victor Turner pertence ao que se convencionou chamar de Escola de Manchester. Seu conceito de “drama social” foi apresentado pela primeira vez em sua tese de doutoramento, intitulada *Schism and Continuity in an African Society. A Study of Ndembu Village Life*. (1957).

“Dramas sociais são, em larga medida, processos políticos, isto é, envolvem a competição em torno de fins escassos – poder, dignidade, prestígio, honra, pureza – através de meios particulares e da utilização de recursos que são também escassos – bens, território, dinheiro, homens e mulheres¹⁹³”.

Neste sentido, são processos extraordinários que interrompem o fluxo da vida comum. Podem exibir uma estrutura processual característica, semelhante a uma história, com início, meio e fim. Turner afirma que um drama social é, fundamentalmente, “uma unidade espontânea do processo social e um fato da experiência de todos em toda sociedade humana¹⁹⁴”.

Vamos encontrar dramas sociais em grupos que tenham uma história comum, seja ela real ou apenas suposta, e que compartilhem os mesmos valores e interesses: “Trata-se do grupo com que a pessoa se identifica mais profundamente e no qual encontra a realização de seus principais desejos pessoais e sociais¹⁹⁵”.

Segundo Turner, a maioria das pessoas possui um ou mais destes grupos, aos quais deve profunda lealdade e cujo destino é uma grande preocupação.

“Em todas as sociedades a pessoa é obrigada a pertencer a certos grupos, geralmente institucionalizados – família, grupos etários, escola, firma, associação profissional e outros semelhantes. (...) [Sendo nele que] a pessoa mais procura por amor, reconhecimento, prestígio, posição e outros benefícios e recompensas tangíveis e intangíveis. É nele que se alcança respeito próprio e um sentimento de pertinência relativo a outros a quem se respeita¹⁹⁶”.

Um drama social manifesta-se inicialmente através da “ruptura de uma norma, a infração de uma regra moral, legal, consuetudinária ou de etiqueta, em alguma arena pública¹⁹⁷”. Em outras palavras, a ruptura é a expressão dos diferentes interesses dos grupos presentes num dado campo social. Um grupo passa por cima dos valores e regras de outro e aquele que têm seus valores violados entende tal atitude como uma afronta, dando início ao drama social.

¹⁹³ TURNER: 1980; 148.

¹⁹⁴ Idem; 145.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem; 147-148.

¹⁹⁷ TURNER: 1980; 146.

Se a ruptura vier a se tornar visível, será difícil fazer com que não seja reconhecida. Assim, é instaurado um estado de crise no qual os conflitos, usualmente ocultos nas brumas da paz aparente, se tornam manifestos¹⁹⁸.

A crise configura um momento de tensão entre os grupos componentes do campo social e tende a ampliar-se até atingir um ponto de clivagem num conjunto mais amplo das relações sociais, onde estão inseridas as partes em confronto. Esse processo de ampliação é denominado por Turner de “escalada da crise¹⁹⁹”.

Neste estágio revelam-se intrigas faccionais do grupo, levando à exposição pública uma série de questões relativas à estrutura social.

“Durante a crise, o padrão de luta entre as facções dentro do grupo social relevante – seja ele a aldeia ou a comunidade mundial – é exposto; e por baixo dele torna-se lentamente visível a menos plástica, mais durável, mas apesar disso gradualmente mutante estrutura social básica, feita de relações que são relativamente constantes e consistentes²⁰⁰”.

Iniciada com a ruptura, a crise tende a difundir-se até que mecanismos reparatórios e regeneradores sejam acionados. Para Turner, estes mecanismos são postos em funcionamento pelos líderes ou representantes dos segmentos estruturais do sistema social afetado.

“(…) [estes] podem variar de conselhos pessoais e arbitragens informais a mecanismos formais e legais e, até mesmo, para resolver certos tipos de crise, chegar ao desempenho de rituais públicos²⁰¹”.

O estágio de *ação reparatória*, como Turner denomina esta etapa, é a fase do drama social em que a ação simbólica alcança sua mais completa expressão. Neste estágio se engendra uma crítica distanciada dos eventos que conduziram e fizeram parte da crise, o que permite caracterizar a ação reparatória como o período mais “autoconsciente” do drama social.

É a escalada da crise, portanto, que desencadeia os mecanismos conciliatórios que buscam conter a expansão do estado crítico. Esta etapa dos dramas sociais caracteriza-se por

¹⁹⁸ “Conflitos parecem trazer aspectos fundamentais da sociedade, normalmente encobertos pelos costumes e hábitos do intercurso diário, com assustadora proeminência”. TURNER: 1974b; 35.

¹⁹⁹ O antropólogo exemplifica esse tipo de processo através de um drama social, envolvendo duas nações num dado espaço geográfico, onde a escalada da crise poderia implicar num movimento de avanço do antagonismo através da clivagem global entre o campo comunista e o capitalista.

²⁰⁰ TURNER: 1980; 146-147.

²⁰¹ TURNER: 1974b; 39.

seu alto grau de reflexividade. Etimologicamente, a palavra crise vem do grego, κρισις (*krísis*), e nos traz a idéia de momento de decisivo, onde pode haver separação ou reaproximação, constituindo, portanto, um momento de aguda reflexão.

Nesta etapa do drama social, duas questões adquirem grande relevância: as causas e as conseqüências das ações humanas. Pensar nas conseqüências de ações humanas implica em considerar duas coisas: aqueles que são diretamente atingidos e aqueles que o são de forma indireta. Quando se percebe que as ações humanas possuem conseqüências sobre sujeitos não diretamente envolvidos nelas, esta percepção “conduz a subseqüentes esforços para controlar ações, tanto quanto assegurar algumas conseqüências e evitar outras²⁰²”. É, portanto, neste momento de aguda reflexão que surge o Público, tal como proposto por John Dewey.

O público consiste de todos aqueles que são afetados por conseqüências indiretas de transações a tal ponto que é considerado necessário ter estas conseqüências sistematicamente cuidadas. Agentes públicos são aqueles que buscam e cuidam dos interesses daqueles assim atingidos²⁰³.

Dessa maneira, aqueles que são indiretamente atingidos pelas ações em questão (e conseguem perceber que assim serão por conseqüência de tais ações) formam um público que busca a preservação de seus interesses, instituindo meios capazes de solucionar os problemas.

É justamente nesse momento, em que são percebidas as conseqüências ruins de determinadas ações, que medidas precisam ser adotadas para que prevaleça um interesse comum. Para que tais medidas sejam buscadas e adotadas é necessária a seleção de pessoas capazes de empreender esta tarefa. Surgem, então, os agentes públicos, aqueles que atuam para a resolução dos conflitos. São eles os representantes do interesse coletivo, ou seja, do público.

“As pessoas agora são agentes, que representam um público e compartilham seus interesses. A diferença é importante. Mas não é a diferença entre um simples ser humano e uma vontade coletiva impessoal. É entre pessoas em seu caráter privado ou público ou representativo²⁰⁴”.

²⁰² DEWEY: 1988; 12.

²⁰³ Idem; 16.

²⁰⁴ Idem; 18-19.

A ineficiência desses representantes na aplicação de mecanismos reparatórios provoca o retorno à crise. Nessas circunstâncias, a força pode vir a ser utilizada sob as diversas formas da guerra, da revolução, de ações intermitentes de violência, repressão ou rebelião.

Um drama social pode ter dois desfechos: a reintegração do grupo ou o reconhecimento do cisma. O caso de reintegração pode ocorrer mesmo que a extensão e o âmbito do campo relacional do grupo tenham mudado, o número de suas partes seja diferente, e seu tamanho e sua influência tenham sido alterados. O cisma ocorre quando há reconhecimento de que a ruptura é irreparável, o que pode levar à separação espacial dos grupos²⁰⁵.

4 – A Eclosão dos Problemas Públicos

A eclosão da Primeira Guerra Mundial fez com que o Brasil enfrentasse dificuldades para exportar sua produção, baseada, sobretudo, na agropecuária. Naquele momento uma questão se impunha de forma pungente: qual a causa do subdesenvolvimento brasileiro?

Entre um oceano de possíveis respostas, onde se destacavam aquelas relativas aos determinismos geográfico e racial, eis que surge uma nova alternativa explicativa: o problema nacional era a falta de saneamento.

A causa do subdesenvolvimento do Brasil não eram suas condições geográficas, que castigavam sua população com a dureza de um clima insuportável; não era também uma questão de miscigenação racial que formava um povo desprovido de capacidade para desenvolver-se. A causa do subdesenvolvimento brasileiro era o tifo, a malária, a febre amarela, bem como uma série de outras mazelas que proliferavam no interior do país, sobretudo nos ambientes palustres, atacando sobremaneira a saúde da população nacional.

O saneamento, que desde o século XIX era tema de debates relativos às políticas nacionais, após os problemas trazidos pela Grande Guerra constituir-se-ia efetivamente como um problema público.

Ao contrário das explicações causais de subdesenvolvimento relacionadas a questões raciais e geográficas, o saneamento apresentava a possibilidade de reversão e conseqüente superação do problema; era possível vencer a batalha contra os pântanos e salvar a população brasileira.

²⁰⁵ Cf. TURNER: 1980.

Os meios alagadiços, identificados como focos dos vetores de inúmeras enfermidades, são apontados como a causa do problema. Eliminando os pântanos, seriam conquistadas novas extensões territoriais para efeitos produtivos, o que também traria a saúde do povo e, por consequência, o progresso da nação.

Um dos aspectos que contribuiu para que a idéia de saneamento conquistasse credibilidade no cenário nacional foi, certamente, o fato de que ele apontava para a possibilidade de superação das dificuldades enfrentadas. Isto porque, “sem a crença cognitiva na alterabilidade e o juízo moral de seu caráter, um fenômeno não é uma questão, não é um problema público²⁰⁶”.

Para a construção deste problema público contribuíram as expedições dos cientistas viajantes ao interior do país, bem como o apoio de intelectuais que, como Monteiro Lobato, acreditavam e disseminavam a idéia de que a salvação nacional viria de uma eficiente política sanitária. O Jeca Tatu não era doente, ele apenas estava assim; fazia-se necessário curá-lo.

Numa retórica pomposa, respaldada pelos conhecimentos científicos da engenharia e da medicina, propagava-se o apelo por medidas capazes de reverter aquela situação. O Brasil era um hospital ao ar livre, um país de 17 milhões de opilados, 3 milhões de idiotas e 10 milhões impaludados. Números assombrosos surgiam das páginas de Monteiro Lobato, apontados não como estimativas, mas como estatísticas aceitáveis. Era a nata da intelectualidade nacional que apoiava o saneamento: homens formados por ilustres universidades européias, que dominavam diversos idiomas e conheciam o que de mais moderno era produzido pela ciência.

Na década de 1930, diversas comissões foram criadas para sanear o Estado do Rio de Janeiro. Este processo culminou em 1940, quando foi criado o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que se tornou o responsável pelas políticas públicas a serem desempenhadas em todo o território nacional. Neste contexto, o problema público já tinha um proprietário²⁰⁷: o DNOS.

“O conceito de ‘propriedade de problemas públicos’ é derivado do reconhecimento de que em arenas de opinião e debates públicos todos os grupos não possuem poder, influência e autoridade iguais para definir a realidade de um problema. A habilidade para criar e influenciar a definição pública de um problema é ao que me refiro como ‘propriedade²⁰⁸’”.

²⁰⁶ GUSFIELD: 1981; 10.

²⁰⁷ “A propriedade (...) indica o poder de definir e descrever o problema”. Idem; 13.

²⁰⁸ Idem.

Por se tratar de um braço do governo, não se pode desconsiderar que o DNOS possuía um grande potencial para definir a realidade do problema, influenciando a opinião de um grande número de pessoas e, assim, criando suas crenças sobre “o que é adequado; suas percepções do que é um fato; e suas expectativas sobre o que deve ser feito”²⁰⁹. Este aspecto pode ser ressaltado pela recordação do que era a tríade do saneamento: o médico, o engenheiro e a professora primária.

Questões relativas ao saneamento, fossem elas urbanas ou rurais, de rios ou lagoas, todas elas tornavam-se, naquele íterim, a legítima província de atuação dos médicos e engenheiros sanitaristas. Eram eles os agentes responsáveis pela solução do problema público, cuja definição de realidade proposta pelos sanitaristas recebia ampla aceitação.

“Problemas públicos possuem uma forma que é compreendida no amplo contexto de uma estrutura social onde algumas ‘versões’ da realidade possuem maior poder e autoridade que outras para definir e descrever a ‘realidade’. Neste sentido – de responsabilidade – a estrutura dos problemas públicos possui uma dimensão política. A existência de conflito e debates abertos faz as políticas de uma questão manifestas. O vazio de tal conflito pode esconder os muitos aspectos da estrutura que ficam ausentes, impedindo que formas opostas de consciência sejam observadas. (...) Esta ausência de formas alternativas de consciência é também o tema da análise da estrutura dos problemas públicos. A aceitação da realidade factual muitas vezes esconde os conflitos e as potencialidades alternativas possíveis. Ignorar a multiplicidade de realidades esconde a escolha política adotada”²¹⁰.

Cerca de três décadas após a criação do DNOS, outras “possibilidades alternativas” àquelas apresentadas pelo órgão sanitaria iniciam um processo de consolidação. Era uma perspectiva “ecológica” do meio ambiente que começava a ganhar espaço nos debates públicos, onde os rios, oceanos e lagoas eram entendidos como componentes vitais dos ecossistemas.

As conseqüências das ações destrutivas sobre o meio-ambiente passaram a ser assunto de reflexão e, assim, foram apontadas como possíveis problemas relativos a espécies animais e vegetais, podendo mesmo vir a trazer transtornos aos seres humanos, também eles parte do ecossistema²¹¹.

²⁰⁹ Idem; 15.

²¹⁰ Idem; 13.

²¹¹ Cf. BATES: 1960.

O aquecimento global, as estiagens, as chuvas ácidas, os vendavais, a elevação das águas oceânicas etc., todos esses fenômenos passaram a ser vistos como possíveis conseqüências da ação destruidora do homem sobre a natureza.

Na Baixada Campista, os representantes desta perspectiva se apresentaram na segunda metade da década de 1970, quando foi criado o Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza. Eram jovens recém saídos das cadeiras universitárias, alguns ainda estudantes, que se organizavam entorno de uma definição de realidade onde a “natureza” deveria ser conservada para o bem de todos os seres vivos, ao invés de ser “explorada” em busca de desenvolvimento econômico e tecnológico.

5 – O Drama Social da Lagoa Feia: Considerações Finais

Quando o DNOS intensifica suas atividades de saneamento na bacia hidrográfica da Lagoa, causando o recuo das águas lacustres e, assim, possibilitando a expansão das fazendas sobre a Lagoa, tem início o drama social da Lagoa Feia.

O conflito inicialmente se apresenta de forma branda, com os pescadores aliados aos ecologistas do CNFCN no pedido de mudança na conduta das obras de macro-drenagem efetuadas pelo DNOS na Lagoa Feia. A suspeita de que o DNOS objetivava o total dessecação da Lagoa, em favor dos fazendeiros locais e preterimento aos pescadores, tornou-se uma certeza quando o engenheiro Acir Campos, diretor do DNOS no Estado do Rio de Janeiro, declarou à imprensa campista que a Lagoa Feia estava condenada a secar.

A declaração do Engenheiro não indicou que este era o objetivo do DNOS. A imprensa local, todavia, apresentou a chamada da notícia como se assim o fosse e, dada a experiência dos pescadores com relação às obras do DNOS na Lagoa, ficava difícil encontrar outra interpretação para aquela afirmativa de Acir Campos.

Se o drama social já se encontrava em movimento, a ruptura definitiva, aquela que não poderia ser ignorada, veio com aquela declaração do diretor regional do DNOS. Se a Lagoa estava condenada a secar e as dragas do DNOS trabalhavam incansavelmente nela, então, os pescadores não demoraram a associar uma coisa à outra.

A crise que se apresenta expõe rapidamente a estrutura do problema. De um lado estão postos os interesses do DNOS e dos fazendeiros da região; do outro, o dos pescadores e

ecologistas. O que se revela, a partir desse momento, são as diferentes concepções relativas ao uso do espaço sustentadas por cada grupo.

Os sanitaristas, coerentes com os pressupostos do higienismo, vêm na drenagem da Lagoa a eliminação das áreas palustres e a conseqüente garantia de boas condições de salubridade para a população, assim como a possibilidade de expandir as áreas destinadas à agropecuária, terras estas “resgatadas” pelo DNOS e tornadas “úteis” através de sua exploração pelos fazendeiros da região.

Ecologistas e pescadores, por outro lado, encaram as áreas brejosas como regiões de extrema importância para reprodução da fauna lacustre. Os ecologistas pensam a Lagoa como componente importantíssimo de um ecossistema que vai além das margens lagunares e, por isso, ressaltam sua influência sobre o clima, a fauna e a flora da região. Os pescadores encontram nela a possibilidade de reprodução de uma prática que, mais que uma simples fonte de renda, é a forma matriz de um modo de vida: a pesca.

A paralisação da draga, efetuada em setembro de 1978, apresenta certos aspectos semelhantes aos rituais de reversão de status que, segundo Turner, acontecem em momentos onde a comunidade inteira é ameaçada.

Na Lagoa Feia, a ameaça estava representada na draga que, segundo os pescadores, pretendia remover o Durinho da Valeta e dessecar a Lagoa. Este dessecamento acarretaria o fim da atividade pesqueira, o que, conseqüentemente, transformaria de modo imprevisível a comunidade, que tem na pesca o ponto principal de sua existência. Sendo assim, quando os pescadores ergueram a bandeira, acabaram por estabelecer um estado de “*communitas*”, pois todos, pescadores, policiais e operantes da draga, tornaram-se de imediato membros de um mesmo grupo: o dos cidadãos brasileiros.

Se o DNOS trabalhava pelo progresso da nação, os pescadores lutavam pela defesa do que para eles constituía a ordem natural das coisas, tal como instituída pela Providência Divina, agora ameaçada pela lógica politécnica, em nome do progresso.

Quando os pescadores levantaram a bandeira, um símbolo sagrado para o Brasil, evocaram a proteção do pavilhão nacional. Com esse gesto, simbolizaram seu pertencimento à nação e seu direito de lutar pela preservação da Lagoa, que garantia (e ainda garante) seu sustento e, para além deste, seu modo de vida. É preciso não esquecer, entretanto, que devido à conjuntura política vigente na época dos episódios²¹², para os pescadores (e certamente

²¹² Regime Militar contrário ao sistema Socialista/Comunista e seus partidários.

também para os ecologistas), a Bandeira do Brasil significava, também, uma proteção contra a possível acusação de subversão.

Nos rituais de reversão de status observa-se, de acordo com Turner, uma tendência dos fracos a simularem o comportamento e o poder dos fortes. Isso transparece quando os pescadores, homens sem poder estrutural, se investem de autoridade, agindo de maneira a garantir a ordem e a conservação do patrimônio natural, paralisando a draga que, do seu ponto de vista, cometia um crime.

Outra semelhança entre a paralisação da draga e os rituais de reversão surge na preocupação com a preservação do anonimato²¹³. No conflito da draga, esta questão se coloca claramente quando os operadores da draga perguntam pelos chefes do movimento e os pescadores respondem que ali todos são chefes... de família. Essa resposta preserva o anonimato dos líderes e, ao mesmo tempo, invoca a igualdade dos pescadores insurgentes, dando ao evento a qualidade de uma ação guiada pelo interesse coletivo do povoado.

A presença de mulheres e crianças junto aos pescadores durante a paralisação da draga, somada à ocultação do nome dos líderes do grupo, garante o anonimato de todos, pois deixa as identidades individuais encobertas pelo espesso véu da coletividade. A preservação do anonimato mostrava-se como de grande importância, pois, embora a *communitas* estivesse estabelecida, o retorno à estrutura era iminente²¹⁴.

No dia seguinte à primeira paralisação da draga, quando as autoridades policiais foram à Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores temiam retaliações e, por isso, se ocultaram, passando o dia a pescar na Lagoa, longe das ameaças vindas da terra.

Quando os pescadores finalmente atenderam ao convite policial, comparecendo à delegacia – para prestar esclarecimentos ao delegado –, o titular da mesma lhes assegurou que seus depoimentos serviriam apenas para ajudar a encontrar soluções para a crise. O delegado solicitou também que elaborassem um abaixo-assinado, relatando todos os problemas ocorridos na Lagoa Feia. Neste momento fica claro o início do terceiro estágio do drama social: as ações reparatórias.

O documento elaborado pelo CNFCN, entregue em mãos, tanto ao então candidato presidencial João Baptista Figueiredo, quanto ao delegado Fioravante, é de extrema

²¹³ Turner observa que, nas festas americanas de *Halloween*, a preservação do anonimato das crianças é fundamental, pois lhes garante o pleno uso dos direitos e poderes adquiridos no momento ritual sem a preocupação com represálias após o término das festas.

²¹⁴ Turner observa em seu *Processo Ritual* (1974) que os estados de “communitas” não têm vida muito longa e a eles sempre sucede a “estrutura”.

importância nesse estágio do drama. Nele se expunham os problemas causados pelas obras do DNOS na região e, além disso, propostas de ações para que os trabalhos tivessem resultados menos agressivos ao meio ambiente do que os verificados até aquele momento.

O que se estabelecia então era um momento de reflexão sobre o uso que o DNOS fazia dos espaços lacustres, bem como as conseqüências advindas de seus trabalhos para o ecossistema regional. Confrontavam-se, nesta etapa, duas definições distintas da realidade: a dos engenheiros sanitaristas e a dos ecologistas do CNFCN, que atuava como uma “versão científica” da concepção que os pescadores tinham da Lagoa.

Para os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, sua atividade está intrinsecamente relacionada à Lagoa Feia. Não há uma sem a outra e, neste contexto, a Lagoa é mais que um mero recurso natural a ser explorado, pois garante a existência de um modo de vida, sendo, por isso, considerada pelos pescadores como um legado divino, algo criado por Deus para garantir a satisfação das necessidades humanas.

Sobre esse aspecto transcendente da Natureza, escreveu Claude Lévi-Strauss:

“(…) entre povos ditos ‘primitivos’, a noção de natureza tem sempre um caráter ambíguo: a natureza é pré-cultura e também subcultura; mas é especialmente o terreno no qual o homem pode esperar entrar em contato com os ancestrais, os espíritos e os deuses. Portanto, na noção de natureza há um componente ‘sobrenatural’, e esta ‘sobre-natureza’ está tão incontestavelmente acima da cultura como a própria natureza está abaixo desta²¹⁵”.

Neste sentido, o Durinho da Valeta surge como “a mão de Deus” controlando o nível das águas da Lagoa. Sua remoção representaria uma subversão da ordem estabelecida – “desde sempre” -, pois o fluxo hídrico deixaria de ser monitorado pela providência divina para ser controlado pelo homem, através das comportas manobráveis instaladas no Canal das Flechas.

Sendo Deus, neste contexto, o ser primordial responsável pela criação de tudo o que há no céu e na terra, entidade que legisla sobre todos os seres e fonte de garantia do bem e de todas as excelências morais, não podemos esquecer que sua evocação nos conduz imediatamente à idéia de justiça. Deus pode punir ou beneficiar os homens, mas seja qual for sua ação, ele é, antes de tudo, justo, imparcial e fonte da equidade. Se o controle das águas é realizado através do Durinho da Valeta, ele é, portanto, equânime.

²¹⁵ LÉVI-STRAUSS: 1976; 325.

Caso o nível das águas deixasse de ser controlado pela “mão de Deus” e passasse a ser monitorado apenas pela “mão do homem”, a equidade não mais estaria assegurada. Isto porque os homens poderiam agir de modo a buscar a satisfação de seus interesses particulares, prejudicando, quiçá, os interesses de seus semelhantes.

Aqui devemos recordar o momento em que a draga do DNOS se apresenta na imprensa local como um monstro. No contexto dos conflitos em torno da apropriação dos espaços marginais da Lagoa Feia, a draga surge com um significado maior que o de uma máquina ao dispor dos desejos humanos. Não se tratava de um simples dispositivo mecânico, dotado de roldanas, cabos de aço, flutuadores e pás. Tampouco era importante o modelo da máquina, se era escavadeira frontal ou se era do tipo que lançava suas pás através de cabos de aço. Não importava o ente, mas sim o ser.

Naquele instante não se falava de dragas, no plural, embora houvesse mais de uma trabalhando na Lagoa Feia. Falava-se apenas de uma draga específica, justamente aquela que suscitava de forma mais acentuada a interpretação dos pescadores sobre o conjunto dos empreendimentos sanitaristas ali efetuados: a ameaça de dessecação da Lagoa Feia e, conseqüentemente, a possibilidade de extinção da atividade pesqueira, sendo esta entendida não como uma prática econômica, mas como um modo de vida.

A draga era, portanto, o monstro que ameaçava destruir a mão de Deus. Sem o Durinho da Valeta se extinguiria a Lagoa e com ela as pescarias. Sem estas viria a fome, que resultaria no fim dos pescadores e de suas famílias. Assim, o talho na mão de Deus equivaleria ao assassinato da Lagoa, mãe dos pescadores, o que fazia com que a máquina sanitarista significasse a possibilidade de “fim do mundo”²¹⁶.

Quando, durante meu trabalho de campo, mostrei aos pescadores as fotos da paralisação da draga que consegui nos jornais, o que meus interlocutores expressaram foi uma mistura de surpresa e nostalgia: “Nossa! Veja! Isso foi no tempo das canoas. Nessa época ainda havia canoas”²¹⁷.

Surgia, assim, uma remissão a um tempo pretérito ora chamado de “tempo dos antigos” ora de “tempo das canoas”, períodos da história do arraial que não eram classificados através de medições de tempo ou pela quantidade de embarcações de um dado modelo. Trata-se, isto sim, do mesmo “tempo”, aquele em que os “antigos” eram os

²¹⁶ Entrevista do pescador Manoel Pessanha Rocha ao Monitor Campista, publicado em 22 de Agosto de 1978.

²¹⁷ Aqui reproduzi aproximadamente o que me disse um grupo de pescadores em 2004, quando lhes mostrei as fotografias.

pescadores ativos do arraial e navegavam pela Lagoa Feia em suas “canoas”. Este tempo, de antigos pescadores navegando em canoas, era um período evocado e caracterizado por sua dimensão simbólica.

“Para o nativo, não menos do que para o marinheiro branco, o barco está envolto numa atmosfera de romance, constituída de tradições e experiências pessoais. É um objeto de culto e admiração, uma coisa viva que possui personalidade própria²¹⁸”.

A idéia de Malinowski encontra eco na literatura de Joseph Conrad, cujo personagem principal, no romance *Linha de Sombra*, ao receber o posto máximo de um navio e entrar na cabine de comando, expressa um misto de culto e admiração à embarcação.

“Uma sucessão de homens havia se sentado naquela cadeira [de comandante]. Eu me apercebi desta idéia de repente, vivamente, como se cada um houvesse deixado um pouco de si entre as quatro paredes de anteparas ornamentadas; como se uma espécie de alma composta, a alma do comando, houvesse sussurrado repentinamente à minha sobre dias no mar e momentos de ansiedade²¹⁹”.

Ora, as canoas de Ponta Grossa dos Fidalgos, marcadas pelas histórias daqueles que as levaram às pescarias, fossem elas de fartura ou escassez, de céu aberto ou de tempestades assustadoras, também apresentam vida própria.

Ao perguntar a um pescador sobre as vantagens de uma canoa em relação a um barco, pode-se ouvir argumentos relativos às vantagens da navegação, muito mais suave, proporcionada pelas canoas em função de seu formato arredondado, ao contrário dos barcos, dotados de inúmeras quinas. As diferenças entre estas embarcações, no entanto, vão além do plano instrumental da navegação. Quando os “antigos” decidiam construir uma canoa, iniciava-se então uma viagem ao “sertão”, à floresta do Imbé, para extrair as madeiras necessárias ao empreendimento, encontrando-se entre as preferidas a peroba, o sôbro, o tapinhoã, a cerejeira e o vinhático²²⁰.

Obtida a madeira, o próximo passo era o trabalho no tronco, até que ele se tornasse a canoa monóxila de tipo indígena utilizada na região. Este processo de busca da madeira e trabalho no tronco, no entanto, tornar-se-ia cada vez mais raro, em função das dificuldades

²¹⁸ MALINOWSKI: 1978; 87.

²¹⁹ CONRAD: 2003; 68.

²²⁰ CASTRO FARIA: Inédito b.

em transpor propriedades particulares, até extinguir-se em razão da proibição de extração destas espécies, imposta por órgãos governamentais.

Para substituir as canoas, passaram a ser construídos os barcos. A madeira destes era, e ainda é, comprada na cidade, assim como as linhas das redes, as chumbadas e as bóias. Os barcos atuais fazem ainda uso de motores movidos à óleo diesel, o que facilita a navegação.

O contraste entre canoas e barcos transcende a dimensão técnica da construção e utilização das embarcações. Ao passo que a navegação atual se realiza em barcos cuja madeira é comprada na cidade de Campos e nos quais a impulsão se dá principalmente através dos motores, a canoa dos antigos tinha sua madeira retirada do “sertão do Imbé” - o que requeria pequenas expedições - e era impulsionada pelo vento, que enfunava as velas, ou pelo remo que obedecia à força e destreza dos braços do pescador.

A canoa, neste sentido, representa uma forte interação entre homem e natureza. A canoa obrigava os antigos a conhecer com minúcia o terreno lacustre, bem como os diferentes tipos de vento, para alcançar o sucesso em seus empreendimentos.

As embarcações atuais, movidas a motor, propiciam aos navegantes maior facilidade de deslocamento, mas requerem menos conhecimentos específicos sobre a Lagoa, conferindo aos “antigos” pescadores um status mais elevado.

Além disso, a durabilidade da canoa é bem superior à de um barco. Enquanto a primeira pode atingir idade centenária, o segundo dificilmente sobreviverá por mais de duas décadas. Isto faz com que a “genealogia” de uma canoa seja mais extensa que a de um barco. Assim, refletir sobre uma canoa significa recordar as venturas e desventuras de seus diversos proprietários, reproduzindo na memória as histórias daqueles que já se foram e com elas a recordação e revitalização da história do próprio povoado.

Desse modo, as canoas se apresentam como objetos simbólicos capazes de contrastar de maneira nítida com a draga. Enquanto esta representa a possibilidade de extinção de uma atividade e com ela o fim de um modo de vida, as canoas revitalizam a memória do arraial, ajudando a reforçar a identidade daquelas pessoas que vêm na pesca a prática constituinte das suas personalidades de pescadores artesanais.

Por décadas o avanço das fazendas limítrofes à Lagoa foi um fenômeno acompanhado pelos pescadores. Sua explicação para o recuo das águas era apenas uma: as obras de macrodrenagem empreendidas pelo DNOS. A perda de 210 km² da área lagunar refletia-se na interpretação que os pescadores tinham do processo: o DNOS estava transformando a Lagoa

em pastos e canaviais. Esta percepção, por sua vez, é reforçada pelas narrativas dos “antigos” que, quando conversam sobre o assunto, costumam repetir frases como esta: “Onde eu pesquei de juquiá hoje tem cana, tem pasto de boi. (...) Já passei de canoa naquelas terras ali²²¹”.

Estas palavras expressam um sentimento nostálgico em relação à Lagoa junto a qual e da qual a comunidade de Ponta Grossa dos Fidalgos retirou seu sustento ao longo dos últimos séculos.

A enumeração das fazendas, que em tempos pretéritos foram cobertas pelas águas, constitui uma maneira nativa de tentar fazer com que o etnógrafo capte a escala das transformações do ecossistema. E são muitos os pescadores que se dedicam a essa “prática arqueológica” de apresentação de uma geografia fantástica, trabalhando “a memória em exercícios nostálgicos de inventariação” dos lugares onde antes pescavam ou navegavam com suas canoas. Dessa forma, os pescadores conseguem manifestar “um saber que não encontra mais vestígios onde apoiar-se²²²”, um conhecimento possuído apenas por aqueles que viveram e recordam a Lagoa Feia do “tempo dos antigos, do tempo das canoas”.

Os pescadores entendiam que as obras do DNOS estavam plenamente de acordo com os interesses dos fazendeiros da região, pois as intervenções sanitaristas possibilitavam a expansão de suas propriedades. Notaram, portanto, que no projeto de saneamento da bacia hidrográfica da Lagoa Feia não fora considerada a pesca artesanal, e tiveram plena certeza disso quando foi publicada a declaração de Gilson da Silva Moraes, procurador do DNOS na época da paralisação da draga, onde este ressaltava a importância da agropecuária em detrimento da atividade pesqueira, considerada “de subsistência”, e a necessidade de ampliar as áreas agricultáveis. O Procurador salientava as vantagens econômicas trazidas pelas obras do DNOS e, ao mesmo tempo, negava a possibilidade de que os técnicos errassem na elaboração dos projetos, rejeitando os argumentos de pescadores e ecologistas porque a discussão lhe parecia “sem embasamento técnico”.

Ora, parecia claro para os pescadores que a remoção do Durinho da Valeta traria consigo a eliminação de seu modo de vida. Se o nível das águas fosse controlado pela “mão do homem”, haveria sempre o benefício dos “poderosos”, ou seja, dos grandes fazendeiros locais. Preservar o Durinho significava assegurar a continuidade da pesca artesanal.

²²¹ Entrevista com o pescador Amaro Clarindo, de 92 anos, realizada no dia 20 de março de 2003.

²²² VOGEL & MELLO: 1985; 21.

Para os pescadores a natureza era divina e, conseqüentemente, perfeita e justa. O discurso ecologista, em consonância com os meios acadêmicos, não fazia nenhuma referência a um plano sobrenatural, embora ressaltasse a importância de cada lagoa, rio ou floresta (e dentro destes, de cada espécie, animal ou vegetal) para o funcionamento harmônico dos ecossistemas. Desse modo, o homem poderia utilizar a natureza como um recurso a ser explorado, mas deveria saber que este uso implicaria em conseqüências muitas vezes nocivas ao próprio ser humano.

Se a concepção que os ecologistas possuíam da natureza não contemplava uma dimensão transcendente, ao menos um ponto, sendo este essencial, estava de acordo com a concepção dos pescadores: a natureza “funcionava” bem por ela mesma, não havendo assim a necessidade da intervenção humana para corrigi-la.

As declarações de Gilson da Silva Moraes são publicadas justamente no momento em que as ações reparatórias até então acionadas mostram-se ineficientes. A crise continuava em plena ascensão, e a erupção do conflito entre os pescadores do Furado e o DNOS, em função do dique-estrada que separava os rios Laranjeira e Quitunguta, intensificou ainda mais as tensões na região.

Nas declarações que o procurador fez aos jornais, aparecem de forma explícita as razões do conflito entre os pescadores e ecologistas, de um lado, e o DNOS, do outro.

O DNOS trabalhava pelo progresso da nação, de acordo com a lógica politécnica, e os pescadores, em contrapartida, lutavam pela defesa do que para eles constituía a ordem natural das coisas, tal como instituída pela Providência Divina.

Enquanto que, para os pescadores, a perfectibilidade era representada pela natureza, em função de sua origem divina, para os engenheiros sanitaristas a perfectibilidade deveria ser alcançada pelo homem através do desenvolvimento e do emprego da Ciência. Esta, por sua vez, representava o contínuo aperfeiçoamento do espírito humano, sendo, assim, aquilo que a humanidade havia produzido de mais elevado. É sob este prisma que parecia pensar o procurador do DNOS ao declarar “que os técnicos não iriam errar nos planos”, pois isto significaria uma terrível falha no desenvolvimento científico alcançado através de anos de ininterruptos esforços.

A formação politécnica recebida pelos engenheiros, por sua vez, proporcionava-lhes uma autêntica cosmovisão, capaz de orientá-los, não apenas profissionalmente, mas nos diversos âmbitos de suas vidas.

“O que aprendiam os politécnicos? Matemática? Química? Astronomia? Isto também. Mas isto não teria sido de resto motivo para maiores preocupações. Muito mais graves foram as conseqüências que eles consciente-inconscientemente extrairiam daí – em outras palavras a *Weltanschauung*, que sugaram dos seus áridos livros didáticos e de acordo com a qual pautaram, não apenas sua vida profissional, mas sua vida *tout court*²²³”.

Para eles o progresso nacional representava uma genuína aspiração. A eliminação das áreas pantanosas conduziria o País a um estado de harmonia, onde a malária e a febre amarela seriam apenas tristes recordações de um passado onde a natureza ainda não fora corrigida.

O saneamento apresentava-se como uma esperança compartilhada por grande parte das elites intelectuais brasileiras e, através dele, esperava-se alcançar um estado de bem-estar que abrangesse todo o território nacional.

Levar os benefícios do progresso aos mais distantes lugares do Brasil, gerando uma população saudável, produtiva e, conseqüentemente, feliz – este era o sonho sanitaria.

O pensamento dos pescadores, por sua vez, é justamente oposto ao dos engenheiros hidráulicos. Para eles, a natureza foi criada por Deus e, por isso, é sagrada e perfeita, prescindindo, portanto, da mão do homem para corrigi-la. A percepção dos ecologistas vem ao encontro daquela dos pescadores no sentido de que ambos os grupos não crêem na necessidade de intervenções humanas para o aperfeiçoamento da natureza, considerando que estas intervenções causariam mais danos que benefícios ao funcionamento dos ecossistemas.

Se considerarmos as oposições entre pescadores e sanitaria apenas, os conflitos relativos às obras de macro-drenagem do DNOS, na Lagoa Feia, podem ser compreendidos como a disputa entre uma ordem imanente, representada na ideologia sanitaria, e uma ordem transcendente, expressa cosmologia dos pescadores.

Caso queiramos entender o conflito através do contraste entre a percepção dos engenheiros e a dos ecologistas, perceberemos que a situação não é muito diferente do caso anterior, pois os grupos aqui se dividem entre os que sim e os que não consideram as obras de macro-drenagem como benefícios proporcionados pelo homem à natureza.

O aspecto trágico deste conflito, bem como o de muitos outros, é que ele não significa simplesmente a disputa entre um grupo representante do certo, do direito ou do bem e outro que encarna o papel do incorreto, do errado ou do mal – embora possa ser assim formulado na retórica política. Todos apresentam seus argumentos como justos, verdadeiros e corretos. O

²²³ SOMBART: 1955; 92.

que há são diferentes grupos - engenheiros sanitaristas contra pescadores e ecologistas - buscando definir a realidade do problema público para, assim, adquirir sua propriedade, no sentido utilizado por Gusfield, e conduzir o tratamento da questão de acordo com sua lógica.

Dessa maneira, quando falham as tentativas de apaziguar os conflitos, é acionado um mecanismo reparatório de maior poder: a visita do então Ministro do Interior, Rangel Reis, ao arraial de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Durante sua estadia na região, Rangel Reis tratou de acalmar os ânimos, prometendo a remoção do dique-estrada, entre os rios Quitunguta e Laranjeiras; a demarcação da área da Lagoa Feia; a inviolabilidade do Durinho da Valeta e a proibição do despejo de vinhoto das usinas, nos rios, canais e córregos.

Durante a visita do Ministro a Ponta Grossa dos Fidalgos, mais uma vez as bandeiras foram agitadas. Os habitantes do arraial, com bandeirolas nas mãos, saudaram Rangel Reis. A paz parecia retornar e o Governo parecia agir pela preservação das riquezas naturais da nação. As promessas do Ministro atenderam às expectativas dos pescadores e ecologistas, restabelecendo a confiança do público e possibilitando que, poucos dias depois, fossem retomadas as ações do DNOS.

Das promessas do Ministro, somente uma foi cumprida: a remoção do dique-estrada entre os rios Laranjeiras e Quitunguta. A demarcação da área da Lagoa Feia, três dias depois da promessa de Rangel Reis, foi declarada inexequível imediatamente e, por isso, postergada para uma data não definida que até hoje não chegou. Os jornais da época anunciavam negociações para evitar o despejo do vinhoto das usinas nos rios e canais da região. Mais de 20 anos depois, durante o meu período de campo, os pescadores ainda se queixavam dos prejuízos causados pelo vinhoto à Lagoa e à pesca.

Sendo assim, apenas a promessa do Ministro que dizia respeito ao Lagamar chegou a ser cumprida. As promessas que se referiam à Lagoa Feia, por sua vez, não chegaram a consolidar-se. A garantia, dada em nome do presidente Geisel, de que a Lagoa não viria a secar, e que o Durinho não seria violado, não fora suficiente para restabelecer confiança dos pescadores, que assistiam ao avanço das terras dos fazendeiros no perímetro lacustre.

Os mecanismos reparatórios conseguiram conter a escalada da crise, mas não por muito tempo. As águas recuavam, as máquinas trabalhavam, os fazendeiros expandiam suas propriedades e nada indicava a proximidade da demarcação do espaço lacustre. Para agravar

ainda mais as coisas, a sensação que tinham os pescadores era a de que as obras do DNOS estavam drenando definitivamente a Lagoa.

Diante disso, os pescadores voltaram à carga. Enviaram memoriais para os ministros da Marinha e do Interior e estabeleceram um prazo de três dias para que as obras do DNOS fossem interrompidas. A crise estava novamente instaurada e, não sendo atendidas as exigências dos pescadores, o conflito seria iminente, pois um aparato policial já havia sido acionado pelo DNOS para garantir a continuidade das obras.

Depois de anunciar, reiteradamente, que pretendiam realizar uma nova paralisação da draga, no intuito mal sucedido de acionar novos mecanismos apaziguadores, graças a uma nova intervenção governamental, desta vez através de Mário Andreazza – Ministro do Interior em 1979-, os pescadores se viram numa situação em que a ajuda não poderia vir de fora. Era necessário fazer algo por conta própria.

Então expressaram, na imprensa, todo o seu descontentamento com relação às obras do DNOS e com o descaso do governo federal. A imagem do pescador, transmitida pelos próprios e divulgada pela imprensa, era a de homens pobres e sacrificados. Não possuíam riquezas e não eram sujeitos cultos, mas eram honestos e trabalhadores, dignos, portanto, de todo o respeito. Assim construía-se a imagem de homens honrados, decentes e íntegros que, dia a dia, batalhavam para conquistar uma sobrevivência repleta de privações. Os pescadores eram homens que, historicamente, lutavam para conseguir o alimento de suas famílias.

Neste momento, aqueles trabalhadores da laguna tinham que lidar com mais um obstáculo em suas vidas sacrificadas: a espoliação de sua Lagoa, resultado da ganância dos inescrupulosos fazendeiros da região em comunhão com os interesses dos engenheiros politécnicos, que não apresentavam grande consideração pela vida daqueles homens e mulheres da Lagoa Feia.

Houve, pois, uma significativa mudança na representação que se fazia dos pescadores. Aqueles que outrora eram sujeitos doentes necessitando da salvação sanitária, agora eram sujeitos fortes, porém espoliados com o auxílio dos mesmos engenheiros que tinham vindo para salvá-los.

Os homens que ameaçavam paralisar a draga do DNOS, em fins da década de 1970, não eram os mesmos descritos por Alberto Lamego, ainda na primeira metade do século XX, momento em que se desejava veementemente as intervenções politécnicas:

“É a escultura espectral do homem dos pântanos, tiritante de paludismo, roído de verminoses, leprado de úlceras. Descarnando-se numa lenta cadaverização racial, atola-se, foragido entre os brejais onde nasceu, e em que se aninha prediletamente, como se a própria vida clandestina e envergonhada lhe fosse um contrabando²²⁴”.

O novo homem da região dos pântanos não apresenta nenhum dos traços ressaltados por Lamego. Sua imagem é outra: ele não quer as intervenções sanitaristas; ele conquista a sobrevivência em sua Lagoa, através de seu próprio trabalho:

“E nós pescadores nunca pedimos nada, não queremos nada, não damos despesas ao Governo, não temos doença ruim, não passamos fome, que a natureza não deixa. Não queremos ajuda, queremos é que deixem a Lagoa e os peixes para pescarmos²²⁵”.

Trata-se de um novo personagem e não mais daquele “homem da costa largado a si numa terra improdutiva, a braços com o brejo, com a areia e com vegetação raquítica, maranhosa e espinescente, [que] esmorece numa luta estéril”, no qual “o espírito empaula-se numa letargia aborígene. A ambição desaparece. Os ideais diluem-se. Decresce a iniciativa. Cessa a combatividade” num contexto em que “a terra subjugou o homem” criando “um vencido²²⁶”.

O novo pescador é outro. Sua imagem reluz no conflito, mostrando-se a todos aqueles que acompanham os episódios dramáticos em torno da redução da Lagoa. Ele é pobre, sacrificado e vem sendo ao longo de décadas usurpado de seu maior bem, a Lagoa, “destruída” em benefício dos “barões”, dos influentes e poderosos fazendeiros da região. Neste novo quadro, no entanto, se o pescador é um sofrido, ele é também, parafraseando Euclides da Cunha, um forte, um homem bravo disposto a salvaguardar seu modo de vida.

A salvação do antigo muxuango seria o aperfeiçoamento da natureza que o castigava. O algoz do novo muxuango, todavia, não era o meio-ambiente, mas o próprio homem, ávido de progresso. Se o saneamento foi a salvação apontada outrora, naquele instante era necessário impedir seu avanço, pois a solução do problema era vista na preservação da Lagoa.

Nesse ínterim, contrariando as recomendações do delegado Fioravante e dos policiais militares, os pescadores partiram pela segunda vez em direção à draga, para interromper seu funcionamento. Alguns deles começaram a cantar o Hino Nacional, mas não foram

²²⁴ LAMEGO: 1996; 14.

²²⁵ Declaração do pescador Pedro publicada no Monitor Campista de 21 de outubro de 1979.

²²⁶ LAMEGO: 1996; 94-95.

acompanhados pelos demais. Em seguida, alguém puxou o grito “o povo, unido, jamais será vencido”.

Mais uma vez, parece válido recorrer à etimologia, de modo a tentar iluminar as questões apresentadas. A palavra “povo”, de origem latina, *populus*, expressa a idéia de grupo de indivíduos com características comuns. Entre suas possíveis acepções, “povo” refere-se ao “conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns”; ao compartilhamento de uma área territorial por um conjunto de indivíduos, ou ao “conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, plebe”; ou ainda ao “conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica”.

Pode-se concluir, então, que se trata de um conflito entre dois grupos: o povo, e o “não-povo”. Incluídos no rótulo do “povo” estão os pescadores, os pobres, aqueles que são estruturalmente destituídos do poder. Em contraposição ao “povo”, estão os dirigentes da nação e as elites detentoras de poder e dinheiro, ou seja, o DNOS e os fazendeiros. Estabelece-se, pois, uma nova dicotomia do conflito: o povo versus os poderosos.

Os engenheiros do DNOS são acusados na imprensa de receber remunerações para executarem pequenas obras (como construções de diques) nas fazendas que contornam a Lagoa. Os pescadores, nos dias de hoje, comentam que viam bois sendo sacrificados para fornecer churrasco aos funcionários do órgão saneador. Eram publicadas na imprensa denúncias de que máquinas governamentais trabalhavam para particulares. Estava havendo, pois, uma relação de reciprocidade entre os fazendeiros e os funcionários do DNOS. O vínculo entre estes dois atores apresentava-se nitidamente aos olhos dos pescadores: o DNOS trabalhava para os proprietários rurais da região da Lagoa Feia²²⁷.

Era a aliança dos interesses dos poderosos que, se não fosse energeticamente combatida, conduziria ao dessecamento da Lagoa Feia até onde esta conseguisse fornecer a água necessária à irrigação. Para os fazendeiros e sanitaristas, seria o fim dos alagados e o aumento da produção agropecuária. Para os ecologistas, seria um desastre ambiental e, para os pescadores, seria o fim de sua atividade e, com ela, a fome.

A fome era um fantasma que insistia em assombrar o arraial. Com ela vinha o desespero e com este a certeza de que aquelas pessoas seriam capazes de tudo para garantir a preservação da Lagoa:

²²⁷ Os pescadores perceberam de maneira tão clara esta aliança que, durante meses, sempre me responderam que as dragas trabalhavam para os fazendeiros da região, sem nem ao menos mencionar o DNOS.

“Na Lagoa Feia os seus moradores estão em pé de guerra, com homens, mulheres e crianças em desespero, sem ter o que comer haja vista que o peixe que é o alimento e o meio de vida está sendo dizimado pelo trabalho do DNOS, pela ganância dos especuladores e dos empreiteiros que ganham fortunas com estas obras (...)”²²⁸.

Os engenheiros sanitaristas, outrora salvadores da nação, passaram a ser vistos como antagonistas deste e de outros dramas. Eram apontados como favorecidos por suas obras e dispostos a levar adiante todo aquele processo por um sentimento bastante desvalorizado na sociedade brasileira: a ganância. Esta era a representação que se tinha dos sanitaristas.

Nesse confronto entre homens pobres e homens poderosos, eis que surge o Público como agente interventor, capaz de equilibrar a balança da disputa.

“Quando as partes envolvidas numa transação são desiguais em status, a relação é unilateral, os interesses de uma das partes sofrem. Se as consequências são sérias, e especialmente se são irreparáveis, o público comporta-se como um peso que iguala as condições. Legislaturas estão mais preparadas para regular as horas de trabalho das crianças do que as dos adultos, a das mulheres que a dos homens”²²⁹.

A opinião pública legitimava os anseios dos pescadores. Isso, todavia, não era suficiente para impedir o avanço das obras sanitaristas. Era, no entanto, o quanto que bastava para que os pescadores se mobilizassem e novamente paralisassem a draga, pondo em ação um eficiente mecanismo apaziguador na forma de uma espécie de ritual de rebelião.

Uma questão parece se impor a todo aquele que tenta de alguma forma compreender este conflito: como os pescadores conseguiram paralisar a draga pela segunda vez? Por que os policiais militares receberam ordens apenas para notificar o batalhão da PM em Campos, e não para impedir o avanço dos pescadores? Por que o exército não atuou em defesa da continuação dos trabalhos da autarquia sanitarista? E mais: por que, ao retornar da Lagoa, nenhum pescador foi detido?

Creio que junto com imagem de honestos trabalhadores espoliados pelos poderosos que se fariam ainda mais ricos, os pescadores conquistaram algo mais: um direito moral de agir em defesa de seu próprio bem-estar. A imagem conquistada pelos pescadores garantia-lhes uma espécie de carta branca:

²²⁸ Monitor Campista de 1 de Julho de 1979.

²²⁹ DEWEY: 1988; 62.

“Paralisaram, é certo, a atividade da draga, mas tinham como elemento favorável uma manchete publicada num jornal local dizendo que o diretor do DNOS no Estado do Rio, Acyr Campos, teria afirmado que o destino da Lagoa Feia era mesmo secar. Poder-se-ia exigir reação diferente dos pescadores, de pessoas de poucas letras que já estão cansadas de promessas vãs de políticos, de autoridades e, mais do que todos, do próprio DNOS?²³⁰”. (grifo meu).

Essa representação foi construída de tal forma que possibilitava que um cidadão que tivesse acompanhando o conflito, um jornalista, o delegado Fioravante ou os soldados da PM fossem tocados por aquilo que Rousseau chamou de “piedade”, ou seja, uma autêntica capacidade de colocar-se no lugar do outro:

“É, pois, perfeitamente certo que a piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo o excesso de amor próprio, contribui para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva sem reflexão a socorrer os que vemos sofrer; ela que, no estado de natureza, substitui as leis, os costumes e a virtude, com a vantagem de que ninguém intenta desobedecer a sua doce voz (...)”²³¹.

Note o leitor que a palavra *piedade* não é usada aqui se referindo à idéia de pena, compaixão ou dó, mas em sua acepção latina, de *pietas*, sendo, pois, o cumprimento do dever, a virtude e a justiça, ou seja, a moral. Ora, ninguém poderia, no contexto apresentado, impedir que aqueles homens lutassem pela sobrevivência de sua comunidade.

Outros fatores certamente contribuíram para o sucesso dos pescadores, mas a construção de sua imagem parece ter sido um dos aspectos cruciais de seu êxito, pois, através dela, foi efetuada a performance bem sucedida²³²: aquela que faz que nos coloquemos no lugar do outro²³³.

O conflito em torno da redução da Lagoa Feia compõe, desse modo, um quadro de eventos dramáticos onde os “participantes não apenas fazem coisas, mas tentam *mostrar a outros aquilo que fazem ou fizeram*; as ações tomam então um aspecto de performances-para-uma-audiência²³⁴”. (grifo do autor).

²³⁰ Folha da Manhã de 28 de Setembro de 1978.

²³¹ ROUSSEAU: 2004; 55.

²³² Quando isso acontece, parece perder força a influência de fatores como poder e dinheiro. Ganham terreno aspectos relativos à moral e à legitimidade.

²³³ O sucesso de uma performance, no sentido que utilizo aqui, faz com que alguém se coloque no lugar de outra pessoa, possibilitando a este alguém analisar a situação através da perspectiva do outro, experimentando, assim, suas ansiedades, motivações e desejos.

²³⁴ Richard Schechner *apud* TURNER: 1988; 74.

Desse modo, quando o menino Ediel diz ao policial que este tinha a “barriga cheia” ao passo que ele e os outros habitantes de Ponta Grossa dos Fidalgos dependiam dos peixes para viver, ele reativa, num dos momentos apicais do conflito, a questão moral que legitimava a atitude dos pescadores. A draga estava paralisada e os pescadores retornavam aos seus lares com a sensação do dever cumprido.

Fonte: Folha da Manhã de 24 de outubro de 1979



Policiais Militares após a Paralisação da Draga

Com essa segunda paralisação da draga, novos mecanismos reparatórios foram acionados, desta vez pela Câmara dos Vereadores. O resultado foi o encontro entre o Diretor Regional do DNOS, Acir Campos, e os membros do Legislativo municipal, para que fossem discutidos os problemas relativos aos conflitos em torno da Lagoa Feia.

Nesse encontro, Acir Campos argumentou que as obras do DNOS visavam a “preservação, manutenção e recuperação da Lagoa Feia”, vítima da ação de “agentes naturais”. Para o engenheiro, as grandes oscilações do volume d’água da Lagoa, nos períodos de chuva e de estiagem, assim como o assoreamento, provocado pelos rios Ururaí e Macabú, eram imperfeições da natureza.

Ora, sendo a natureza dotada de imperfeições, as obras empreendidas pelo DNOS tornavam-se necessárias, pois fariam as correções imprescindíveis ao funcionamento harmônico da mesma. Com essas afirmações o engenheiro sustentava mais uma vez o ponto de vista dos sanitaristas.

Com a visita de Acir Campos, as obras referentes à construção do canal submerso foram suspensas até a conclusão da instalação das comportas no Canal das Flechas. Mesmo

após o término deste empreendimento, no entanto, não houve a retomada dos trabalhos da draga na Lagoa Feia.

O drama social chegava, enfim, ao seu quarto estágio: a reintegração. As relações foram transformadas, alguns atores fortalecidos e outros enfraquecidos. As estruturas, portanto, não eram mais exatamente as mesmas.

6 - Epílogo

Em 15 de março de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo, o DNOS foi extinto²³⁵. A demarcação da área da bacia da Lagoa Feia nunca chegou a ser realizada. O Durinho da Valeta foi mantido, mas as obras realizadas na grande Lagoa deixaram suas influências sobre a pesca artesanal praticada em Ponta Grossa dos Fidalgos.

²³⁵ A extinção do Departamento Nacional de Obras de Saneamento não implica no fim dos ideais e pressupostos sanitaristas. Um exemplo de como se apresenta o discurso sanitarista em um contexto mais moderno, em fins da década de 1990, pode ser encontrado em FAGUNDES: 2004.

Bibliografia

- AZEVEDO SILVA, F. L. de. **Terra Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Limitada. 1955. 213p.
- AZEVEDO, Bonnie Moraes Manhães de. **A Festa de Nossa Senhora da Conceição: Ritual e Simbolismo em Ponta Grossa dos Fidalgos**. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2006.
- BATES, Marston. **A Floresta e o Mar. Uma análise da economia da natureza e da ecologia do homem**. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura. 1960. 235p.
- BERMAN, Marshall. **O Fausto de Goethe: A Tragédia do Desenvolvimento**. In.: Tudo que é Sólido Desmancha no Ar – A Aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 37-84p.
- BIDEGAIN, Paulo. **Lagoas do Norte Fluminense – Perfil Ambiental**. Paulo Bidegain, Carlos Bizerril, Arthur Soffiati. Rio de Janeiro: Semads. 2002, 148p.
- BITTENCOURT, Corrêa. **Saúde Pública**. In: Década Republicana vol. II. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986, p. 187-217.
- BRUNER, Edward M. **Experience and Its Expressions**. In.: TURNER, Victor & BRUNER, Edward M. The Anthropology of Experience. Urbana and Chicago, University of Illinois Press. 1986. 03-44p.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Dos Pântanos à Escassez – Uso da Água e Conflito na Baixada dos Goytacazes**. São Paulo: Annablume, Rio de Janeiro: Coope/UFRJ. 2003.
- CASTRO FARIA, Luiz de. **Viajar**. In.: Antropologia – Escritos Exumados 2 – Dimensões do Conhecimento Antropológico. Niterói: EDUFF. 2000, 299-302p.
- CASTRO FARIA, Luiz de. **Pescadores e Pescarias**. In.: Antropologia – Escritos Exumados 2 – Dimensões do Conhecimento Antropológico. Niterói: EDUFF. 2000, 431-438p.
- CASTRO FARIA, Luiz de. **Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um Estudo de Morfologia Social**. (Título Provisório) Inédito. Conforme originais incorporados ao

acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq, no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ.

- CASTRO FARIA, Luiz de. **Equipamento de Pesca**. In.: Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um Estudo de Morfologia Social. (Título Provisório) Inédito. Conforme originais incorporados ao acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq, no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ.
- CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no Século XX**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 2002.
- COLAÇO, José. **Gente da Lagoa: Etnografia, Sistemas de Classificação e o Fenômeno Jurídico em Ponta Grossa dos Fidalgos**. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005, 79p.
- CONRAD, Joseph. **A Linha de Sombra**. Rio de Janeiro: O Globo; 2003, 159p.
- CUNHA, Neiva. Vieira da. **O Espírito do Sanitarismo: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública dos anos 30**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002.
- CUNHA, Neiva. Vieira da. **Viagem, Experiência e Memória: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública dos anos 30**. Revista Vivência (UFRN), UFRN, v. 28, 2004.
- DEWEY, John. **The Public and Its Problems**. Ohio: Swallow Press. 1988, 236p.
- DOUGLAS, Mary. **Purity and Danger. An Analysis of the Concepts of Pollution and Taboo**. Londres and Henley: Routledge & Kegan Paul. 1979, 188p.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martin Claret: 2002, 155p.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo**. In.: Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978, 298-316p.
- FAGUNDES, Anamaria de Souza. **O Processo Denunciador: retóricas, fobias e jocosidades na construção social do dengue em 2002**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2004.
- GÓES, Hildebrando de Araújo. **Saneamento da Baixada Fluminense**. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1934. 531p.

- GUSFIELD, Joseph R. **The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order**. Chicago and London, The University of Chicago Press: 1981. 263p.
- IYDA, Massako. **Cem Anos de Saúde Pública – A Cidadania Negada**. São Paulo: UNESP. 1994, 148p.
- JORGE, Cyntia dos Santos. **A Abdução da Noiva em Ponta Grossa dos Fidalgos**. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2006.
- KANT DE LIMA, Roberto. **Pescadores de Itaipu. Meio Ambiente, Conflito e Ritual no Litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF. 1997, 328p.
- KARDINER, Abram & PREBLE, Edward. **Êles Estudaram o Homem – Vida e Obra dos Grandes Antropologistas**. Cultrix, São Paulo: 1964. 277p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Serviço Gráfico do I.B.G.E. – Rio de Janeiro. 1945, 204p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **A Planície do Solar e da Senzala / Alberto Lamego Filho**. – 2. ed. REV. – Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 1996, 174p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Departamento Nacional de Produção Mineral – Divisão de Geologia e Mineralogia, Boletim nº 118. 1945, 48p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro, Editora Lidador Ltda: 1974, 307p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Descontinuidades Culturais e o Desenvolvimento Econômico**. In.: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976, 317-327p.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Reservas Extrativistas Marinhas: Uma Reforma Agrária no Mar? Uma Discussão sobre o Processo de Consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2000. 149p.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. Tese

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2006. 405p.

- LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital – Vol. VIII**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1959, 340p.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kaspar. **Argonautas do Pacífico Ocidental – Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1978. 424p.
- MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J. M. L., FLEXOR, J. M. **Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM, 1997, p. 01-104.
- MATTA, Roberto da. **Trabalho de Campo**. In.: Relativizando – Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 143-173.
- MAUSS, Marcel. **Manuel D’Etnographie**. Paris: Petite Bibliothèque Payot. 1947, 112p.
- MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. **Gente das Areias - História, meio-ambiente e sociedade no litoral brasileiro**. Niterói: EDUFF. 2004, 405p.
- MELLO, Marco Antônio da Silva. **Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral Fluminense –Maricá/RJ**. FFLCH-USP, São Paulo, 1995. 429pp.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil: Recursos e Possibilidades**. Rio de Janeiro. 1942, 643p.
- MOTA, Fábio Reis. **Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco: uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de quilombos na Ilha da Marambaia/RJ**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003. 164p.
- NASCIMENTO, Thaís. **“A Festa é do Povo?” – Política e Religião em Ponta Grossa dos Fidalgos – RJ**. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005, 79p.
- NASCIMENTO, Thaís & VALPASSOS, Carlos Abraão Moura & VOGEL, Arno. **Às Margens da Lagoa Feia: Ritual, Política e Religião em Ponta Grossa dos Fidalgos**.

In.: I Congreso Latinoamericano de Antropología. Rosário, Argentina, Del 11 al 15 Julio de 2005. ISBN: 987-20286-9-9. 12p.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Peixes, Tempos e Lugares: Apontamentos Sobre o Conhecimento Ictiológico dos Pescadores Artesanais na Lagoa Feia/RJ.** Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005, 64p.

OLIVEIRA E ALVES, Lorena de. **Civil Participation Structures and the perpetuation of the Traditional Power: the case of the fishing village Ponta Grossa dos Fidalgos.** Paper apresentado como requisito parcial para a conclusão da disciplina Independent Study, na Washington and Lee University. 2005, 11p.

PACHECO, Jacy. **Paisagem Fluminense.** Instituto Fluminense do Livro. Imprensa Oficial – RJ, 1969. 456p.

PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes. 1918, 172p.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. **Os Companheiros: trabalho na pesca de Itaipu.** Niterói: Eduff. 2003. 156p.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. 1945, 278p.

PRADO, Simone Moutinho. **Da Anchova ao Salário Mínimo – Uma Etnografia sobre Injunções de Mudança Social em Arraial do Cabo.** Niterói: EDUFF. 2002, 145p.

ROUSSEAU, Juan Jacobo. **Discurso sobre el Origen de la Desigualdad entre los Hombres.** Buenos Aires, Libertador: 2004. 142p.

SAHLINS, Marshall. **O Pessimismo Sentimental.** In.: Mana – Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro. 1997, 41-73p.

SOFFIATI, Aristides Arthur. **Perspectivas para a História Ambiental na Ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os Séculos XVII e XX.** Niterói: UFF. 1995, 285p.

SOFFIATI, Aristides Arthur. **Aspectos Históricos das Lagoas do Norte do Estado do Rio de Janeiro.** In: Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé (RJ). S/D, 35p.

SOMBART, Nicolaus. **Einige Entscheidende Theoretiker - Henri de Saint-Simon und Auguste Comte.** In: WEBER, Alfred (org). Einführung in die Soziologie. Munique: R. Piper & Co. Verlag, 1955, 81-102p.

- STEINBECK, John. **O Curto Reinado de Pepino IV**. Rio de Janeiro, Record: S/D, 210p.
- TEIXEIRA DE MELO, José Alexandre. **Campos dos Goytacazes em 1881**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & C. 1886, 183p.
- TURNER, Victor. **Dramas, Fields and Metaphors. Symbolic Action in Human Society**. Ítaca e Londres. Cornell University Press. 1974, 309p.
- TURNER, Victor. **O Processo Ritual. Estrutura e Antiestrutura**. Ed. VOZES LTDA. Petrópolis. 1974, 248p.
- TURNER, Victor. **Social Dramas and Stories about Them**. In: Critical Inquiry. Vol. 1.n.01. Autumn. 1980, p. 137-164.
- TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. In.: The Anthropology of Performance. PAJ Publications, New York. 1988, 72-98p.
- TURNER, Victor. **Schism and Continuity in na African Society – A Study of Ndembu Village Life**. Berg, Oxford-Washington. 1996, 348p.
- VALPASSOS, Carlos Abraão Moura; NASCIMENTO, Thaís et ali. **A Festa de São Pedro em Ponta Grossa dos Fidalgos: a Face Política de um Ritual Não-Político**. Campos dos Goytacazes: Mosaico – Ensaio de Cultura Popular. 2003, p. 12-25.
- VALPASSOS, Carlos Abraão Moura & COLAÇO, José. **Direitos e Políticas Públicas na Lagoa Feia: os Casos de Conflitos entre as intervenções Politécnicas, a fiscalização ambiental e a comunidade de pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos – RJ**. In.: VI Reunión de Antropología del MERCOSUR – Identidad, Fragmentación y Diversidad. Montevideo, Uruguai, 16, 17 y 18 noviembre 2005. 19p.
- VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. **Pescadores, Ambientalistas, Fazendeiros e Sanitaristas: o Drama Social das Perturbações Ecológicas em Torno da Lagoa Feia – RJ**. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2004. 79p.
- VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil III**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1938, 306p.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a Rua Vira Casa – A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro**. São Paulo: Projeto. 1985, 152p.

VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. **“O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade”**. In: Fórum Educacional, v.1, n. 1, 1989. p. 03-25.

VOGEL, Arno. **O Pastor Peregrino – Ritual, Simbolismo e memória da primeira visita de João Paulo II ao Brasil**. Niterói: Eduff. 1997. 300p.

WIRTH, Louis. **Significado do ‘Ambiente’ na Vida Social**. In: Estudos de Organização Social. PIERSON, Donald. (Org.). São Paulo: Editora Livraria Martins, 1970, p. 19-30.

Dicionários:

Dicionário Eletrônico Houaiss. Versão de Dezembro de 2001.

Periódicos:

Jornal Folha da Manhã – Setembro, outubro e novembro de 1978.

Jornal Folha da Manhã – Outubro e novembro de 1979.

Jornal O Monitor Campista - Setembro, outubro, novembro e dezembro de 1978.

Jornal O Monitor Campista – Julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1979.